REVISTA DA AHIMTB

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL



vol. 1, n. 1, 2020



REVISTA DA AHIMTB

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL

vol. 1, n. 1, 2020

Resende, RJ
2020

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Editor
Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Marechal Mário Travassos AHIMTB
Localização: Academia Militar das Agulhas Negras – **AMAN**
Conjunto Principal II – Biblioteca Cel. Panizzutti
Endereço: Rodovia Presidente Dutra Km 306
Resende – RJ

Carlos Roberto Peres – Cel. Eng. Ref. – Presidente da AHIMTB
Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes
Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da AHIMTB.

Anvalgleber Souza Linhares – Cel. Inf. Ref. – Vice-Presidente da AHIMTB
Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)
Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM)
Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG)
Especialização em Direito Civil Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG)
Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)
Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).. Professor de Direito da AMAN e UBM.

Antonio Carlos Simon Esteves – Cel. Inf. Ref. – Secretário da AHIMTB
Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras
Graduação em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS
Especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco
Especialização em Educação pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército
MBA pela Fundação Getúlio Vargas
MBA pela ISCTE – Lisboa/PT
Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
Mestrado em Comunicação Social e Educação pela UFRJ.

João da Costa Paiva Filho – Cel. Inf. Ref. – Coordenador da AHIMTB
Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRJ.

Projeto Gráfico e diagramação da Revista
Maria Aparecida Ladeira da Cunha

Desenvolvedor
Kélcio José Gomes

1ª Edição
vol. 1, n. 1, 2020

Periodicidade
Semestral

Site: www.revistamilitarterrestre.com.br

Contato: contato@revistamilitarterrestre.com.br

APRESENTAÇÃO

A Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil surgiu da ideia de dar continuidade ao trabalho de pesquisa que foi desenvolvido ao longo de quase 25 anos pelo Coronel de Engenharia e Estado-Maior Cláudio Moreira Bento, historiador militar e criador da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHIMTB.

A proposta de criação da Revista foi uma decisão da Diretoria Executiva e foi motivada pela evolução provocada pela revolução tecnológica que inseriu a todos nesse novo mundo virtual. Ela se propõe a reunir conhecimentos dos diversos historiadores que integram o quadro social da AHIMTB, e outros estudiosos, mantendo vivo o trabalho de pesquisa iniciado pelo seu idealizador.

Assim, o objetivo da revista é criar um espaço virtual no qual os Acadêmicos da AHIMTB e pesquisadores possam apresentar seus trabalhos de pesquisa e dessa forma levar ao conhecimento do público interessado em História Militar os principais fatos que marcaram a evolução da História Militar Terrestre do Brasil.

EDITORIAL

Antonio Carlos Simon Esteves[1]

Por dever de justiça, respeito e admiração este número inicial é dedicado ao fundador da Academia de História Militar Terrestre do Brasil - Presidente de Honra Cel Claudio Moreira Bento.

O Presidente da AHIMTB eleito, Cel Carlos Roberto Peres, sua Diretoria e os autores dos artigos desta edição, são amantes da história e discípulos do Cel Bento e reconhecedores de seu legado histórico cultural, desenvolvido com amor e muita dedicação ao longo das últimas décadas. Fica registrada esta manifestação de apreço ao Coronel Bento e o compromisso da continuação de seu árduo e elevado trabalho intelectual.

Na memorável inauguração da AHIMTB, com a presença de notáveis idealistas, há muitos anos foi lida uma oração que sintetiza os seus propósitos e desde então em todas as suas reuniões, esta oração tem sido utilizada na abertura das sessões:

> ***"Pedimos a Deus que nos dê sabedoria para descobrirmos as melhores lições e a verdade histórica, nas pesquisas e reflexões da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.***
> ***Coragem moral, vontade cultural, força, garra e determinação patriótica; para fazer com que a verdade histórica e as melhores lições, triunfem sobre as falsidades, deturpações, a indiferença e a ignorância.***
> ***Tudo para a maior glória e o desenvolvimento das forças terrestres do Brasil, no exercício o mais competente possível de suas missões constitucionais.***
> ***Que assim seja".***

1 Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras em 1977, Turma Tiradentes. Em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS, pós-graduação e especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco e pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército. MBA pela Fundação Getulio Vargas e ISCTE – Lisboa/PT; mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Mestrando em Comunicação Social e Educação pela UFRJ. Professor concursado do Magistério do Exército nas disciplinas de Introdução à Economia e Introdução à Administração na AMAN. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Vice-Presidente da Associação Educacional Dom Bosco – Resende/RJ.

Esta edição é composta com seis artigos. Ao ler os artigos selecionados para compor o volume 1, número 1 da Revista da AHIMTB, percebemos que são marcados pela coerência e alinhados com sua oração, mantendo a convergência na História do Brasil, nas forças terrestres e consequentemente com o mundo com o qual nos relacionamos.

No primeiro artigo, As Divisões de Campo da Luftwaffe na Itália e a Força Expedicionária Brasileira, o Prof. Júlio Fidélis traz as informações das poderosas Divisões de Campo da Luftwaffe, durante a II Guerra Mundial, na frente de combate, em território Italiano e a sua rendição à Força Expedicionária Brasileira; fato notável em um teatro de operações, digno de figurar nos mais importantes anais da história militar, em qualquer época e lugar do mundo, todavia pouco conhecido e divulgado, principalmente na sociedade brasileira. Escrito por um cidadão civil, economista, professor universitário; entretanto um conhecedor da arte do Deus Romano Marte, sendo um especialista em história castrense.

Destaca-se pela precisão da pesquisa científica, aprofundamento das fontes primárias e a exaltação comedida, no elogio das coisas de nossa gente, em particular de nossa Força Expedicionária Brasileira no contexto da II GM.

O estudo detalhado dessa fase da II GM, contribui para a compreensão do efetivo, disposição no terreno, manobra e valor das tropas adversárias, ressaltando o feito memorável da rendição, de dedicados e experientes militares do eixo aos nossos pracinhas, que cruzaram o Atlântico para lutar contra o nazi fascismo e pela liberdade.

No segundo artigo, Tenente-General Joaquim Xavier Curado: Resgate de um personagem histórico, somos presenteados com o resgate de um personagem histórico, pouco estudado na história luso-brasileira, o do Tenente-General Joaquim Xavier Curado, escrito por Júlio Raphaël de Freitas Coutinho. Xavier Curado tendo vivido entre 1743/1746 – 1830, participou ativamente como militar dos períodos do final do Brasil Colônia, vinda de D. João VI para o Brasil, Império do Brasil e Proclamação da Independência. Tendo sido o primeiro brasileiro a atingir os mais altos postos do Exército Colonial Português, o importante estudo deste personagem da história traz luz a nossa formação e a organização das forças terrestres genuinamente brasileiras.

No ano de 2022 será comemorado o bicentenário de nossa independência, a leitura do artigo ressalta a importância de sua ação política-militar como Conselheiro de Guerra, do recém-criado Império do Brasil (1820-1828), e que deram origem a Independência do Brasil e outros acontecimentos da nação recém emancipada de Portugal.

Aí está um chamamento para nos debruçarmos sobre a história: estudar, pesquisar, publicar e comemorar. E sendo assim, desenvolver o sentimento de pertencimento, entendendo nossas raízes por ocasião dos 200 anos do "Brava Gente Brasileira longe vá temor servil; ou ficar a Pátria Livre, ou morrer pelo Brasil".

No terceiro artigo, A utilização e a evolução dos carros de combate durante a Segunda Guerra Mundial (1939 -1945), é com grande satisfação que apresentamos o artigo versando sobre os Carros de Combate durante a Segunda Guerra Mundial, de autoria do Cadete do 4º ano do Curso de Cavalaria Arthur Lazzari Royes, da Academia Militar das Agulhas Negras, coautoria com o Major Marcio Sousa de Pinho, orientador.

O artigo é resultante do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado pelo Ca-

dete como componente curricular de sua formação no Grau de Bacharel em Ciências Militares na AMAN.

A revolução industrial, através do domínio do aço e dos motores, principalmente nas grandes potências, transformou radicalmente os teatros de operações bélicas, com seu largo emprego junto as tropas terrestres. Os conflitos do início e durante o século XX, o seu desdobramento no século XXI destacam este estudo acerca dos carros de combate e de toda tecnologia embarcada.

A análise e a comparação dos principais instrumentos de guerra "em relação as técnicas, táticas, procedimentos e ao desenvolvimento técnico" justificam consequentemente sua utilização no Brasil, não só pelo Exército, Fuzileiros Navais e outras forças de segurança que requeiram o poder emanado, outrora medido pela força, velocidade e poder de choque, do nobre cavalo. Que a participação do então Cadete de Caxias Arthur Lazzari Royes e a segura orientação do Major EB Marcio Sousa de Pinho, sirvam de exemplo e estímulo a juventude, para que tenhamos cada vez mais estudiosos e escritores da arte da guerra.

No quarto artigo, A Importância da Participação Política dos Militares do Exército, na era Vargas (1930/1945) uma visão crítica do período e seus reflexos na vida pública brasileira, a historiografia mundial, ao longo dos séculos, através de milhares de obras culturais, não só bibliográficas, discute sobre a importância da participação ou não na vida política da nação da presença de militares nacionais ou estrangeiros.

O Cel. Luiz Emílio Da Cás, neste artigo elaborado, em sua conclusão nos traz uma indagação: "Apesar do atual Presidente do Brasil ter sido capitão de Exército, o retorno dos militares na política nacional seria salutar? Ou, por outro lado, o afastamento destes deixaria a Força desprovida de apoio político? São perguntas que ficam no ar".

Da Cás nos oferta um estudo que contempla a participação do segmento da sociedade intitulado de militares e sua ativa participação na política desde a época do império, principalmente após a Guerra da Tríplice Aliança. Aprofunda e foca seu artigo através do Movimento Tenentista e aborda a participação dos militares na política, durante a "Era Vargas". Não resta dúvida que para entender o Brasil de hoje, temos que analisar e compreender nossa evolução histórica econômica desde seu descobrimento, colônia, império e república. Principalmente o seu contexto no rol das nações, desde o passado e sua inserção no choque de ideologias do início e meio do século XX. E fazer projeções para esta terceira década do século XXI em diante.

Muitos estudiosos brasileiros e estrangeiros têm se debruçado sobre estes últimos cem anos da nação brasileira, diversas publicações têm sido editadas e contribuído de forma científica e isenta de paixões para a compreensão da realidade de nossa sociedade. Vemos também, com satisfação, de forma plural a disseminação nas Universidades Brasileiras, já sem tempo, da criação de departamentos, institutos, núcleos de estudos estratégicos, de temas militares ou de cátedras de sociologia/antropologia com aprofundamento no papel do militar no seio da sociedade brasileira. Inclusive com programas de pós graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) no país e no exterior.

Da "Oração da AHIMTB" podemos tirar um norte para nossas respostas, que são: sabedoria, verdade histórica, coragem moral, vontade cultural, força, garra e de-

terminação patriótica, glória e desenvolvimento das forças terrestres do Brasil, no exercício de suas missões constitucionais. Da Cás ainda em sua conclusão indaga: "Por fim, observamos que no nosso atual Congresso Nacional, existem poucos representantes militares entre deputados e senadores, talvez seja fruto da imunização ocorrida na "Era Vargas" ou do desgaste, perante a sociedade brasileira, dos 21 anos de Regime Militar (1964-85)".

Portanto concito sua leitura atenta ao artigo, de forma que possamos responder as indagações formuladas.

No quinto artigo, Turismo Virtual em Fortificações Coloniais do Brasil, o artigo de Elcio Rogerio Secomandi – Cel. (autor) e Cesar Bargo Perez (coautor), nos causa admiração desde o início, primeiramente pelo excelente tema que são as Fortalezas de nosso Brasil; dezenove fortificações coloniais apresentadas, graças a Deus, cada vez mais preservadas e difundidas para conhecimento e turismo cultural de toda a população.

Na continuidade o texto, telas e fotos são apresentados como uma resenha de um TCC e centrados na análise de uma obra literária digital, hospedada na plataforma (www.academia.edu). Os prezados professores universitários, nos contemplam, em segundo plano, não menos relevante que o primeiro, com as novas tecnologias posta à disposição dos amantes do saber.

A oportunidade de estar lidando com universitários, permite a união do tradicional com as inovações dos meios tecnológicos, da imagem precisa no macro e micro espaço, do som de qualidade e a disponibilidade de acesso à informação, pausada ou contínua, através de diversas plataformas que o usuário possua, a qualquer hora, em qualquer lugar do mundo. E ainda nos permite apreciar e divulgar através das mídias a coleção de quadros em óleo sobre tela da artista plástica Cristiane Carbone.

Recomendo o deleite virtual desta apresentação acerca do legado das tropas luso-brasileiras que fixaram a dimensão territorial nacional através de um belíssimo esforço granítico e social, trabalho hercúleo, realizado em poucos séculos em nosso país, diferentemente da consolidação das nações europeias, que confundem-se com suas próprias histórias da existência das cidades/estados.

Cumprimentamos os autores e somos solidários ao propósito da concessão do título de Patrimônio Mundial as nossas fortalezas, que esperamos seja conferido em 2022 pela UNESCO. A AHIMTB/Resende, sua Revista, acadêmicos e historiadores tem mais um motivo e dever para comemorar e difundir a História Militar Terrestre por ocasião da efeméride do Bicentenário da Independência do Brasil.

Que consigamos aumentar a zona de amortecimento principalmente junto a população brasileira, através da sua relação com esses ambientes, do conhecimento de sua história, da educação, da cultura, de seu amor as nossas coisas; atingindo assim o sentimento de pertencimento. E quem sabe possamos colocar como meta de vida conhecer presencialmente cada uma dessas fortalezas ou a maior parte delas espalhadas por esse imenso Brasil.

No sexto artigo, A Alimentação da FEB nos Navios e na Itália, o Cel. Durland Puppin de Faria nos apresenta um artigo leve, agradável e curioso quanto a alimentação e a adaptação de nossos Pracinhas nos deslocamentos nos navios e no TO na Itá-

lia. Apesar que, pelo relato das falas de nossos pracinhas, não tão deliciosos. Assunto pouco estudado e divulgado pelos pesquisadores está intrinsicamente relacionado com nossa cultura.

É nos hábitos alimentares que observamos grandes diferenças entre os povos de nações de origens distintas. Hoje grande parte do mundo está globalizado em seus costumes, todos comem um sanduiche, um refrigerante, um chocolate; mas o que falar da década de 40 do século passado? Cinema e televisão ainda estavam no alvorecer, enlatados não era a realidade da indústria brasileira, muito menos os alimentos, as rações empacotadas, isso para qualquer segmento da sociedade. E o tipo de alimento? O longo intervalo de consumo entre eles? E o que falar do ambiente inóspito e a saudade de casa e de sua gente?

O texto nos transporta mareados pelo Atlântico, no Navio USS General W. A. Mann, por mais de 15 dias, junto com mais de 5.000 Pracinhas Brasileiros do primeiro escalão. Ansiosos por colocar os pés em terra firme e consumir um simples e delicioso feijão com arroz e uma farinhazinha. Mas isto é uma outra história, fica para depois, pois estamos no cenário da II GM e a Cobra vai fumar.

A frase do imperador francês Napoleão Bonaparte "Os exércitos marcham sobre seus estômagos" sempre será uma verdade e nossos soldados foram, adaptaram-se e cumpriram seu dever com galhardia.

Este conjunto de artigos que entregamos aos leitores da Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em seu número inicial é o exemplo da efervescência cultural de estudiosos, preocupados com a pesquisa e difusão de temas relacionados com a história militar terrestre, procurando contribuir com mais e melhores informações de acordo com a Oração da AHIMTB e junto àqueles que temos o privilégio de alcançar, felizmente em número crescente por meio das diversas e democráticas mídias.

"Tudo para a maior glória e o desenvolvimento das forças terrestres do Brasil, no exercício o mais competente possível de suas missões constitucionais".

Boa leitura!

Antonio Carlos Simon Esteves

SUMÁRIO

As Divisões de Campo da Luftwaffe na Itália e a Força Expedicionária Brasileira 15
Julio Cesar Fidelis Soares

Tenente-General Joaquim Xavier Curado: Resgate de um personagem histórico 25
Júlio Raphaël de Freitas Coutinho

A Utilização e a Evolução dos Carros de Combate durante a Segunda Guerra Mundial (1939 -1945) 45
Arthur Lazzari Royes

A Importância da Participação Política dos Militares do Exército na era Vargas (1930/1945): uma visão crítica do período e seus reflexos na vida pública brasileira 65
Luiz Emílio da Cás

Turismo Virtual em Fortificações Coloniais do Brasil 77
Elcio Rogerio Secomandi e Cesar Bargo Perez

A alimentação da FEB nos navios e na Itália 95
Durland Puppin De Faria

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 1, 2020

As Divisões de Campo da Luftwaffe na Itália e a Força Expedicionária Brasileira

Julio Cesar Fidelis Soares[1]





Uma Breve História das Divisões de Campo da Luftwaffe - 19ª e 20ª as duas divisões que serviram na Itália no mesmo momento de atuação da Força Expedicionária Brasileira.

As Divisões de Campo da Luftwaffe a 19ª e 20ª (LFD) faziam parte da terceira onda de divisões de infantaria formadas a partir unidades da força aérea na França em março de 1943. Os recrutas e oficiais vieram das XIII Fliegerkorps (Corpo Aéreo). Onde 23º Flieger-Regiment (Regimento Aéreo) era uma unidade de treinamento para pilotos e unidades de terra na Rússia e foram absorvidas pela 20ª Divisão de Campo da Luftwaffe, como eles estavam se formando, algumas unidades foram transferidas para a 44ª Divisão de Infantaria e outras para a 24ª Panzer Divisão. Em junho de 1943, a 19ª Divisão de Campo da Luftwaffe foi transferida para a Holanda e a 20ª Divisão de Campo à Dinamarca para agir como forças de ocupação.

Em Novembro, o Estado-Maior tinha começado a fazer planos para absorver as Divisões de Campo da Luftwaffe para o Exército, mas Hitler bloqueou esta mudança. Em vez disso, ele designou a 20ª Divisão de Campo da Luftwaffe como uma unidade de formação móvel unidades chave para modelo da guerra rápida alemã

1 Mestre em História Social, Professor universitário,pesquisador membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil,da Academia Resendense de História,do Instituto de Estudos Valeparaibanos,do Grupo de Preservação da História da FEB Capitão Cobra- Resende-RJ(Reencenação Histórica).

(BlitzKrieg). O Comando do Exército Alemão então transferiu alguns oficiais de cavalaria e sargentos para estas unidades. Uma vez que caminhões não estavam disponíveis, a divisão foi formada em bicicleta ("radfahr") regimentos de infantaria ligeira e os regimentos de artilharia foram totalmente mobilizados para outras unidades tanto da Wehrmacht como da Luftwaffe, um exemplo clássico disto que relatamos é o que descreveremos sobre o regimento de artilharia da 20ª Divisão de Campo da Luftwaffe. Assim as unidades blindadas e de artilharia formaram batalhões que estavam armados com armas soviéticas e polonesas depois de ter que deixar de suas armas de assalto para outras unidades na frente russa. Pouco antes de suas transferências para as divisões de campo da Luftwaffe; foram renomeados como Luftwaffe-Strum Divisionen ou Divisões de assalto, provavelmente para enganar os Aliados e dar as unidades mais prestígio.



Fig.1 Bandeirola de identificação das Divisões de Infantaria de Campo da Luftwaffe.

A 19ª Divisão de Campo da Luftwaffe

Em junho de 1944, a décima nona LFD foi transferida para a Itália, onde ela entrou a defesa de Livorno (sob o comando do XIV Corpo Panzer). A 19ª e 20ª LFD foram colocadas na linha de FRIEDA no flanco direito do exército XIV perto de Piombino, região da Toscana. A 19ª LFD lutou ferozes batalhas na retaguarda perto Castagneto[2] e Monteverdi. A 36ª Divisão Americana a "Texas" Infantaria lançaram um ataque em 24 de junho, que cruzou o rio Ombrone e avançou para Montepescali. A 19ª LFD escapou ao longo da auto estrada costeira número 1(um). Em 25 de junho, o 34º divisão de infantaria Americana a "Red Bull" substituiu a 36ª Divisão de Infantaria e continuou a avançar 15 milhas na auto estrada 68. A 19ª LFD escapou da área Piombino e colocou-se numa posição defensiva por trás do rio Cecina na cidade de Cecina [3] que tinha um enorme castelo.

2 Castagneto Carducci é uma das cidades mais populares da Costa etrusca, A cidade foi chamado de "Castagneto Marittima" até o início de 1900, quando seu nome foi mudado para "Castagneto Carducci" em honra de Giosuè Carducci, um dos maiores poetas italianos do século XIX, que passou parte de sua infância nesta cidade.

3 Cecina é uma comuna italiana da região da Toscana, província de Livorno, com cerca de 26.355 habitantes hoje.



Fig.2 Castelo de Cecina

A 34ª Divisão dos Estados Unidos foi reforçada pela 1ª Divisão Blindada dos Estados Unidos[4], em função de que General Senger ter movido a 26ª Divisão Panzer para apoiar a 19ª LFD. A frente alemã consistiu na 19ª Divisão de Campo da Luftwaffe junto à costa, em seguida, a 26ª Divisão Panzer e próximo a ela a 20ª Divisão de Campo da Luftwaffe. Em 03 de julho, o 6ª Corpo Americano lançou um ataque feroz. A 19ª LFD lutou segurando posições até que recuou para a cidade costeira de Rosignano-Solvay. Onde eles realizaram durante uma semana vários contra-ataques ferozes aos norte-americanos , mas foram flanqueados pelo 135º Regimento de Infantaria americano. Os remanescentes do 19ª LFD recuaram para Livorno sob perseguição dos 133º e do 135º regimentos de Infantaria Americano. Em 19 de julho , a linha alemã tinham recuado ao norte de Livorno. A 19ª Divisão de Campo Luftwaffe campo foi condenada a ser dissolvida no final de julho de 1944. Assim grande parte da divisão foi ordenada a voltar para a Dinamarca onde foi absorvida na 19ª Divisão Volksgrenadier.

20 ª Divisão de Campo da Luftwaffe

A 20ª Divisão de Campo da Luftwaffe chegou na Itália em maio de 1944. Em julho ele estava fornecendo a defesa costeira e servindo como força anti-partisans em Lucca com o grosso das forças entre Viareggio e La Spezia. No dia 12 de setembro, comandante major-general Wilhelm Crisolli foi morto por partisans. Assumiu o Comando coronel Kasper Volcker. Logo depois que a divisão foi agrupada ao X Exército na costa do Adriático, onde seu 39ª e 40ª Jäger Regimentos foram designados para a 26ª Panzer Division e as unidades de apoio divididos entre os 29ª Panzer

4 Ativada a 15/07/40 a partir da 7ª Brigada Mecanizada, a 1ª Divisão Blindada participou da "Operação Tocha", a invasão da África do Norte francesa (08/11/42), entrando em Oran a 10/11/42.fonte: Theodoro,Reinaldo V.,DIVISÕES AMERICANAS DA 2ª GUERRA MUNDIAL -2007 p.1. Clube SOMNIUM.

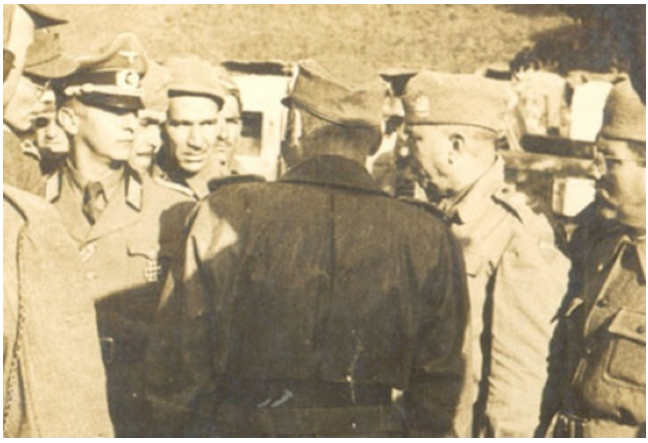

Fig.3 Nesta foto vemos o momento da Rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã ao Comandante do 6º Regimento de Infantaria da FEB, hoje 6º Batalhão de Infantaria Leve com sede na cidade de Caçapava,Estado de São Paulo.

Grenadier Division[5] e 90ª Panzer Grenadier Divisões[6]. Em 8 de novembro de 1944, foi dada a ordem para dissolver a divisão. Muitas das unidades transferidas foram para a Divisão de Treinamento de campo 155. Já o 20º Batalhão Anti-Tank tornou-se o 1048º Anti-Tank Batalhão da 148ª Divisão de Infantaria[7]. Sendo que duas baterias do 20ª Regimento de Artilharia tornou-se parte do 142ª Regimento de Artilharia da 42ª Jäger Division (42ª Divisão ligeira)[8].

Generalmajor Wilhelm Crisolli era o comandante da 20ª Divisão de Campo da Luftwaffe . Ele foi morto em uma emboscada dos partisans perto de Bolonha em 12 de Setembro de 1944. Isto ocorreu semanas antes de os alemães lançarem um ataque

---

5 A 29ª Panzer - Division foi formada em França março 1943 da destruida 29ª Infanterie - Division (motorizada) foi então enviada para Itália em julho. Ela lutou em Salerno, Anzio e no vale do rio Pó . Foi destruída em abril de 1945, quando a LXXVI Corpo Panzer foi atacado pelo 8º Exército britânico entre o vale do rio Pó e as montanhas dos Apeninos, tendo contato com Divisão Expedicionária Brasileira unidade do 5ª Exército Americano.

6 A 90ª Panzergrenadier – Division foi formada em 06 de Julho de 1,943 na Sardenha como Divisão Sardaigne, substituindo a 90ª Leichte Afrika- Division demobilizada na África do Norte . Ela foi transferido para Córsega , antes de ser transferido para o norte da Italia . Ela lutou em Anzio , Roma , César e Linha Gótica e do rio Pó .Foi destruída perto de Bolonha em abril de 1945. Os restantes do homens da divisão rendeu-se a unidades da Força Expedicionária Brasileira em abril de 1945.

7 A 148ª Divisão era composta por três regimentos de infantaria (281º, 285º e 286º) e um regimento de artilharia o 1048º formado por quatro baterias, operou na ocupação do sul da França e lutou na Itália em 1944 e 1945, lutando nas batalhas do Rio Pó. Foi cercada e vencida pela 1ª Divisão Expedicionária Brasileira na batalha de Collecchio.

8 A 42ª JägerDivision de 26 de April 1944 até 24. April 1945 foi comandada pelo Tenente-General Walter Jost, esta unidade foi formada no dia 22 de dezembro de 1943 na Croácia a partir da 187ª Divisão de Reserva. Participou da Operação Margarethe, a ocupação militar da Hungria no mês de março de 1944, retornando para a Iugoslávia no mês de março, sendo depois transferido para a Itália após dois meses. Se rendeu para as forças britânicas do 8º Exército no norte da Itália no mês de abril de 1945.



Fig.4 Esta foto corrobora com nossa pesquisa pois mostra dois militares alemães das Divisões de Campo da Luftwaffe, prisioneiros de guerra. Fonte:Acervo de Srª. Wanda Reis Pedroso - WWW. portaldafeb.com.br.

maciço anti-partisans na área de Bolonha, que ficou conhecido como o massacre de Monte Sole ou o Massacre de Marzabotta. Em referência ao Massacre Sole Monte, ao sul de Bolonha entre 29 de setembro a 2 de outubro é interessante sabermos que algumas unidades da divisão Herman Goering participaram nesta ação configurando o envio de tropas da Luftwaffe para fazer a vingança pelo assassinato de um oficial da Comandante alemão. E ainda talvez por isto tenhamos capturados alguns membros desta unidade tão famosa da Infantaria da Luftwaffe junto com os demais prisioneiros. Assim em função da presente pesquisa podemos afirmar que em função do exposto e de documentos inclusive fotográfico com um dos apresentados bem como



Fig.5 Grafismo mostrando um soldado típico da 20ª Divisão de Campo da Luftwaffe.



Fig.6 Nesta imagem vemos unidades de artilharia autopropulsadas Mader II de uso das Divisões de Campo da Luftwaffe.



Fig. 7 Imagem mostras supostamente como sendo prisioneiros da FEB, em sendo vemos membros da infantaria de campo no grupo.



Fig.8 Esta foto mostra tropas rendidas a FEB já em mãos dos Americanos, o que nos chama a atenção é o militar bem do meio com uniforme camuflado muito típico de uso da Luftwaffe.



Fig. 9. Nesta imagem vemos uma coluna de prisioneiros na rendição a FEB provavelmente perto de Respício os militares com calças bojudas nos trás a memoria um dos uniformes típicos das Divisiões de Campo da Luftwaffe. Lembro ao leitor do texto onde cito o procedimento de recomplementação de unidades da Whermacht com tropas de infantaria da Luftwaffe coisa comum naquela altura.

do histórico de movimentação das tropas alemãs que realmente a Força Expedicionária Brasileira teve contato com tropas da Infantaria de Campo da Luftwaffe mais precisamente com elementos da 20ª Divisão de Campo, sobretudo os que formavam o 1048ª Regimento de Artilharia anti-tank da 148ª Divisão de Infantaria Alemã.

Ao pesquisar sobre a 148ª Divisão de Infantaria do Exército Alemão verificamos que entre os dias 26 e 30 de abril de 1945 a Força Expedicionária Brasileira recebeu a rendição de cerca de 20 mil soldados inimigos, a maioria deles integrantes daquela Divisão Alemã que possui elementos de complementação das unidades citadas acima.

Esse feito memorável dos nossos pracinhas, que cruzaram o Atlântico para lutar contra o nazifascismo e pela liberdade, ocorreu no contexto da ofensiva final de 1945, que culminou com as Tomadas de Monte Castello, em 21 de fevereiro e de Montese, em 14 de abril.

A rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã se deu em um momento em o Exército Alemão, já se encontrava bastante desgastado e enfraquecido, porém aguerrido e havido para voltar a defesa do solo pátrio, devido à deficiência de meios de toda ordem, inclusive completando suas unidades com unidades de outras forças nacionais como a Luftwaffe , em decorrência dos quase seis anos de guerra, e tiveram de se deslocar por uma rota de fuga, pelo norte da Itália, em direção à fronteira com a Áustria. Essa foi a única unidade alemã que se rendeu no Teatro de Operações do Norte da Itália antes do armistício de dois de maio daquele ano.

A Batalha de Fornovo di Taro foi uma batalha, travada durante a Segunda Guerra Mundial, entre a Força Expedicionária Brasileira (FEB), junto com partisans italianos e unidades de duas divisões do exército dos Estados Unidos, e tropas da Wehrmacht (o exercito da Alemanha) e da República Social Italiana. A luta se deu na cidade de Fornovo di Taro, a cerca de 13 km a sudoeste de Parma, no norte da Itália. As forças Aliadas derrotaram os soldados do Eixo, que estavam tentando bater em retirada.

Enquanto ao nordeste e ao noroeste de Fornovo contingentes do 1º Regimento de Infantaria e do 11º Regimento de Infantaria bloqueavam as possíveis saídas do inimigo, o 6ª Regimento de Infantaria do Coronel Nelson de Mello preparava ataque a Fornovo di Taro com ajuda de duas baterias de artilharia, do Esquadrão de Reconhecimento, de uma Companhia de Engenharia e de um esquadrão norte-americano de tanques.

Na manhã de 28 de abril o General Zenóbio telefonou a ao General Mascarenhas de Moraes, que se achava em Montecchio, propondo que mais um batalhão fosse lançado à luta, para ajudar o 6º regimento de Infantaria. O Geneneral Mascarenhas, apoiando-se na avaliação que do então Coronel Castelo Branco fez da situação, declarou que esse batalhão adicional não seria necessário. Por isso, o movimento de cerco e ataque foi efetuado por três batalhões, como anteriormente fora planejado.

A principal ofensiva foi desencadeada pelo Major Gross, que avançou da região de Collecchio, pelo sul. Quando se encontrava a 6 km de Fornovo, encontrou séria oposição, resistindo a violentos contra-ataques, às 9 horas da noite do dia 28, e a 1 hora da madrugada do dia 29.

Enquanto isso, a curta distância de Fornovo, o 3º Batalhão do Major Silvino Castor da Nóbrega, e o Esquadrão de Reconhecimento do Capitão Pitaluga atacavam pelo sudoeste. Escreve Wondolowski: "Os brasileiros, muito decididos, estavam esmagando todas as tentativas alemãs de romper o cerco." Pode-se acrescentar que os brasileiros ainda dispuseram de tropas para mandar a Piacenza e a um bolsão ao Norte de Cremona e, assim, não precisaram de toda a sua força para a missão de bloquear a Rodovia 62.

Na tarde de 27 de abril, um dia antes da ofensiva contra Fornovo, o Major Cordeiro persuadiu o vigário de uma aldeia a levar aos alemães a sugestão de que se rendessem. O vigário caminhou 6 km até Respício, perto de Fornovo, e aí falou com oficiais alemães. Perguntado sobre o poderio e a localização das forças brasileiras, o vigário disse que os alemães estavam cercados e deviam se render.

Um dos mais velhos desses oficiais, que aprimorara o seu italiano durante um período em que servira como Embaixador da Alemanha em Roma, pediu ao vigário que obtivesse por escrito condições para a rendição e voltasse com elas.

Como resultado disso, na manhã do dia 28, muito cedo, antes de ser desfechado o ataque do 6º Regimento de Infantaria, o Coronel Nelson de Mello, redigiu um ultimato de rendição incondicional e, através do Coronel Castelo Branco, pediu a aprovação do General Mascarenhas de Moraes aos seus termos.

O vigário levou esse ultimato aos alemães e voltou com uma mensagem, assinada pelo Major Kuhn, chefe do Estado-Maior da 148ª Divisão de Infantaria Alemã, dizendo que a resposta seria dada depois de consulta a seus superiores.

Finalizando nosso trabalho ressalto o profissionalismo e o destemor da FEB ao enfrentar forças testadas nas aplicações militares em combates há seis anos nos diversos cenários da guerra revisionistas no fito de rebaixar nosso valor e por desconhecer a tenacidade e força do exército alemão, tentam nos desqualificar. Sabemos então agora que a FEB lutou com unidades da temida Infantaria de Campo da Luftwaffe em complementação a 148ª Divisão de Infantaria assim com 90ª Leicht Division unidade oriunda do famoso Deutsches Afika Korps tudo isto prova o valor da tropa brasileira verdadeiros heróis brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANOS DA RENDIÇÃO DA 148ª DIVISÃO DE INFANTARIA ALEMÃ À FEB, 75. Disponível em: https://www.3rcg.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/320-75-anos-da-rendi%C3%A7%C3%A3o-da-148%C2%AA-divis%C3%A3o-de-infantaria-alem%C3%A3.html Acesso em: 04 de abr. 2020.

FEB 75 ANOS, FORNOVO DI TARO: a última batalha na Segunda Guerra Mundial. Disponível em: https://www.taiadaweb.com.br/feb-75-anos-fornovo-di-taro-a-ultima-batalha-na-segunda-guerra-mundial/ Acesso em: 23 de jun. 2020.

LUFTWAFFE GROUND TROOPS: Various types of Infantry troops within the German Air Force. Disponível em: http://custermen.com/ItalyWW2/Luftwaffe.htm Acesso em: 15 de set. 2020.

MUNOZ, Antonio J. ,**Granadeiros de Göring:** as divisões Luftwaffe. Campo, 1942 – 1945

SILVEIRA, Astrogildo. **O Sexto Regimento de Infantaria Expedicionário, 1947.** Axis Europa Publicações, 2002.

WAAK, William. **As duas faces da Gloria:** a Feb vista pelos seus aliados e inimigos. São Paulo: Planeta 2015.

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 1, 2020

Tenente-General Joaquim Xavier Curado: Resgate de um personagem histórico

Júlio Raphaël de Freitas Coutinho[1]



Início da Trajetória

O Artigo tem a finalidade de: estabelecer a devida importância da ação política-militar do Tenente-General JOAQUIM XAVIER CURADO. Foi como Conselheiro de Guerra, do recém criado Império do Brasil (1820-1828), e Governador das Armas da Corte e da Província do Rio de Janeiro (o que seria hoje o Comandante Militar do Leste) participante ativo dos eventos que deram origem a Independência do Brasil e da constituição do Exército genuinamente brasileiro; e propor seu nome para ser o patrono do Comando Militar do Leste.

A obra política-militar do Tenente General JOAQUIM XAVIER CURADO, Conde de Duas Barras (1743/1746-1830), ainda não foi devidamente reconhecida. A sua participação no atual cenário da História Nacional não se apresenta com a verda-

1 O autor é Doutor em Ciências Militares (PPGCM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Pós-graduado em Administração, Educação, Filosofia, Logística, Negociação, Política e Tecnologia da Informação. Atualmente é professor de Filosofia da AMAN e comandou o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), o 10°BI (Juiz de Fora – MG) e o Batalhão de Força de Paz UNAVEM – III (Angola).

deira dimensão, em especial, no que diz respeito ao envolvimento do Gen CURADO nos eventos que deram origem a Independência do Brasil e a permanência do Príncipe Regente no Brasil, no "dia do Fico". Era na época o Governador das Armas da Corte e da Província do Rio de Janeiro (O que seria hoje o Comandante Militar do Leste).

A historiografia tem privilegiado o período de Formação da Nacionalidade Brasileira, o Período das Regências e o conflito da Tríplice Aliança, relegando ao ostracismo os fatos referentes a este personagem muito relevante para a compreensão do primeiro momento da Independência brasileira e da organização de um Exército genuinamente brasileiro.

No entanto, uma simples consulta aos registros biográficos deste personagem comprova esse esquecimento. Nascido numa tradicional família goiana, em Freguesia de Meia Ponte, Pirenópolis na Província de Goiás, órfão de pai, partiu ainda adolescente para o Rio de Janeiro onde assentou praça do Exército como soldado nobre.

Logo a seguir recebe a patente de alferes e começa uma carreira militar brilhante sendo o primeiro brasileiro a atingir os mais altos postos do Exército Colonial Português (Marechal e Tenente-General).

Em 1774, depois de receber a patente de alferes, marchou com o exército expedicionário para o Rio Grande do Sul, com a finalidade de expulsar os espanhóis que ocupavam parte do território.

Terminada a campanha do sul, foi designado para defender os habitantes entre as capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que sofriam com índios que saqueavam fazendas[2]. Conseguiu controlar a situação, e garantiu a ocupação permanente dos colonizadores. Foi nesse momento que se mostrou um bom estrategista militar.

Anos mais tarde, pelos bons serviços prestados, o vice-rei o louvou e agradeceu, em relatório de 20 de agosto de 1789, graduando-o no posto de tenente-coronel de infantaria.

Como Tenente-coronel, em 1798, contribuiu para implementar as bases da Real Academia Militar, origem da atual Academia Militar das Agulhas Negras.

Governo de Santa Catarina (1800 - 1805)

Por volta de 1799 seguiu para a Europa junto à corte de Lisboa. Durante a viagem, seu navio foi aprisionado por uma embarcação francesa, e, por ordens superiores, jogou toda a documentação que trazia consigo ao mar. Seguiu como prisioneiro até a Baía de Biscaya, onde foi por terra até Lisboa. Regressaria ao Rio de Janeiro apenas em 1800. No mesmo ano, foi nomeado Governador Interino da Ilha de Santa Catarina, tornando-se também Coronel.

A nomeação de Curado para a governança da província não foi por acaso. A proximidade de Santa Catarina com o Vice-Reino do Rio da Prata era de grande interesse para a Coroa Portuguesa, que desejava a ocupação e consequente anexação

2 Local onde hoje se situa a região do Vale do Rio Paraíba.

das províncias platinas. Para isso, o melhor nome seria o do Coronel Curado, pela experiência em conflitos e negociações. Desde que assumiu o cargo, Curado planejava a ocupação da região. Para isso, coordenou um trabalho secreto a respeito da capacidade militar do Vice-Reino do Rio da Prata, que continha uma investigação sobre o arsenal e contingentes militares do local.

O relatório proveniente da investigação secreta foi bastante minucioso, contendo informações como: plantas de fortalezas da região platina e quadros estatísticos do contingente espanhol na região.

Ainda em 1805, Xavier Curado retornou ao Rio de Janeiro após deixar o cargo em Santa Catarina, e solicitou sua reforma do exército, que lhe foi negada pelo vice-rei Marcos de Noronha, conde dos Arcos, que o promoveu a brigadeiro em 2 de junho de 1806.

A ação de Curado no Rio da Prata

Em 1807, a primeira invasão francesa a Portugal, com ajuda da Espanha, ajudou ainda mais a Coroa Portuguesa à prosseguir com os planos de ocupação das províncias platinas, pois não causaria constrangimento, visto que a ação seria justificada como represália à política francesa e espanhola na Europa. Em 1808, com a nova invasão a Portugal, que obrigou a Família Real Portuguesa a se transferir para o Brasil, o plano foi intensificado pela Coroa Lusitana. A principal aliança de Portugal no referido plano seria com a Inglaterra. Os ingleses tinham interesses comerciais na América, e o Brasil, maior país da região, seria um seu aliado. A importância das províncias platinas, era materializada, principalmente, no que diz respeito ao comércio internacional e o escoamento de produtos importados. Por isso, Portugal/Inglaterra desejavam a anexação da região do Rio da Prata pelo Brasil.

Os movimentos portugueses já despertavam a atenção por parte da Espanha. Tão logo soube da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, a administração do Vice-Reino do Rio da Prata enviou um agente ao Rio Grande do Sul para que tomasse melhor conhecimento dos planos portugueses.

O plano luso-inglês deveria ser complementado logo após a chegada da Família Real ao Brasil. E as informações de Joaquim Xavier Curado davam a segurança para uma entrada no Vice-Reino do Rio da Prata. Tão logo a Corte se instalou no país, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, diplomata português, deu andamento ao plano. No primeiro momento, provavelmente seguindo instruções de Curado, buscou o convencimento das elites coloniais da anexação, além de tentar convencer as lideranças platinas das vantagens de se tornar parte do Brasil.

Dom Rodrigo de Sousa Coutinho deu instruções bem específicas para a missão de Curado na região. Elas consistiam, primeiramente, em adentrar em Montevidéu e Buenos Aires sem levantar suspeitas, com suposto propósito de fazer negociações em nome de Portugal. A segunda era a de tentar convencer as lideranças de como uma anexação das províncias platinas seria benéfica para todas as partes envolvidas. E, por fim, que se examinasse como a opinião pública reagiria a uma entrega ao Governo Português, bem como as condições militares que gozavam os espanhóis.

Porém, as lideranças espanholas já sabiam da presença de Xavier Curado em território platino, e enviam um ofício a corte criticando a "Missão Curado".

Àquele momento, Curado se encontrava em Montevidéu. Entretanto, visando estreitar os laços com Santiago de Liniers, envia um ofício ao mesmo e ao governador de Montevidéu com pedido de permissão para ir a Buenos Aires. Em 26 de abril de 1808, Liniers acata a solicitação de entrada de Curado, e que lhe seria fornecido todo o necessário para o desembarque na cidade. Mesmo assim, a presença de Curado desperta suspeitas nas autoridades coloniais, que pedem explicações, prontamente respondidas de maneira a deixar claro que a missão de Curado se restringia a tratar sobre o comércio entre as duas nações.

Mesmo assim, as lideranças platenses se reúnem para discutir a provável ameaça luso-inglesa.

A avaliação era de que as forças luso-inglesas não teriam força suficiente não apenas para uma ofensiva, mas também para manter uma guerra com a Espanha e suas colônias.

Mesmo assim, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho resolve ter uma posição mais ofensiva, pedindo que Curado ordene ao Vice-Rei do Rio da Prata que entregue a guarda da margem setentrional do Rio da Prata ao controle português, já que tal medida seria indispensável para evitar que as tropas francesas desembarcassem no local e perturbassem a paz no Brasil. Curado recebe as ordens, e envia uma carta à Corte detalhando as condições para uma eventual invasão. O relatório conta que o Vice-Reino do Rio da Prata estaria numa espécie de "anarquia", visto que o poder espanhol na região sofria de crise de legitimidade perante o povo, principalmente em detrimento das invasões francesas na Espanha. Logo, o clima conturbado favoreceria os portugueses.

Curado ainda deixa claro a Dom Rodrigo que uma invasão com grande poderio bélico era a melhor estratégia, visto que uma eventual vantagem militar teria êxito. Sendo assim, sugere que se faça uma invasão, ou por assalto, ou por meio de bloqueio terrestre e marítimo. Logo, no fim de 1808, a legião de São Paulo é enviada em segredo para o Rio Grande do Sul.

Fatos e curiosidades referentes ao General Xavier Curado

Comentários sobre alguns dos fatos ocorridos com esse personagem, importante da nossa história. Esses fatos, por serem históricos, podem ser melhor entendidos se forem relacionados com a Filosofia, a mãe de todas as Ciências, que nos faz refletir sobre a história, da seguinte forma:

"Todas as ciências, que podemos resumir a cinco, dizem apenas alguma coisa do universo e sob um ponto de vista. O mito narra, a metafísica argumenta, a teológica crê na palavra profética, a ciência prova e a história documenta. Essa quinta forma de saber, a história, se baseia em documentos. Quanto mais confiável o documento, mais "evidente e visível se torna a história."

Por isso, a seguir serão apresentados fatos e curiosidades através de documen-

tos confiáveis que demonstram o quanto o Tenente- General JOAQUIM XAVIER CURADO participou da história da, então, iniciante Nação brasileira, vide abaixo:

1. Recebeu a Patente de General do Exército Russo.

XAVIER CURADO recebeu a Patente de General do Exército Russo[3], a ele foi concedida quando era governador das armas de Santa Catarina, ocasião em que um navio da armada russa que realizava a primeira viagem russa de circunavegação teve problemas e precisou ser apoiado e reparado no porto de Sta Catarina. Ele hospedou a comitiva e providenciou todo o suporte necessário. Por causa disso o Imperador Russo Alexandre I concedeu a ele a excepcional honraria.



A expedição comandada pelo Almirante Krusenstern entrou no Brasil através do porto de Florianópolis que, em comparação com o Rio de Janeiro, tinha um clima mais suave, água doce, preços mais baratos de alimentos e tarifas mais baratas.

Em 21 de dezembro de 1800, os navios entraram no estreito que separa a ilha do continente e ancoraram na fortaleza de Santa Cruz. A residência do Governador ficava a 9 ¾ milhas náuticas do local de ancoragem. Joaquim Xavier Curado recebeu calorosamente Rezanov, Krusenstern e Lisyansky.

Todos os preparativos necessários foram feitos em ambos os navios, incluindo o corte de madeira, uma vez que, devido à alta umidade, a tripulação russa experimentou dificuldades com o trabalho físico. O embaixador Rezanov e sua comitiva ficaram com o governador Xavier Curado, enquanto Horner foi autorizado a montar seu observatório na ilha Atomiris, onde ele imediatamente começou a gravar as observações.

O famoso cientista Lansgdorff participou dessa aventura e posteriormente retornou ao Brasil, numa grande expedição científica.

3 O fato se encontra na Necrologia do Conde de S. João das Duas Barras. Diário Fluminense, Rio de Janeiro, v.16, n.139, p. 580-581, 13 dez. 1830.

2. Nomeação como Governador das Armas da Corte e da Província do Rio de Janeiro (o que seria hoje o Comandante Militar do Leste).

SUPPLEMENTO AO N.° 7

DA GAZETA DO RIO, DE 15 DE JANEIRO DE 1822.

BIBLIOTECA NACIONAL

RIO DE JANEIRO.

ARTIGOS D'OFFICIO.

HEI por bem extinguir a Commissão Militar, creada por Decreto de seis de Junho do anno proximo passado para o Governo das Armas da Corte e Provincia; e Nomear o Tenente General *Joaquim Xavier Curado* para Governador das Armas da Corte e Provincia: o Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Paço doze de Janeiro de mil outocentos e vinte dous. — Com a Rubrica do Principe Regente. — *Manoel Antonio Farinha.* — Está conforme — *Simeão Estellita Gomes da Fonseca.*

Manda o Principe Regente pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, remetter ao Tenente General *Joaquim Xavier Curado*, a Copia incluza do Decreto datado de hoje, pelo qual, extinguindo a Commissão Militar, que exerce o Governo das Armas da Corte; Houve por bem Nomea-lo Governador das Armas da Corte e Provincia, e porque urge que quanto antes entre no exercicio do dito lugar, Manda S. A. R. que o dito Tenente General Governador das Armas, não obstante não terem os Despachos do Conselho Supremo Militar, passe immediatamente a exercer as funcções de Governador das Armas Paço 12 de Janeiro de 1822. — *Manoel Antonio Farinha.* — Está conforme. — *Simeão Estellita Gomes da Fonseca.*

Tendo o Principe Regente por Decreto da data de hontem 12 do corrente Janeiro, Mandado extinguir a Commissão Militar que exercia o Governo das Armas da Corte e Provincia, Nomeando o Tenente General *Joaquim Xavier Curado* Governador das Armas da mesma Corte e Provincia, Manda pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra partecipa-lo ao Tenente General *Jorge de Avillez Juzarte de Souza Tavares* para seu necessario conhecimento e dos Membros da Commissão. Paço em 13 de Janeiro de 1822. — *Manoel Antonio Farinha.*

Manda o Principe Regente, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que o Coronel Commandante do Batalhão de Infantaria N.° 11 do Exercito de *Portugal*, *João Carreia Guedes Prata*, faça dar baixa no Livro Mestre às Praças do dito Corpo, constantes da Relação junta assignada por *Simeão Estellita Gomes da Fonseca*, Official Maior da sobre dita Secretaria de Estado, às quaes Houve por bem Conceder aquella Graça em attenção ao que as mesmas Praças Lhe representarão, Tendo lhes permittido Licença para ficarem já da tonda d'aquem. Paço 13 de Janeiro de 1822. — *Carlos Frederico de Caula.*

N. B. Nesta conformidade, e para o mesmo fim se expedio Portaria:

Ao Coronel Commandante do Batalhão de Infantaria N.° 18 do Exercito de *Portugal*, *Antonio José Soares Borges de Vasconcellos.*

Ao Tenente Coronel Commandante do Batalhão de Caçadores N.° 3, *Antonio Garces Pinto de Madureira.*

Ao Tenente Coronel Commandante do Corpo de Artilharia montada do mesmo Exercito *José da Silva Reis.*

Ao Segundo Tenente Commandante das Praças do Corpo d'Artifices Engenheiros do mesmo Exercito, *Antonio Valeriano de Souza.* Acompanhando á cada huma a Relação das Praças que forão dimittidas a saber

Relação das Praças do Batalhão de Infanteria N.° 11 do Exercito de Portugal, às quaes S. A. R. por Portaria de data deita, Houve por bem Conceder baixa, em attenção ao que as mesmas Praças Lhe representarão.

1.ª *Companhia de Granadeiros.*

1 Diogo Francisco Pinto, 1.° Sargento.
2 José Cardoso, Soldado
3 Francisco Lourenço, dito.

3. Doação de parte substancial de seus vencimentos, que correspondia a uma das maiores doações, para subsidiar a construção da nossa Marinha de Guerra.

Continuação da Subscripção voluntaria, e mensal para augmento da Marinha de Guerra do Imperio do Brasil.

Acções mensaes.

Transporte...4840	
Barbora Rosa de Sousa	1
João Dias de Sampaio	1
Francisco de Paula Vieira d' Azevedo	2
Antonio Alves Bastos	1
Custodio José Ferreira Guimarães	1
Manoel da Silva Leiria	1
Bento Pinto de Leão	2
Francisco Correa Vidigal como Reitor do Seminario de S. José	4
José Ignacio Ferrão	1
Mariano José da Silveira	1
Antonio da Silva Chiappe	1
Francisco de Paula da Silva	1
Luiz José de Gouvêa Freire	1
Marcellino José Alves	1
João Rodrigues Pinto	1
Paulo Gomes Cardoso	1
José Joaquim de Moura Teles	1
Antonio Rodrigues de Moura Teles	1
João Rodrigues Ribas	1
Carlos José Coelho	1
José Augusto Ribeiro	1
Francisco da Rocha Leão	5
Domingos Fernandes	1
Adão Pinto	1
Francisco Teixeira de Lira	1
José Teixeira d' Azevedo Lira	1
José Coelho Raiem Wandelk	5
O Ex.mo Conde de Palma	20
O Ex.mo Rodrigo Pinto Guedes, e seu filho	5
José Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes	5
Manoel Jacinto Nogueira da Gama	10
Dita Caetano Nogueira da Costa Gama	2
Coronel José Ignacio Nogueira da Gama, por seu Procurador	10
O Ex.mo Antonio Teles da Silva	5
	4895

Transporte...4928	
Bisaventura Delfim Pereira	3
O Ex.mo Barão de Santo Amaro	6
Joaquim e Lourenço de Sousa Meireles	10
Gonçalo Germano d' Araujo e Sousa	5
O Ex.mo Joaquim Xavier Curado	20
O Ex.mo Caetano Pinto de Miranda Monte Negro	5
Caetano Pinto de Miranda Monte Negro filho	2
D. Maria Angelica d' Oliveira Gonçalves	10
Francisco Xavier Raposo d' Albuquerque	4
João Valentim de Faria Sousa Lobato	4
Luiz Antonio de Faria Sousa Lobato	4
Domingos de Sousa Coelho Caldas	2
O Ex.mo José d' Oliveira Barbosa	2
José Maria Salter de Mendonça	2
José Teixeira da Fonseca Vasconcellos	5
Lucio Soares Teixeira de Gouvea	5
(Quer pagar 1 anno adiantado)	
Antonio Pedro d' Alencastro	1
Luiz Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça	5
José Custodio Dias	5
Coronel Thomas Joaquim Pereira Valente	3
A Ex.ma Baroneza de S. Salvador	20
O Ex.mo Francisco Maria Gordilho Velozo de Barbuda	10
Brigadeiro Manoel Alvares da Fonseca Costa, por si, e seu filho	10
Manoel Marques	1
Manoel Dias d' Oliveira	1
Pinheiro Viuva Filhos	2
Manoel José de Souza Castro	2
João Henriques de Paiva	1
João Gomes de Campos	6
Antonio José Alves da Cunha, e seu Irmão Geraldo José da Cunha	2
	4976

Continuar-se-ha.

NOTICIAS MARITIMAS.

ENTRADAS.

Dia 24 do corrente. — *Rio de S. João*; 10 dias; L. *S. José*; M. *Manoel Joaquim*, equipagem 5, carga madeira ao M.: passageiros um Soldado de Milicias, que conduz um desertor remettido ao Quartel General.

SAHIDAS.

Dia 24 do corrente.—*Lisboa*: G. *Ing. Lindsay*, M. *Wm. Lockrisy*, equipagem 19, em lastro: transporta 8 Officiaes, 4 Sargentos, 88 Cabos e Soldados, 12 mulheres, e 18 filhos dos Voluntarios Reaes: passageiros o Tenente Coronel José Antonio da Silva Valente com sua mulher e 5 filhos, e o *Insp.* Wm. Luiz Bennet. — Dito: G. *Amer. Heroe*, M. *Robert Jones*, equipagem 10, em lastro: transporta 10 Officiaes, 7 Sargentos, 127 Cabos e Soldados, 19 mulheres e 20 filhos dos Voluntarios Reaes: passageiros o Capitão de Infanteria Redeligo José de Sá Albuin, Francisco Ferreira Botelho, José Marques, João José Nadeira, e o *Hospedeiro* D. Nicolau Reis. — Em Commissão, E. de Guerra *Independencia ou Morte*, Com. o Cap. de Frag. *José Thomaz Rodrigues*, vai comboiar os 2 Navios acima ditos até a altura de Pernambuco: passageiros o Cap. Ignacio Eustachio Ferreira de Araujo, o 2.º Ten. Fernando da Costa, o Sargento José Ignacio Meirelles, dito Manoel Vieira com sua mulher e 2 Soldados. — *Bengalla*; S. *Bella Emiliana*, M. *Manoel Lopes Flores*, equipagem 16, carga fazendas e aguardente: passageiro Antonio Furtado. — *Buenos Ayres*; C. *Ing. Bonsty*, M. *John Keillor*, equipagem 5, carga sal. — *Pernambuco*; S. *Constancia*, M. *Isidoro Botelho*, equipagem 9, carga aguardente e café: passageiro Joaquim Antonio Luiz. — *Mangaratiba*; L. S. *Bento*, M. *Manoel Gonçalves de Mendonça*, equipagem 3, carga taboado, vinho e carne seca. — *Rapozeira*; L. *Henriqueta*, M. *João da Silva Moraes*, equipagem 14, em lastro. — *Santa Catharina*; B. *Iris*, M. *Antonio Jacinto da Silva*, equipagem 14, em lastro: passageiro *Henrique José Ferreira*. — *Rio de Ostras*; L. *Conceição*, M. *Manoel de Freitas*, equipagem 6, em lastro. — *Morro de S. Paulo*; B. *Ing. Warrior*, M. *Hughes Brown*, equipagem 12, carga fazendas: passageiros José Antonio de Araujo com um Caixeiro, Cyprisno Alves Rigaud, e o *Ing.* John Huggin. — *Rio de S. João*; L. *Santo Antonio*, M. *José Antonio de Andrade*, equipagem 7, carga carne seca: passageiros Sebastião José da Silva, e Antonio Meateiro Alvarenga.

RIO DE JANEIRO na IMPRENSA NACIONAL. 1825.

4. Necrologia publicada, no Diário Fluminense, do Tenente-General JOAQUIM XAVIER CURADO, contém a comprovação:

a. Recebeu a patente de General Russo;

b. Prisão pelos franceses; foi o único general que ficou em Portugal para combater a invasão francesa, quando da vinda de D. João VI para o Brasil.

c. Comandou a reação brasileira, contra o General Avilez.



N.º 139 Segunda feira — 13 de Dezembro de 1830.

IMPERIO DO BRASIL.

DIARIO FLUMINENSE. Vol. 16.

Medio tutissimus ibis.

Rio de Janeiro, na Typographia Imperial e Nacional 1830.

Artigos de Officio.

DECRETOS.

Tendo, por Decreto da data de hoje, Dispensado do Commando das Armas da Provincia de Sergipe d'El Rei, ao Coronel do Estado Maior do Exercito, José Ferreira da Cunha: Hei por bem Nomear para o referido Commando, o Tenente Coronel do mesmo Estado Maior José Joaquim Machado de Oliveira. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e lhe expeça em consequencia os despachos necessarios. Paço em oito de Novembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia, e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o IMPERADOR.

Conde do Rio Pardo.

Hei por bem Dispensar do Commando das Armas da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, ao Marechal de Campo Gastaõ Henrique Brown. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e lhe expeça em consequencia os despachos necessarios. Paço em vinte quatro de Novembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia, e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o IMPERADOR.

Conde do Rio Pardo.

Dispensando o Marechal de Campo Graduado Sebastião Barreto Pereira Pinto, do Commando de Armas da Provincia de S. Paulo, para que [illegible] com o mesmo Emprego de Commandante das Armas, para a Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e lhe expeça em consequencia os despachos necessarios. Paço em vinte quatro de Novembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia, e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o IMPERADOR.

Conde do Rio Pardo.

Dispensando do Commando de Fortaleza e Presidio do Morro de S. Paulo da Provincia da Bahia ao Tenente Coronel Graduado do Estado Maior do Exercito, José Victoriano Borges de Almeida e Albuquerque; Hei por bem Nomeallo Commandante das Armas da Provincia do Piauhy. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e lhe expeça em consequencia os Despachos necessarios. Paço em vinte quatro de Novembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o IMPERADOR.

Conde do Rio Pardo.

Dispensando do Commando interino das Armas da Corte e Provincia ao Brigadeiro Francisco de Lima e Silva; Hei por bem, que elle passe a ter o Commando das Armas da Provincia de S. Paulo, que anteriormente exercia. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e lhe expeça em consequencia os Despachos necessarios. Paço em nove de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia, e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o IMPERADOR.

Conde do Rio Pardo.

Hei por bem Nomear para Commandante das Armas da Corte e Provincia, ao Marechal de Campo Graduado, José Manoel de Almeida. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e lhe expeça em consequencia os Despachos necessarios. Paço em nove de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia, e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o IMPERADOR.

Conde do Rio Pardo.

Repartição dos Negocios da Justiça.

Tendo apparecido nos Jornaes publicados nesta Cidade notaveis abusos do Direito, que a Constituição garante a cada hum Cidadão de poder communicar os seus pensamentos pela Imprensa, sem que o Promotor do Jury até o presente tenha chamado ao Jury, como cumpria em desempenho dos deveres do Lugar para que fôra eleito, os responsaveis, que animados pela impunidade nascida da sua omissão tem a ousadia no excesso de ja attentarem os principios fundamentaes da Constituição, emittindo doutrinas subversivas das bases do Systema jurado, provocando a anarchia e excitando rebelião contra a Sagrada Pessoa de Sua Magestade o Imperador, e Seus Direitos ao Throno: Manda o Mesmo Augusto Senhor, que V. S. represente ao Promotor do Jury a necessidade de taes accusações, e no caso delle se recusar, proceda a requerer contra elle, na conformidade do Artigo 51 da Lei de 20 de Setembro do corrente anno.

Deos Guarde a V. S. Paço em 11 de Dezembro de 1830. — Visconde d'Alcantara. — S. José Paula Figueiróa Nabuco de Araujo.

Artigos não Officiaes.

RIO DE JANEIRO.

O Sr. Sabino Joaquim das Neves acaba de entregar-nos hum grande masso de documentos, Memorias &c., que póde juntar sobre a vida e feitos do defunto Conde de S. João das Duas Barras, alguns dos quaes pertencião em mãos alheias, e por isso foi difficultosa a remessa dos dados, que lhe havamos pedido para a necrologia que agora publicamos. Os serviços daquelle General tão honrado Brasileiro, como bravo Soldado, não ficarão sepultados no esquecimento, em que jazem os de outros muitos, que como o Sr. Curado illustrarão á Patria, e servirão ainda hoje de despertar a emulação dos Brasileiros amantes da gloria, se fossem escriptos e publicados como era de justiça. O Sr. Sabino pretende imprimir, em testemunho de respeito e gratidão á memoria daquelle seu Illustre Bemfeitor, não só hum quadro da sua vida, como tambem humas Noticias das suas Campanhas no Sul. Enquanto o Publico não possue este monumento á gloria do Sr. Conde de S. João das Duas Barras, em que já se trabalha, mas que se não póde publicar com a brevidade que se deseja, daremos em resumo as noticias da sua vida em desempenho da nossa promessa, e em desafogo do nosso Brasileirismo.

Necrologia.

O Verdadeiro Amigo da Patria sente o coração dilatar-se-lhe em nobre ufania, quando estendendo as suas vistas desde o berço até o tumulo de hum patricio conduzido sempre pela honra, vê o seu nome immortalisar-se em seus feitos, e seus feitos concorrendo para gloria da Nação. Ille tal o respeito que infundem os bons serviços do Patriota celebre, naquelles que o contemplão recolhido ao seio da terra, depois de fechado o circulo dos seus luminosos dias, que a maledicente inveja cala-se envergonhada, quando a Patria proclama sobre o seu sepulcro as virtudes, que a honrarão, e que só a modestia calava, porque em vida os elogios podem corromper, e na morte são tributos, que a Justiça não póde recusar. O Sr. Conde de S. João das Duas Barras terminou com gloria a longa carreira de huma vida consagrada toda ao serviço da Patria; salvemos a sua memoria do esquecimento dos tumulos, porque somos Brasileiros, amigos da Justiça, e agradecidos aos nobres sentimentos de quem tanto nos honrára pelos seus feitos.

Nasceo o Sr. *Joaquim Xavier Curado*, na Freguezia de Meia Ponte, da Provincia de Goyaz; forão seus Pays, *José Gomes Curado*, e *D. Maria Joaquina Pinheiro*. Pretendia aquelle, deceo á Cidade do Rio de Janeiro para fazer os Estudos preparatorios, e passar-se depois a Universidade de Coimbra. Mudadas circunstancias do tempo lhe abrirão nova carreira de honra e de gloria, quando o Governador Conde da Cunha, no anno de 1767, o chamou do Seminario de S. José para assentar praça de Soldado nobre, contando então já 21 annos. Em breve tempo foi visto digno de ser promovido á Alferes, e então marchou com o seu Regimento á Campanha do Rio Grande do Sul na expedição commandada pelo General Bohm. Os seus distinctos serviços e bravura o recommendarão para os postos seguintes, até o de Tenente Coronel em 1798.

Em tempo do Vice Rei Conde de Rezende, foi escolhido pela sua prudencia para Governar os Campistas; e de tal maneira se houve, que os espiritos ali todos se poserão em harmonia, reinando a ordem, que se dizia perturbada. Foi dali chamado para encarregar-se de huma importante missão a Corte de Lisboa; recebeo abertos os Officios para que bem se interirasse do seu contheudo, se fosse tomado pelos Francezes, o que succedeo, lançando o Sr. *Curado* ao mar toda a correspondencia, que se lhe havia confiado. Apresado por hum Brigue Francez, foi dar em hum porto da Biscaia, donde por terra veio á Lisboa, passando por Madrid. Concluida esta sua trabalhosa deligencia com approvação do Governo e honra do Encarregado, voltou logo ao Rio de Janeiro; e no anno de 1800 foi nomeado Governador de Santa Catharina, tendo já a Patente de Coronel. Aqui se portou com a sua costumada prudencia. Este Governo deu lhe occasião de hospedar hum Irmão do Imperador da Russia, que então viajava, e aportou em Santa Catharina com as suas embarcações carecidas de reparos, e viveres frescos. O seu officioso acolhimento para com tão illustre personagem, mereceo-lhe a mais honrosa recommendação [illegible], Czar de S. Petersbourg, á ponto que dali lhe mandára o

Imperador, com hum precioso annel de brilhantes, a Patente de General dos Exercitos Russianos. Mas a delicadeza e o Patriotismo do Sr. *Curado* não lhe consentirão acceitar tão lisongeiros presentes; á huma alma tão rica de sentimentos elevados, sobejava-lhe gloria da offerta, sem o interesse da acceitação, elle respondeo com orgulho verdadeiramente patriotico, que não receberia o annel sem ordem mui positiva do seu Monarca; e regeitava a Patente, porque nenhuma offensa tinha do Principe, a quem servia, e desia servir. Mas o Sr. D. João VI, por Carta de seu proprio punho pôde resolvel-o a acceitar aquelle annel, e para isto muito concorreo a deligencia do Ministro Russiano.

Retirado daquella Ilha, e tendo-lhe chegado a Patente de Brigadeiro Reformado, o Vice Rei Conde dos Arcos recusou por-lhe o cumpra-se por não querer privar a Nação dos serviços, que ainda lhe podia prestar hum Official tão benemerito, e cujo zelo supria as forças physicas, que talvez alguns allegassem perdidas. Em 1809 foi confirmado em Brigadeiro effectivo; passou á Monte Video, e a Buenos Ayres incumbido de huma secreta missão, que desempenhou com muita delicadeza; e apenas regressou foi promovido á Marechal de Campo, (1810) e mandado para a Campanha do Sul. Aqui o seu genio se desenvolveo com tanta gloria, que não cabe no curto espaço da nossa folha a exposição dos relevantes serviços, que praticára. A sua vigilancia á frente de hum inimigo astuto; a sua actidade em baldar todos os planos de Generaes que havião abraçado huma carreira só propria daquelle paiz; a sua firmeza em conservar a disciplina dos seus Soldados offerecendo-se elle mesmo como primeiro exemplo; em fim, a certeza de todos os seus calculos nos golpes, que dera por tantas vezes, tão seguro dos seus resultados, que nenhuma só acção perdera nas duas Campanhas do Sul, em que figurára, achão-se bem provadas na Memoria, que se publicará, e correm entre nós apregoadas por muitos Officiaes de intelligencia e de honra, que servirão debaixo do seu commando.

O Sr. Tenente General *Curado* regressou das Campinas do Sul coberto de loiros e de merecimentos. Elle recebeo, logo depois da batalha do Catalão, a Commenda da Torre Espada, e esta distincção crescia de preço, não só pelo motivo pelo qual se lhe concedera, como tambem por ser o Sr. *Curado* o unico dos que não acompanhárão o Sr. D. João VI de Portugal para o Brasil, que apparecia condecorado com essa medalha, cuja divisa he — valor e fidelidade. — Teve a Carta do Conselho em 1821. Em Janeiro de 1822 foi chamado para commandar as Tropas, que no Campo do Brandão poserão em respeito as Tropas Lusitanas amotinadas pelo General Avilez para se opporem á nossa Independencia; concorreo poderosamente com os seus serviços, e acertadas medidas, para a boa ordem de todos esses actos, com que adiantamos a nossa Emancipação. Servio de General Governador das Armas desde a expulsão das Tropas Lusitanas. No anno de 1823 foi declarado Gram Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro. Em 20 de Outubro de 1825 foi creado Barão de S. João das Duas Barras. Em 7 de Setembro de 1826, Conde do mesmo Titulo. Era já Conselheiro de Guerra, e retirou-se do Governo das Armas quando os seus annos e enfermidades o impossibilitarão para hum serviço, em que tanto brilhára o seu zelo verdadeiramente patriotico. O Sr. Tenente General, Conde de S. João das Duas Barras, *Joaquim Xavier Curado*, morreo nesta Cidade no dia 15 de Setembro deste anno, contando de idade 87 annos 6 mezes e 15 dias.

Seja-lhe a terra leve.

CORRESPONDENCIA.

Sr. Redactor.

Não insista em persuadir-me á que deixe no pó do desprezo esses papeis escriptos pela canalha, que só a canalha lê, e em quem acredita a canalha; não, porque nenhum Brasileiro Constitucional verá, sem profunda indigenção, proclamada a revolta, e mortalmente ferida a Lei fundamental e sagrada, á quem juramos obediencia e defeza. Depressa conhecerão os Brasileiros de ser hum povo Constitucional; tacita, mas energica demonstração tem dado dessa mudança, quando sofrem que no gremio do Imperio os orgãos de huma facção ambiciosa e traiçoeira preguem hum novo systema de Governo para o Brasil. Torna o pregão de *federalismo* na nova treva, antes que nova Luz de 7 do corrente. Como o intento he fascinar os incautos, illucidemos a materia.

A *federação*, que os agentes jacobinos esperão se organise na futura *reforma da Constituição*, não he hum pacto ou alliança de paz, ou para guerra da nossa Nação com outra, do Nosso Monarca com qualquer Principe Extrangeiro; he huma Liga offensiva e defensiva entre as Provincias deste Imperio. Logo pode servir para este caso a diffinição do Dicionario de *Gens du Monde*: — *federação* he a alliança de todos os Cidadãos de huma Nação para lançarem fóra do seu seio o inimigo commum. —

A alliança consentanea de todos os Cidadãos de huma Nação, sem o concurso do seu Chefe legitimo, constitue estado de sublevação e revolta, e dá lugar á huma nova fórma de Governo differente daquella, que estabelecida se achava. Logo, dada a *federação*, tem-se infringido em toda a sua plenitude o Artigo 3.º do Titulo 1.º da Constituição, adoptando-se com transgressão do pacto jurado hum Governo qualquer, porém sempre revolucionario. Nesse caso deixado tem o Brasil de ser hum paiz Constitucional, e da hi dissolvida toda a harmonia politica, todos os laços sociaes, desatada a ambição, começada a anarquia, soprada a guerra civil, levantados os cadafalços, e extincta em fim a existencia Nacional deste Imperio, inveja e admiração do mundo inteiro?.. E quem he neste caso o inimigo commum? Cessando a fórma de Governo Monarquico Hereditario Constitucional e Representativo, ao Chefe Supremo da Nação vai recahir a inculpação de inimigo commum. E em que, ó malvados e ingratos folicularios, em que merece ceu ainda o Soberano, que suffocou, por fitar entre nós, os gritos da ternura filial: que esqueceu a Patria: que se ligou á nossos destinos, quando ainda não avaliava a nossa attitude Nacional: que nos remio da degradação de colonos: que desembainhou a espada para manter a nossa por elle declarada Independencia: que jurou defender-nos: que nos deu a Lei fundamental, e nos

**

Mudanças de planos na região platina e a ação de Xavier Curado na Independência do Brasil

Com a queda da monarquia espanhola e a chegada do Almirante Sidney Smith ao Rio de Janeiro, os planos luso-ingleses para o Rio da Prata são alterados.

Tempos depois, Dom João VI teria a certeza que a Inglaterra não fazia mais questão pela parceria com Portugal, e que o país trabalhava pela independência das províncias espanholas. Mesmo assim, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho continuava com o desejo de anexar a região platina, e fez com que Joaquim Xavier Curado continuasse na fronteira, informando-o sobre tudo que ocorresse no local.

Curado ainda pede ao governador da capitania do Rio Grande que vigiasse os espanhóis e tivesse uma tropa pronta para batalha caso a política exterior dos países mudasse. Coutinho, numa outra correspondência, pede atenção com as atitudes do Governador de Montevidéu e que o brigadeiro faça com que este "comprove sua honra e fidelidade."

Após a revolução de Maio de 1810, Curado é enviado para o Rio Grande do Sul, liderando uma das colunas do exército, à serviço de Dom Diogo de Souza. A tarefa deles era, ainda, a de conquistar a Banda Oriental. Com a fidelidade de Buenos Aires e Montevidéu ao governo espanhol, a dissidência sobre qual postura tomar em relação as províncias platinas acalorava a política brasileira. Três correntes continuavam a dominar a corte: a de Dom Rodrigo, que ainda defendia a invasão militar; de Dona Carlota, que desejava a regência da Espanha e suas colônias; e de Lord Strengford, que mantinha sua posição de apoiar a independência em relação à Espanha. As divergências entre as três tendências fizeram com que a política luso-brasileira nas províncias platinas ficasse estagnada.

Graças ao sucesso da empreitada com Dom Diogo de Souza, Curado foi promovido ao posto de tenente-general, em 13 de maio de 1813.

XAVIER CURADO continua agindo na região do Rio da Prata, entre os anos de 1815 a 1820, participando da campanha militar contra Artigas, militar uruguaio que entrou em Guerra contra o Exército luso-brasileiro que invadira a Banda Oriental. Quando o Marquês de Alegrete afastou-se da luta o General CURADO assumiu o comando supremo das Forças Armadas do Sul e terminou as operações com a capitulação dos orientais.

Na batalha de Catalán, em 1817, Xavier Curado foi agraciado com a comenda da Torre e Espada, pelos atos de bravura no posto de 2º comandante do exército. Foi o único dos que não acompanharam D. João VI de Portugal para o Brasil condecorado com esta distinção.

Como o Marquês de Alegrete, comandante supremo do Exército no Sul, afastara-se da luta, assumiu o comando e estabeleceu seu quartel nas imediações do Passo-do-Lageado, onde lhe chegou às mãos o diploma de comendador da Torre e Espada, Lealdade e Mérito, conferido por D. João VI.

Após a campanha contra Artigas XAVIER CURADO foi recebido festivamente na capital do Império após permanecer na zona fronteiriça até 1820. Com a sua volta ao Rio de Janeiro é nomeado Conselheiro de Guerra, cargo que iria desem-

penhar até 1828, e em 1822 a Governador das Armas da Corte e da Província do Rio de Janeiro (o que seria hoje o Comandante Militar do Leste), portanto durante todo o período que envolveu a consolidação e a Independência do BRASIL. Era então o destino que iria fazer com que a carreira do velho cabo-de-guerra tivesse em seus derradeiros feitos a marca de sua valorosa e heroica contribuição para a formação das Forças Armadas genuinamente nacionais e a articulação política-militar do recém criado Império para a emancipação do Brasil em relação à coroa portuguesa.

Em 1822, XAVIER CURADO comandou as tropas fiéis a Dom Pedro I na batalha com as forças do General Jorge de Avilez. Organizando uma tropa de seis mil soldados, deu sustentação ao Dia do Fico, prenúncio das lutas pela Independência do Brasil, exerceu papel fundamental à frente do contingente militar do Rio de Janeiro congregado no ideal da Independência. O seu papel militar por ocasião do "Episódio do Fico" seria o equivalente, hoje, como a do Comandante do Militar do Leste.

O Dia do Fico transcorreu com grandes festejos e na maior ordem. Dois dias depois, entretanto, começaram a surgir indícios de anormalidade nos quartéis. A oficialidade da Divisão Auxiliadora, tendo à frente o General Avilez, buscou expedientes escusos a fim de burlar a decisão de D. Pedro.

O General Avilez, acompanhado de outros generais e de oficiais superiores, visitou os quartéis, provocando manifestações de solidariedade da soldadesca. As praças percorriam as ruas da cidade quebrando vidraças e provocando os brasileiros, agredindo os que reagiam.

No Rio de Janeiro e arredores os cidadãos válidos, de todas as classes, acorreram aos quartéis, disputando o direito de alistar-se no Exército do Príncipe. Em poucas horas formou-se uma legião, vibrante de patriotismo, clamando guerra ao insolente estrangeiro. Mais de 6 mil homens, incluindo padres, pegaram em armas.

Tão iludido estava o General Avilez que, ao ter notícia da concentração das forças brasileiras nos quartéis do Campo de Santana, determinou ingenuamente a todos os oficiais e praças que lá se achavam para que se recolhessem às suas residências e devolvessem aos depósitos o material bélico de que dispunham. Mas teve a desagradável notícia de que as forças do Campo de Santana só recebiam ordens de Sua Alteza Real, o Príncipe D. Pedro.

O General Avilez estava perplexo quando saiu do Paço. Ao ver nas ruas o entusiasmo do povo que acorria ao Campo de Santana, resolveu voltar à presença do Príncipe para, de forma hipócrita, assegurar-lhe a solidariedade das tropas portuguesas. D. Pedro informou-lhe que, por já ter sido exonerado do cargo de Governador das Armas da Corte e da Província, não mais lhe competia preocupar-se com a situação das tropas no Rio de Janeiro, subordinadas agora ao General XAVIER CURADO.

Criava-se assim, por força de circunstâncias especiais e fortuitas, um Exército integrada por brasileiros e com aspirações genuinamente nacionais. Eram as Forças do Exército brasileiro, sediadas no corte do Rio de Janeiro (o que seria hoje o Comando Militar do Leste), que tomavam forma tendo como seu primeiro comandante o Conselheiro de Guerra e Governador das Armas da Corte e da Província do Rio de

Janeiro o General XAVIER CURADO[4].

O General XAVIER CURADO após sua participação, fundamental, para a formação da nacionalidade e de seu Exército foi nomeado representante de Santa Catarina no Conselho dos Procuradores das Províncias, de 3 de julho de 1822 a 20 de outubro de 1823. Por suas ações e papel fundamental neste conturbado período de emancipação de Portugal foi agraciado, pelas mãos de D. Pedro I, com os títulos de Barão com grandeza e Conde de São João das Duas Barras, em 20 de outubro de 1825 e 7 de setembro de 1826. Recebeu, também, a comenda da Imperial Ordem de São Bento de Avis.

É surpreendente verificar em seus registros biográficos a verdadeira comoção nacional ocorrida com o seu falecimento[5], 15 de setembro de 1830, na cidade do Rio de Janeiro.

Em poucas horas a casa do velho general tornou-se pequena para conter a multidão que se comprimia para referenciar aquela figura com olhares curiosos, chorosos e saudosos que se entrecruzavam naquele silêncio que já pertenceria à História. Os personagens principais do Império ali estavam presentes: os nobres, os ministros, parlamentares, militares, clero, o povo todos tributando a última homenagem ao grande brasileiro.

Comparando aquela conjuntura do passado com a nossa é necessário fazer o seguinte questionamento: Como foi possível que os atos desse personagem heróico de nossa nacionalidade caíssem no esquecimento?

Urge que avaliemos esse personagem de nossa história com a finalidade de dar a devida atenção à sua contribuição na formação da Pátria e de nosso Exército.

Como nota, existe em tramitação o projeto de Lei, que visa inscrever o nome do General XAVIER CURADO, no "livro dos Heróis da Pátria", existente no Panteão da Liberdade e Democracia, localizada em Brasília-DF. A inauguração do Panteão se deu no dia 7 de setembro de 1986, data máxima da nacionalidade e nele se encontra em livro de aço _ o " Livro dos Heróis da Pátria", onde já estão inscritos os nomes de : TIRADENTES, MARECHAL DEODORO DA FONSECA, D. PEDRO I, DUQUE DE CAXIAS e, mais recentemente, ALMIRANTE TAMANDARÉ e BRIGADEIRO SAMPAIO.

Uma proposta para o resgate de um personagem histórico

JOAQUIM XAVIER CURADO, como Conselheiro de Guerra (1820-1828), e em 1822 nomeado Governador das Armas da Corte e da Província do Rio de Janeiro (o que seria hoje o Comandante Militar do Leste), agiu de forma decisiva naquele difícil período de lutas e fatos históricos marcantes para a permanência do Príncipe Regente no Brasil, "o dia do Fico". Além de contribuir para a preservação

4 O General Curado por ocasião da Independência era um dos poucos generais do Exército Brasileiro nascidos no Brasil.

5 Necrologia: Conde de S. João das Duas Barras. Diário Fluminense, Rio de Janeiro, v.16, n.139, p. 580-581, 13 dez. 1830.

da Integridade do Brasil, na conquista e preservação da aspiração máxima de seu povo - a Independência.

Pode-se verificar as afirmações acima pela detalhada pesquisa histórica realizada pelo eminente Coronel CLÁUDIO MOREIRA BENTO Historiador Militar e Jornalista, Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB),do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de História e Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e correspondente da Academias de História de Portugal. Espanha, Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai.

O coronel MOREIRA BENTO fez essa pesquisa ao escrever uma reportagem para a FOLHA DE GOIÁS, Goiânia, terça-feira,13 de junho de 1972 com o título: UM FILHO DE GOIÁS HERÓI DA INTEGRIDADE E DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, abaixo transcrevo parte dessa reportagem:

"Para o Rio Grande do Sul, brasileiro, e um Brasil independente em 7 de setembro de 1822, muito deve o povo brasileiro, ao patriotismo, firmeza, bravura, visão e ação militar de um ilustre filho de Pirenópolis -Goiás, o Barão e Conde de Duas Barras - Tenente-General Joaquim Xavier Curado (1743 - 1830). Sua atuação como comandante da Fronteira da Fronteira de Rio Pardo foi decisiva para livrar o Rio Grande do Sul de uma invasão em 1816, bem como mais decisiva e de grande projeção histórica, foi seu papel militar por ocasião do Episódio do Fico e do Grito da Independência, no desempenho de funções equivalentes, hoje, as de Comandante do 1º Exercito (CML). Para o Rio Grande do Sul, brasileiro, e um Brasil independente em 7 de setembro de 1822, muito deve o povo brasileiro, ao patriotismo, firmeza, bravura, visão e ação militar de um ilustre filho de Pirenópolis -Goiás, o Barão e Conde de Duas Barras - Tenente-General Joaquim Xavier Curado (1743 - 1830). Sua atuação como comandante da Fronteira da Fronteira de Rio Pardo foi decisiva para livrar o Rio Grande do Sul de uma invasão em 1816, bem como mais decisiva e de grande projeção histórica, foi seu papel militar por ocasião do Episódio do Fico e do Grito da Independência, no desempenho da função de Comandante das Armas da Corte e da Província do Rio de Janeiro equivalentes, hoje, como a do Comandante do 1º Exército (hoje Comando Militar do Leste).



Encontro com a História

Após 10 anos de permanência descontinua no Rio Grande do Sul a serviço na Integridade do Brasil, Xavier Curado voltava ao Rio em 1820, como Conselheiro de Guerra, para participar com destaque e de forma decisiva, em dois grandes momentos de nossa História Pátria, O Dia do Fico e o da Independência.

Episódio do fico

Após o memorável Dia do Fico, o general português Avilez sublevou, no Rio, a Divisão Portuguesa Auxiliadora, com a finalidade de obrigar o príncipe D, Pedro a embarcar para Portugal, após haver o proclamado: "Rebelde as cortes de Lisboa".

A notícia espalhou-se pelo Rio como um rastilho de pólvora entre os partidários da Independência que tomados de grande indignação e revolta, rumaram para o Campo de Santana para organizarem a reação, ante a ameaça de Avilez de tentar obrigar o Príncipe a embarcar forçado.

Povo em armas

Na noite de 11 para 12 de janeiro os partidários da Independência vão se reunindo para a defesa "ao lado da tropa regular composta de três cascos de batalhões de Infantaria com cerca de 100 homens cada um do 1º Regimento de Cavalaria da Corte (o atual lo. Regimento de Cavalaria de Guardas - Dragões da Independência" de Brasília) e mais o corpo de Artilharia a Cavalo que marchara da Praia Vermelha. A elas vieram Juntar-se quase a totalidade dos regimentos de milicianos, dos pardos, pretos e brancos e numerosos civis de todas as classes sociais que se apresentaram armados a cavale e a pé, e que se sujeitaram voluntariamente a disciplina militar para que suas contribuições fossem mais fiéis e o ideal de independência. Tropas militares de 1ª e 2ª linha e povo, aglutinados pele mesmo ideal, preparavam -se para uma cartada decisiva na qual estava em jogo nosso destino como nação independente.

O líder da reação

As 8 horas da manhã de 12 chegou ao Campo de Santana o bravo general Curado, herói das guerras do sul. Foi recebido em meio a grandes e calorosas manifestações de carinho e logo em seguida proclamado por todos que ali se encontravam para defender a Independência, como Comandante das Armas da Corte e da Província do Rio de Janeiro. O General Curado em três horas organizou em batalhões aquela massa de patriotas. misto de tropas de linha, milicianos e povo. Estava pronto para o que desse e viesse.

Impasse

O Príncipe a tardinha de 12, enviou emissário a Avilez e ao General Curado, para informar-se da razão daqueles ajuntamentos. Curado respondeu-lhe que ali estavam para defender o Príncipe e a cidade e que não largariam as armas enquanto persistisse a ameaça. Avilez respondeu que tomara posição para defender-se de hostilidades dos brasileiros. O Príncipe D. Pedro determinou aos dois generais que conferenciassem para resolverem o impasse criado,

Solução

A conferência resultou a decisão de que Avilez embarcasse com sua tropa na mesma tarde para Niterói onde, deveria aguardar a primeira oportunidade de embarcar para Portugal, com o que, Avilez concordou.

Má fé

Ao chegar a atual Niterói tentou conquistar a fortaleza Santa Cruz no que foi frustado pelo Regimento de Milícias de São Gonçalo que o precedeu na ocupação deste ponto forte, ao descobrir sua má fé. Em 29 de janeiro já estavam prontos os navios com tudo que era necessário para a Divisão Auxiliadora partir. A 30, O Príncipe determinou seu embarque sem perda de tempo. Avilez conseguiu duas protelações de embarque para o dia 5 e 8 de fevereiro, visando ganhar tempo, até a chegada de reforços esperados de Portugal.

Ação de curado

Enquanto isto se passava o general Curado transportou -se com seu Estado-Maior para outro lado da baía, estabelecendo seu Quartel General em São Gonçalo, Ali organizou o dispositivo militar terrestre para compelir Avilez a cumprir o acordo. Apoiava sua ação um batalhão de caçadores, outro de granadeiros, dois esquadrões de cavalaria e 4 peças de artilharia acampadas em São Gonçalo. A elas vieram juntar-se os regimentos milicianos concentrados, em Vila Nova, 8º, e 9º de Infantaria, o 1º de Cavalaria e, o regimento de milícias de São Gonçalo que ocupara a Fortaleza de Santa Cruz. Suas tropas em São Gonçalo, Vila Nova Fortaleza de Santa Cruz, combinadas com a ação da fragata "União", corveta "Liberal" e alguns barcos canhoneiros, completaram o cerco de Avilez por terra e mar, o que tornou possível a cartada decisiva do Príncipe.

Ultimatum

Na tarde de 9 de janeiro, o Príncipe D, Pedro à bordo da fragata "União" lançou um ultimatum a Avilez. Caso a Divisão Auxiliadora não desse início ao embarque para Portugal no dia seguinte, ordenaria ao general Xavier Curado com suas forças militares terrestres e forças de mar, o início das hostilidades, Avílez convencido da determinação do Príncipe e da inutilidade de resistência face as Forças Militares do General Curado, cumpriu a determinação do ultimatum e partiu para Portugal.

Na Independência

O General Xavier Curado continuou no Governo das Armas da Corte até 25 de marco de 1828, como conselheiro de Guerra. Estava com 85 anos. Sua saúde estava precária, após 64 anos de assinalados serviços militares, nos quais, comandou diretamente, batalhas decisivas."....

Assim pode-se verificar na presente pesquisa do autor, deste artigo, bem como da, acima transcrita, pesquisa do eminente historiador CLAUDIO MOREIRA BENTO fica demonstrado que JOAQUIM XAVIER CURADO atuou naquele período histórico como o que seria o primeiro comandante do Comando Militar, legitima-

mente brasileiro, da província do Rio de Janeiro. Portanto, XAVIER CURADO agiu decisivamente como Comandante das Armas da Corte e da Província do Rio de Janeiro, após a decisão do então Príncipe Regente, futuro Imperador D. Pedro I, de ficar no Brasil contrariando as ordens da Corte Portuguesa propiciou o início do que seria a Independência do Brasil.

Isso aconteceu quando o Gen XAVIER CURADO enfrentou o general português Avilez que reagia sublevando, na cidade do Rio de Janeiro, a Divisão Portuguesa Auxiliadora, com a finalidade de obrigar o príncipe D.Pedro a embarcar para Portugal. Os acontecimentos dessa reação culminaram quando o Príncipe Regente decidiu:

1. Que o General Avilez fosse exonerado do cargo de Governador das Armas da Corte e da Província, não mais lhe competindo preocupar-se com a situação das tropas no Rio de Janeiro, subordinadas agora ao General XAVIER CURADO.
2. Determinar aos dois generais que conferenciassem para resolverem o impasse criado. A conferência resultou na decisão de que Avilez embarcasse com sua tropa na mesma tarde para Niterói onde, deveria aguardar a primeira oportunidade de embarcar para Portugal, com o que, Avilez concordou.

Entretanto, o Gen Avilez ao chegar a Niterói usou de má fé e tentou conseguir duas protelações de embarque para o dia 5 e 8 de fevereiro, visando ganhar tempo, até a chegada de reforços esperados de Portugal.

Como foi visto na pesquisa do eminente historiador CLÁUDIO MOREIRA BENTO: o general Curado, atento as manobras escusas do Gen Avilez, transportou-se com seu Estado-Maior para outro lado da baía, estabelecendo seu Quartel General em São Gonçalo. Ali organizando o dispositivo militar para compelir Avilez para cumprir o acordo, o que tornou possível a cartada decisiva do Príncipe.

Nas ações ocorridas na tarde de 9 de janeiro de 1822, o Príncipe D. Pedro à bordo da fragata "União" lançou um ultimato a Avilez. Dessa forma estava à frente do dispositivo militar o destemido príncipe regente , como era de seu feitio. Entretanto, estava a seu lado, conduzindo as operações terrestre, o seu Governador das Armas da Corte e da Província do Rio de Janeiro, General CURADO que tinha a experiência e a confiança das Forças Militares favoráveis a permanência do príncipe regente no Brasil. Para isso aglutinou tropas terrestres da Guarnição do Rio de Janeiro contra a intenção do Gen Avilez, português, de repatriar o Príncipe Regente. Avílez convencido da determinação do Príncipe e da inutilidade de resistência face as Forças Militares do General Curado, cumpriu a determinação do ultimato e partiu para Portugal.

A permanência assegurada do futuro primeiro Imperador brasileiro permitiu a crescente escalada patriótica que levou a Independência do Brasil do jugo Português.

Por suas ações e desempenho o Tenente-General JOAQUIM XAVIER CURADO, Governador das Armas da Corte e da Província do Rio de Janeiro (funções equi-

valentes, hoje, as do Comandante Militar do Leste), deveria ser resgatado como personagem relevante de nossa história nacional e particularmente das Forças do Exército da Guarnição do Rio de Janeiro. Para este resgate sugiro a seguinte proposta: indicá-lo como patrono do Comando Militar do Leste.

Tal proposta irá engrandecer o histórico do Comando Militar do Leste que será enriquecido com um patrono relevante da história do Brasil e das forças da Província do Rio de Janeiro nas lutas da Independência do Brasil e, particularmente, na participação decisiva desse Grande Comando no Episódio "do Fico".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império**. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p.122.

A MISSÃO SECRETA DO MARECHAL CURADO AO RIO DA PRATA (1808-1808). Revista do IHGB, Rio de Janeiro, jul./set. 1946, p. 175.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. Política lusitana en el Rio de La Plata — 1808-1815. Buenos Aires, 1961. 3 vols. Vol. 1, p. 6. (Coleção Lavradio).

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808). **Topoi (Rio J.)**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 161-183, Dec. 2002 . Acesso em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200161&lng=en&nrm=iso Disponível em: 08 dez. 2019.

CABRAL, Oswaldo R. **A História da Política em Santa Catarina Durante o Império.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

CARTA de dom Rodrigo de Souza Coutinho ao Cabildo de Buenos Aires. Rio de Janeiro, 15/02/1808. Arquivo Histórico do Museu Imperial: I-POB15.2.1808.

CARTA de D. Rodrigo de Souza Coutinho a Joaquim Xavier Curado. 06/12/1808. Acevedo, Walter Alexandre. Op.cit. p.178.

CARTA de dom Rodrigo de Souza Coutinho a Joaquim Xavier Curado, 14/04/1808. Apud Acevedo, Walter Alexandre. Op. cit., p. 175.

CARTA de D. Rodrigo de Souza Coutinho a Joaquim Xavier Curado, 27/07/1808. Idem, p.177.

CARTA do conde de Linhares a Joaquim Xavier Curado. 27/07/1808. Acevedo, Walter Alexandre. Op. cit., p. 176.

CARTA do vice-rei Santiago de Linier ao conde de Linhares. 28/07/1808. Arquivo General de la Nación, p. 20. 41

CARTA de Santiago de Liniers a dona Carlota Joaquina. Archivo Historico Nacional. Madri. Estado legado 5837, n. 38.

CARTA de Carlota Joaquina a dom João. Archivo Historico Nacional. Madri. Estado legado 5837, n. 36.

CARTA do marquês de Casa Irujo ao vice-rei do Rio da Prata. 12/08/1809. Archivo General de Indias, Estado: 98 n. 18.

CINTRA, Jacintho. **Joaquim Xavier Curado**. Marechal. 2014. Disponível em: Acesso em: 4 abr. 2019.

COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. **Memória Histórica da Província de Santa Catharina**. Desterro: Typographia Desterrense, 1856. 216 p. Disponível em: Acesso em: 26 jun. 2017.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. 356 p.

ÉLIS, Bernardo. **Coleção Alma de Goiás.** Rio de Janeiro: José Olímpio Editora. Vol. 5, p. 15

FERNANDES, Fernando Roque. **Guerra contra Artigas**. Disponível em: http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1538579&_101_type=content&_101_urlTitle=-guerra-contra-artigas-1816-1820&_101_redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fexercito-brasileiro%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_keywords%3Dcampo%2Bgrande%26_3_advancedSearch%3Dfalse%26_3_groupId%3D0%26_3_delta%3D20%26_3_assetTagNames%3Dreinounido%26_3_resetCur%3Dfalse%26_3_andOperator%3Dtrue%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch&inheritRedirect=true . Acesso em: 4 abr. 2019.

VILELA, Leandro. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Nº 6.917-b,** de 2006: Inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis da Pátria. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;-jsessionid=A1A89976F11EBF833CA7C2AA0DC561F1.proposicoesWeb1?codteor=516741&filename=Avulso+-PL+6917/2006 . Acesso em: 8 dez. 2019.

JAYME, Jarbas. **Cinco vultos meiapontenses.** Goiânia, Edição Revista Genealógica de São Paulo. 1943

LAGO, Laurêncio. **Brigadeiros e generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil.** Dados biográficos, 1800-1831. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert. p. 83;

LIVRO DE BATISTÉRIO DA MATRIZ DE PIRENÓPOLIS, de 1732 a 1747, fls. 25, "in": JAYME, Jarbas, Rio Bonito, Famílias Pirenopolinas (Ensaios Genealógicos) - Volume I, p. 167, Goiânia: 1973

LEVENE, Ricardo (Org.). **Cedulário de la Real Audiencia de Buenos Aires**. Buenos Aires: Archivo Historico, 1942.

NOTA do Brigadeiro Joaquim Xavier Curado al Vice-Rei D. Santiago de Liniers. 26/06/ 1808. Arquivo General de la Nación, p.50.

NOTA do vice-rei ao Governador de Montevideu. Arquivo General de la Nación. p. 45.

OFÍCIO de Joaquim Xavier Curado a Rodrigo de Souza Coutinho.16/07/1808. Arquivo General de la Nación, p. 75. 23 Idem, p. 76.

OFÍCIO de dom Rodrigo de Souza Coutinho ao Brigadeiro Joaquim Xavier Curado 42 em 15/03/1808. Apud Acevedo, Walter Alexandre.

PIAZZA, Walter F. **Dicionário Político Catarinense.** Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994. 714 p.

RESPOSTA do cabildo de Buenos Aires ao conde de Linhares. Arquivo Histórico do Museu Imperial: I-POB-1808.

SILVA, A. Maciel. **Os generais do exército Brasileiro de 1822- 1898.** Rio de Janeiro: T. I., 1906. p. 192.

SILVA, Misleine Neris de Souza. **Dia do fico.** Disponível em: https://elib.tips/dia-do-fico-v-96435.html . Acesso em: 4 abr. 2019.

TRATADO de Utrecht, 1715; Tratado de Madri, 1750; Tratado do Pardo,1761 e Tratado de Santo Ildefonso, 1777.

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 1, 2020

A UTILIZAÇÃO E A EVOLUÇÃO DOS CARROS DE COMBATE DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

Arthur Lazzari Royes[1]
Marcio Sousa de Pinho[2]

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar o panorama dos carros de combate durante a época em que foram amplamente empregados e quando percebeu-se os mais significativos avanços durante o menor período de tempo (6 anos). Imersos em batalhas colossais, foram testados contra diversas tropas, armamentos, veículos e doutrinas de nações ao redor de mundo. Desta forma, em um épico momento da história moderna, capaz de proporcionar significativas transformações no âmbito militar e civil, a transformação da arma blindada mundial era inevitável.

Vale-se portanto estudar como os confrontos e os choques entre as nações despertaria a metamorfose desta nova plataforma de combate. Quais seriam as adaptações observadas, o desempenho, a inquestíonavel evolução e excelência evidenciadas até o declíneo do Reich alemão. As certezas em relação as técnicas, táticas, procedimentos e ao desenvolvimento técnico observado, levariam a novas formas de guerrear durante o restante do século XX.

O carro de combate demonstrou ser indispensável, sendo adquiridos inavariavelmente também pelo Brasil, demonstrando preferência pelas versões americanas e alemãs em suas compras durante a segunda metade do século XX e o começo do século XXI. Este trabalho justificará as razões por tal escolha através do admirável

1 Cadete do 4º ano do Curso de Cavalaria, bacharelando em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras.
2 Major de Infantaria do Exército Brasileiro, bacharel e mestre em Ciências Militares, graduado e mestrando em História, Professor de Iniciação à Pesquisa Científica e Coordenador de Pesquisas Discentes da AMAN.

desempenho apresentado por ambas as nações; servindo também como parâmetro, através do comportamento blindado apresentado, para eventuais conflitos ou aquisições de materiais.

A obra "Tanques da Segunda Guerra Mundial", de Aldo Barbieri, publicada em 1986, dividida em dois volumes, tornou-se a principal referência utilizada na elaboração desta pesquisa, abordando os principais modelos das expoentes forças do eixo e aliadas. Justifica-se sua utilização, portanto, por reunir os fatores relevantes acerca de doutrina e maquinário de tais nações, através de seu desempenho de forma comparativa.

2 ANTECEDENTES DA 2ª GUERRA MUNDIAL

2.1 A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO CARRO DE COMBATE

No início do século XX deflagrou-se a Primeira Guerra Mundial. Conflito este que perdurou os anos compreendidos de 1914 a 1918, quando inovaram-se os armamentos, equipamentos e alterando o emprego de tropas e as respectivas doutrinas. Nos primeiros embates, a ofensiva estava presente na doutrina dos beligerantes. Contudo, com o decorrer do tempo a guerra se tornou estática e as trincheiras se observavam por todo teatro de operações europeu. Não haviam grandes avanços ao longo dos meses e as frentes se mantinham praticamente inalteradas. A cavalaria que possuía como característica indispensável a mobilidade, apoiada no emprego dos cavalos, indispensável nos campos de batalha terrestre até então, se tornariam praticamente inúteis. Os fogos de artilharia e as peças de metralhadora faziam com que qualquer tentativa de avanço, abertura de brechas e rompimento das linhas inimigas fosse extremamente dificultado. O emprego da cavalaria hipomóvel neste tipo de embate se tornou ineficaz; a quantidade de mortes neste ambiente, tanto de homens quanto de animais, inviabilizava novas investidas. Um novo modo de combater deveria ser instituído a fim romper com tal inércia. Para isso:

> Na tentativa de resolver o problema, os alemães optaram pelo emprego de armas químicas, enquanto os ingleses deram início ao desenvolvimento de uma nova arma capaz de neutralizar as metralhadoras inimigas e abrir caminho para que os infantes ocupassem o terreno. Dessa forma, em 1916, durante a ofensiva do Somme, os britânicos lançaram mãos dos chamados "tanques", veículos de blindagem espessa que transportavam canhões e metralhadoras com o objetivo de levar o fogo para o interior das posições inimigas (SANTOS, 2011, p. 2).

Frente a esse desafio, a Grã-Bretanha iniciou seus projetos apoiados pelo Primeiro Senhor do Almirantado Winston Churchill, culminando em 15 de setembro de 1916, na Batalha de Flers-Courcelette (França) com a utilização pela primeira vez

do carro de combate britânico denominado Mark I (Figura 1)[3] (BROSNAN, 2018). Apesar de seu uso ter proporcionado a vitória, tal veículo era lento e pouco confiável visto que dos 49 carros que foram para a batalha, apenas 25 realizaram o ataque (BROSNAN, 2018, tradução nossa)[4].

Os franceses também seguiram tal caminho e criaram o seu modelo, o tanque leve Renault FT (Figura 2) que possuía torre totalmente giratória e o armamento principal acoplado nela, sendo esta peculiaridade adotada por todos os carros desde então (BROSNAN, 2018, tradução nossa).

De acordo com Brosnan (2018), o aperfeiçoamento de ambos os exemplares ao longo da guerra fez com que a confiança e a produção dessas máquinas se elevasse, alcançando 2.600 unidades do modelo Mark I e 3.000 unidades do Renault FT. Alemães, entretanto, capturavam modelos de ambas as nações com o intuito de utilizá-los e realizar pesquisas, apresentando uma frota de apenas 20 exemplares de fabricação nacional (BROSNAN, 2018, tradução nossa)[5].



Figura 1: Mark. Fonte: Brosnan (2018)

3 The first official photograph taken of a tank going into action, at the Battle of Flers-Courcelette on 15 September 1916. The tank is a Mark I, with a steering tail at the rear of the vehicle that disappeared in many later models. The early tanks slow and unreliable, shown by the fact that of the 49 tanks deployed for the battle only 25 actually moved forward at the start of the attack.

4 During the First World War, Britain began the serious development of the tank. Ironically, the Royal Navy led the way with the First Lord of the Admiralty, Winston Churchill, establishing the Landships Committee in early 1915. The military combined with the engineers and industrialists and by early 1916 a prototype was adopted as the design of future tanks. Britain used tanks in combat for the first time in the Battle of Flers-Courcellete on 15 September 1916.

5 As production increased and reliability improved, they were used in greater numbers. By the summer of 1918 they were a common element of British fighting methods, with around 2,600 tanks manufactured.
France began development in late 1915, eventually creating the RENAULT FT light tank. This was the first to use a fully rotating turret that contained the tank's main armament – the basis of tank design ever since. Over 3,000 of these machines were made by late 1918.
By contrast, Germany lagged behind. German forces often salvaged Britsh and French tanks, both for research puposes and to use on the battlefield. Germany developed the A7V tank, but only 20 were produced.



Figura 2: Renault FT 17. Fonte: Cameron (2019)

"A concepção de manobra, combinando o fogo e o movimento, veio somar-se a blindagem surgindo o Carro de Combate. Desde seu aparecimento durante a 1ª Grande Guerra foi fator decisivo nos combates" (SALLES, 196-?)

2.2 O PERÍODO ENTRE GUERRAS

Frente a criação dessa nova máquina os limites e a doutrina da guerra tiveram que ser repensadas de forma que acompanhassem a evolução dos meios bélicos. No final da Primeira Grande Guerra e no período entreguerras as nações puderam se preparar e iniciar uma nova forma de combater apoiada na força blindada. Nota-se que:

> A irrupção de 420 tanques britânicos nas linhas alemãs em torno de Amiens, na manhã de 8 de agosto de 1918, tornou definitivamente superado o conceito de "guerra de trincheiras", pelo menos para aqueles que tiveram a perspicácia de perceber tal fato. E, aparentemente, isso foi percebido pelas nações vencedoras, pois uma das primeiras medidas tomadas no Tratado de Versalhes foi a de proibir à Alemanha a posse de tanques (BARBIERI, 1986a, p. 8).

No período compreendido entre as duas guerras é possível perceber comportamentos distintos dentre as nações europeias:

> Cavalos contra tanques! A comprida lança dos cavalarianos contra o comprido canhão dos tanques! Apesar de sua bravura, valor e temeridade, os poloneses foram facilmente dominados pelo ataque alemão. Foi sua primeira experiência- e do mundo também- da guerra-relâmpago (blitzkrieg): o rápido ataque de surpresa, os aviões de caça e bombardeiros, [...]; os tanques, divisões completas deles, rompendo linhas e avançando cinquenta ou sessenta quilômetros por dia (SHIRER, 2008b, p. 19).

Apesar do notável avanço tecnológico alcançado com o Mark I inglês e o Renault FT 17 francês, o alto comando de ambos os países se encontravam relutantes no uso da "força em movimento". Suas táticas e seu pensamento continuavam restritos ao uso clássico do carro, apresentando uma postura voltada a estabilidade e a disposição das tropas em largas frentes. Ambas as nações prosseguiram aplicando os carros de combate (CC) apenas como acompanhamento das tropas de infantaria, sem que se exercesse ataques concentrados puramente dotados do meio blindado. Barbieri (1986a, p. 8) aponta que "Os franceses, por exemplo, insistiam em linhas de defesa longas e estáticas, desperdiçando elementos de combate que, se concentrados, seriam praticamente imbatíveis"; comprovando-se a crença nesta tática ultrapassada com a construção de uma linha de fortificações desde a fronteira suíça até a floresta das Ardenas. Tal defesa conhecida como "mentalidade Maginot", pretendia ser intransponível, fornecendo a segurança necessária ao território franco; entretanto, se tornaria pífia frente ao avanço alemão durante a segunda guerra, "basta dizer que a Linha Maginot foi simplesmente ignorada" (BARBIERI, 1986a, p. 8).

> Gamelin estava certo de que o ataque alemão à Holanda e a Bélgica seria o ataque principal. Ele não prestou atenção à área diante das Ardenas, convencido de que as colinas cobertas de bosques eram "intransponíveis. As estradas e caminhos na floresta eram suficientemente largos para os tanques alemães, ao passo que a cobertura de bétulas, abetos e carvalhos oferecia a camuflagem perfeita para o grupo panzer de Kleist (BEEVOR, 2015, p. 99).

Embora ingleses e franceses tenham criado, inserido e desenvolvido os melhores carros na Primeira Guerra Mundial, seus pensamentos conservadores os atrasaram no desenvolvimento da doutrina. Neste inteire, a Alemanha, mesmo com as sanções sofridas com o Tratado de Versalhes conseguiu desenvolver e investir nesta nova forma de combater, O General Guderian direcionou seus esforços para a criação da "arma blindada alemã" (SALLES, 196-?). Através de projetos e alianças secretas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se desenvolveram as técnicas, táticas e procedimentos da utilização desta força e o próprio Panzer (Pz), carro de combate alemão, amplamente utilizado no segundo conflito. Os soviéticos se apoiaram inicialmente nos Renault FT e no pensamento francês de utilização do carro em apoio da infantaria. Entretanto, com o passar do tempo, percebeu-se que estavam sub empregando este meio nobre, e, "assim, na época da invasão alemã, a arma blindada soviética, além de já ter desenvolvido suas próprias táticas de mobilidade, também havia percebido a importância de seu poder de fogo e a sua precedência sobre os demais corpos de tropa" (BARBIERI, 1986a, p. 9).

Com aparente paz e ordem acreditava-se que a Alemanha, devido a tantas sanções, estaria imobilizada e incapaz de se insurgir novamente. "[...] estavam convencidos de que a Alemanha havia sido tratada de forma injusta na conferência de Versalhes" (BEEVOR, 2015, p. 19). Barbieri (1986b, p. 8) relata que seu exército estava limitado a apenas 100 mil homens, não podendo adquirir submarinos e navios

com peso superior a 10.160 toneladas, portanto, sua iniciativa era desacreditada por muitos.

> Alguns historiadores argumentam que, se a Grã-Bretanha e a França estivessem preparadas para lutar no outono de 1938, as coisas poderiam ter resultado de outra forma. Isto certamente é possível do ponto de vista alemão. O fato é que nem os britânicos nem os franceses estavam psicologicamente preparados para uma guerra, principalmente porque haviam sido mal informados pelos políticos, diplomatas e a imprensa. Os que tentavam advertir sobre os planos de Hitler, como Winston Churchill, eram considerados fomentadores da guerra (BEEVOR, 2015, p. 99).

Durante a trégua, terminada em 1939, a doutrina de blindados foi trabalhada distintamente entre as nações (BARBIERI, 1986b, p. 8). O Exército Britânico possuiu uma sucessão de tanques que apresentavam desempenho ruim ou inadequado, sendo empregados repentinamente e demonstrando-se não confiáveis (CARTER, 2018). A Inglaterra e a França dividiram suas forças de carros de combate em três ramos: tanques leves, tanques "cruzadores" e tanques pesados (BARBIERI, 1986b, p. 8). Barbieri (1986b, p. 8) retrata os leves possuindo armamento e blindagem insuficientes, sendo empregados em reconhecimentos; já os "cruzadores" possuindo a missão do embate com outros carros, com armamento muitas vezes insuficiente frente a uma Alemanha que se acreditava, equivocadamente, estar com sua força militar enfraquecida. Os tanques pesados deveriam acompanhar a infantaria nas progressões no campo de batalha, oferecendo relativa proteção blindada a tropa a pé, mesmo apresentando velocidade muito pequena (superior apenas a um homem caminhando) e armamento por vezes simplório com uma metralhadora apenas (BARBIERI, 1986b, p. 8).

Carter (2018) define que as viaturas passaram muito tempo em desenvolvimento, se tornando útil após muitas modificações, sendo que a maioria não possuía armadura para resistir às armas antitanque inimigas, dotando armas de fogo de baixo calibre. A mecanização dos regimentos de cavalaria do exército britânico ocorreu nas vésperas da guerra, todavia, neste período, a doutrina de emprego das tropas blindadas não estava claras; se observando a superioridade dos carros alemães frente aos ingleses durante todo o conflito, com exceção do Centurion, produzido somente no fim em 1945 (CARTER, 2018).

Em dezembro de 1939, o Estado-Maior britânico exigiu que dois terços da produção fossem de tanques de infantaria (pesados), porém, um ano depois, após experiências na França, foi dada prioridade ao desenvolvimento de tanques cruzadores (CARTER, 2018). De acordo com Carter (2018), interrompeu-se a produção de tanques leves, o papel da divisão de reconhecimento ficou sob responsabilidade dos carros blindados, os cruzadores equiparam as divisões blindadas ou brigadas blindadas independentes para operações móveis, enquanto os tanques de infantaria ficaram agrupados em brigadas de tanques separadas, para apoio à infantaria (permanecendo tal divisão até o fim da guerra).

A Alemanha, por sua vez, dentre meios limitados conseguiu adestrar e testar suas ideias, criando uma nova e ousada doutrina de emprego de blindados, a Blitzkrieg (guerra relâmpago) que se demonstraria imprescindível nas conquistas de Hitler. A União Soviética, através de dois Renault FT apreendidos, desenvolveu seu próprio material e sua própria conduta em parceria com a nação alemã. Barbieri (1986a, p. 9) afirma que a Itália relegou a segundo plano o desenvolvimento de seus carros de combate, dotando apenas tanques leves que se demonstrariam ineficazes frente as tropas aliadas na campanha do norte da África. Acreditava-se que a ajuda alemã viria ao auxílio, crença esta que nunca se confirmou. O exército japonês conseguiu desenvolver carros com relativa eficiência e tecnologia em pouco tempo, todavia, estas máquinas eram expoentes somente em alguns territórios com características geográficas específicas como afirma Barbieri (1986b, p. 9) em que "[...] com os sucessivos desembarques aliados nas áreas, então sobre controle japonês, onde seus tanques, além de numericamente inferiores, eram obsoletos".

A inferioridade dos carros já percebia-se no começo da guerra, em agosto de 1939. Através dos embates de soviéticos e mongóis contra o império do Japão na Manchúria – na fronteira entre os países na região do rio Khalkhin Gol – haviam:

> Protótipos muito mais rápidos do que mais tarde foi o T-34, o tanque médio mais eficaz da Segunda Guerra Mundial. Os obsoletos tanques japoneses não tiveram chance. Seus canhões careciam de granadas perfurantes contra blindados (BEEVOR, 2015, p. 26).

3 OS CARROS DE COMBATE DAS FORÇAS DO EIXO

"O impacto da arma blindada alemã fez os exércitos buscarem maneiras de deter os tanques" (BONALUME NETO, 2010, p. 6).

Este novo instrumento bélico demonstraria sua valia desde o começo da guerra com a investida alemã na Polônia, em 1939, demonstrada pela surpresa de Hitler no local. No dia 5 de setembro, ao realizar uma visita surpresa ao general alemão Guderian, perguntou-lhe vendo o regimento polonês de artilharia destroçado: "Foram nossos bombardeiros de mergulho que fizeram isso?", e a resposta dada foi "Não, foram nossos tanques". Apesar de corajosa resistência polonesa, os tanques poupavam inúmeras vidas, defendeu Guderian, comprovadas nas ínfimas perdas observadas pelo fuhrer impressionado (apenas 150 homens das quatro divisões blindadas e setecentos feridos) (YOUNG, 1980, p. 23).

A Alemanha, semelhante aos demais países, investiu e desenvolveu vários modelos para atender as demandas inerentes ao combate, principalmente nos embates com outros carros de combate. No princípio criou-se o tanque leve PzKpfw[1] I (1934 a 1941), que possuía apenas duas metralhadoras MG 34 de 7,92 mm. Em seguida construiu-se o tanque leve PzKpfw II (1936 a 1943), o tanque PzKpfw III (1939 a 1945) e o tanque médio de combate PzKpfw IV (1939 a 1945) (Figura 3).

Acerca deste carro afirma-se que “tenha sido produzido por mais tempo que qualquer outro tanque utilizado naquele conflito, com exceção do T-34” (BARBIERI, 1986a, p. 23). Ainda seriam fabricados o tanque pesado PzKpfw VI Tigre I (1942 à 1945), o tanque PzKpf V Pantera (1943 à 1945), inspirado no T-34 soviético, e, por fim, o tanque pesado PzKpfw VI Tigre II (1944 à 1945) (Figura 4) que possuía um canhão de 88mm e mais duas metralhadoras MG 34 de 7,92 mm (BARBIERI, 1986a, p. 26).



Figura 3: Panzer IV Ausf A na invasão da Polônia em 1939. Fonte: Pantelik (2020)



Figura 4: Panzer VI- TIGRE II. Fonte: Cordeiro (2018)

Com base em Barbieri (1986b, p. 64) a força de carros de combate italiana era composta pelo tanque médio M13/40 Carro Armato (1940 à 1942) (Figura 5) com um canhão de 47 mm e mais duas metralhadoras 8 mm, sendo empregado principalmente nas campanhas do norte da África, Grécia e Iugoslávia.

O tanque leve Tipo 95 HA-GO (1935 à 1945) representava as forças japonesas ofensivas iniciais, com um canhão de 37 mm e uma metralhadora de 6,5 mm no casco. Em seguida, criou-se o tanque médio Tipo 97 CHI-HA (1938 à 1945) já com um canhão de 57 mm e duas metralhadoras de 7,7 mm (BARBIERI, 1986b, p. 68).

A invasão da Polônia surpreenderia o mundo com uma nova doutrina, a Blitzkrieg alemã, adotando movimentos rápidos e envolventes, apoiada sobretudo pela força blindada, aérea, infantaria motorizada e a pé (SALLES, 1979). Permitindo a "rápida conquista da Polônia, em 1939; da Bélgica, da Holanda e da França, em 1940; da Iugoslávia e da Grécia, em 1941; e a tomada de extensos territórios da União Soviética, em 1941" (BONALUME NETO, 2010, p. 6).



Figura 5: M13/40 Armato. Fonte: Davis B. (2014)

4 OS CARROS DE COMBATE DAS FORÇAS ALIADAS

Diante da Blitzkrieg alemã e de seus CC, segundo Bonalume Neto (2010, p. 6), "deter o tanque tornou-se uma obrigação para cada exército, assim como criar suas próprias divisões blindadas", e assim o fez, buscando-se fazer frente ao poderio nazista.

A tripulação aliada via-se de maneira geral equipada por exemplares de poderio bélico inferior, fina blindagem, e mecânica duvidável, porém a numerosa quantia dos mesmos promoviam a vitória frente, principalmente, ao nazismo (MATOS, 1986).

Os carros de maior relevância na Segunda Guerra dentre todos os países que lutaram contra a Alemanha de Hitler e as forças do eixo foram as dos países expoentes nesse conflito: Estados Unidos da América (EUA), Inglaterra, França e a própria União Soviética. Suas nações apresentaram diferentes modelos ao longo dos anos sofrendo diversas adaptações.

Os EUA após o ataque japonês à Pearl Harbor (base naval americana no pacífico) em 1941, entraram na guerra com seu primeiro carro de combate o tanque leve M3 e suas modificações (M3A1, M3A2 e M3A3), sendo utilizado por outras nações aliadas, sendo sua produção encerrada em outubro de 1943 (BARBIERI, 1986b, p. 10). Além deste, Barbieri (1986b, p. 14) aponta que o tanque médio M3 Grant/ Lee e variantes foi empregado pela primeira vez em 1941; após, em 1942, foi adotado um dos principais carros da segunda guerra, o tanque médio M4 Sherman (Figura 6). Este veículo exerceu papel fundamental na vitória aliada, permanecendo até o final da guerra, sendo produzido e utilizado em larga escala não só pelos norte-americanos mas pelos aliados em geral. Com o início do declínio das forças alemãs em 1944, Barbieri (1986b, p. 24) reitera o surgimento do tanque leve M24 Chaffee e seus modelos; concomitantemente com a queda do III Reich em 1945 (império alemão liderado por Hitler) incorporou nos campos europeus o novo modelo americano, o tanque pesado M26 Pershing (Figura 7) e seus derivados (T25, T26, T26E1, T26E2, M26, M45, M46, por exemplo).



Figura 6: M4- Sherman. Fonte: The Tank Museum

Os britânicos, assim como os americanos, desenvolveram vários modelos apoiados por Churchill. O representante inicial foi o tanque de infantaria A11 Matilda I, o qual foi empregado de 1938 a 1940, com motor a gasolina e apenas uma metralhadora .30 ou .50 pol. (7,62mm ou 12,7 mm). Logo após surgiu o tanque cruzador Mark IV e modificações (Mark IVA, Mark VC, A13MKII), iniciando as entregas em dezembro de 1938 e encerrando-as no final de 1939 (BARBIERI, 1986b, p. 34). Acerca deste carro Barbieri (1986b, p. 35) afirma que "cerca de 335 tanques foram construídos e lotados nas unidades da 1ª divisão blindada na França, em 1939-40. Alguns também foram enviados para o deserto ocidental, sendo usados pela 7ª divisão blindada. Retirado do serviço em 1942".

Logo após, de acordo com Barbieri (1986b, p. 32), criou-se o tanque de infantaria A12 Matilda II (Matilda II Mark I a V), (Figura 8) em funcionamento de 1939 a 1945, posse da Austrália e da União Soviética. O tanque cruzador Crusader (Mk I a III) serviu de 1939 a 1943, sendo empregado principalmente nas campanhas do norte da África.

Seguindo no desenvolvimento dos carros criou-se o tanque de infantaria Valentine MK III (Mark I a XI), cuja utilização se deu entre os anos de 1940 e de 1945, adotado também por outras nações como Canadá, França e União Soviética (BARBIERI, 1986b, p. 44). Vários veículos foram desenvolvidos posteriormente, entre eles o tanque Cromwell e por último o tanque cruzador A34 Comet (1944 a 1958), que possuía um canhão de 77mm, o maior produzido pela Grã- Bretanha, sendo o mais avançado tanque inglês existente, infelizmente próximo do fim em 1945 (CARTER, 2018).



Figura 7: M26- Pershing no museu do exército em Bruxelas. Fonte: David B. (2014)



Figura 8: Matilda II durante campanha no deserto (África- 1940). Fonte: Nishihata (2017)

A França utilizou no princípio o tanque leve Renault AMC 35 (1935-1940), cujo canhão possuía um calibre de 47mm (BARBIERI, 1986a, p. 36). Barbieri (1986a, p. 38) retrata que através da guerra se desenvolveram outros modelos, entre eles o modelo Hotchkiss H-35 e H-39, o tanque pesado Char B1, o tanque leve Renault R-35 e por último o tanque médio Char Somua S-35 (1936 a 1940) (Figura 9). A invasão alemã na França fez com que as tropas germânicas se apossassem de todo o material bélico que possuíam, estagnando o desenvolvimentos francês em 1940.



Figura 9: S-35 se prepara para a batalha de Dunquerque. Fonte: Nishihata (2017)



Figura 10: T-34. Fonte: The Tank Museum

Antes da invasão alemã à Polônia "os russos estudaram os progressos que os outros países fizeram em tecnologia e como poderiam imitá-los. Os carros de combate e o armamento para eles também foram objeto desse esforço" (GUDERIAN, 2009, p. 185). A URSS desenvolveu excelentes carros mesmo com acabamentos grosseiros; todavia no último ano de guerra seus exemplares não perdiam para os de nenhuma outra nação (MATOS, 1986).

Iniciou-se com o tanque médio T-28 (1933 a 1941), passando por diversos outros, dentre os quais destacam-se o tanque rápido BT-7, o tanque pesado KV-1, o tanque leve T-60 e o largamente produzido e empregado tanque médio T-34 (Figura 10) (BARBIERI, 1986, p. 56). Após estes exemplares, de acordo com Barbieri (1986a, p. 72) foram construídos o tanque leve T-70 e o tanque pesado IS-2, sendo que este último possuía enormes proporções, com canhão de 122mm e 24.250 kg, sendo fabricados de 1943 até o final década de 1970. A URSS tornaram-se "um exemplo de organização e eficiência" (BACHI; apud BONALUME NETO, 2010, p. 11).

5 O FIM DA GUERRA – EVOLUÇÃO DOS CARROS DE COMBATE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Primeira Guerra Mundial impulsionou o desenvolvimento de uma nova arma, o carro de combate. A necessidade resultaria em uma combinação de várias armas e capacidades em apenas um carro: poder de fogo (anteriormente visto somente pela artilharia), sistema de comunicação amplo e flexível, mobilidade, ação de choque (cavalaria equestre) e proteção blindada (típica destes veículos) (RIFFEL, 2019, p. 45).

Durante o período entreguerras o país adquiriu os seus primeiros modelos. Após visita do Capitão José Pessoa a Escola de Carros de Combate de Versalhes e notória relevância destes veículos durante a Primeira Guerra, aconselhou-se que o Brasil adquirisse alguns exemplares, se tornando o pioneiro na América do Sul a possuir uma viatura blindada. Embora já considerados ultrapassados a época, doze Renault FT-17 foram incorporados a Companhia de Carros de Assalto em 1921, sendo utilizados na Revolução de 1924 e na Revolução Constitucionalista (BRESSAN, 2016). Estes contudo, seriam substituídos em 1938, de acordo com Bressan (2016), pelo carro Fiat Ansaldo CV 3/35 II, presentes no Esquadrão de Auto-Metralhadoras de Reconhecimento. Consolidando desta forma o uso de blindados no Brasil.

A corrida armamentista comprovou-se inevitável durante a 2ª Guerra Mundial, e a medida que passavam os anos, os aliados chegavam a ser ultrapassados pelos alemães movido por sua evolução dos calibres, potência dos motores e espessura das blindagens (SALLES, 1979, p. 154)

Com o passar da guerra os canhões se desenvolveriam, aumentando seu comprimento, alcance e calibre a fim de abater alvos compensadores a maiores distâncias com poder de fogo superiores. As munições também sofreriam mudanças visando a maior letalidade dos disparos. Com o fim da 1ª Guerra Mundial os carros apresentavam os seguintes calibres de seus canhões: os britânicos com canhões navais de 6 libras (57 mm), os franceses com o de 75 mm e os alemães com 57 mm. Os primeiros canhões eram projetados juntos com canhões anticarro rebocados, pois usavam tubos e munições semelhantes (MATOS, 1986). Em relação a Primeira Guerra Mundial confirma-se que:

> Desde a guerra, a eficácia da proteção blindada havia aumentado muito, em razão da espessura, composição e qualidade do aço. Todos os veículos blindados dignos de assim serem chamados ofereciam proteção contra o fogo das armas leves, e a maioria dos carros de combate resistia também aos tiros dos pequenos canhões anticarro (GUDERIAN, 2009, p. 167).

Inicialmente, os projéteis ao chocarem-se com outros veículos abriam um buraco na blindagem explodindo no interior. Funcionamento baseado na energia cinética e na massa que possuíam. Contudo, em 1940 as armas anticarro evoluíram através do uso da energia química e não mais da energia cinética. O princípio da "carga oca" fazia com que um jato de gás em altas temperaturas aliado a um vapor de metal derretesse a blindagem do alvo e incendiasse o interior (MATOS, 1986). Contudo, um problema se apresentava, esta munição possuía maior desempenho em velocidades terminais baixas, característica presente apenas em armas que não detinham o alcance ou a trajetória horizontal necessária aos atiradores. Portanto, apesar da clara superioridade, voltou-se a utilizar as munições de energia cinética.

Os principais obstáculos a modernização e adaptações ocorreram em plena segunda guerra. Os canhões dos carros pequenos de nada valiam, e, segundo Matos (1986), a principal dificuldade se daria entre 1940 e 1945 com o aumento da espessura da blindagem, forçando assim, que os canhões possuíssem um maior calibre e

comprimento (aumentando-se a velocidade inicial do disparo). Usava-se então tungstênio para a confecção de um projétil mais denso, possibilitando uma maior energia cinética (MATOS, 1986).

A corrida por calibres maiores e munições que pudessem fazer frente aos superiores carros de combate que surgiam fez com que houvesse um drástica melhora dos veículos de 1939 para os de 1945. Os calibres iniciais de 37mm aumentaram para 75 ou 76,2 mm. Todavia, mesmo estes possuíam dificuldade para abater os avançados tanques alemães. Os soviéticos em virtude deste fato aumentaram os seus para 85mm, percebendo também que munições de 75mm certas vezes apresentavam maior eficácia por possuírem maior velocidade, e, portanto, maior penetração. Desta forma concluiu-se que o tamanho não era a única solução visto que seu peso diminuía a potência a grandes distâncias. Até o fim da guerra em 1945 o limite operacional dos carros de combate aumentou de ínfimos 200 ou 300 metros para mais de 2.000 metros, incentivando a produção de canhões com calibre superior a 100 mm (MATOS, 1986).

A Wehrmacht tornou-se entre as nações envolvidas, sinônimo de excelência, consistente até a queda do Reich tanto no quesito humano quanto no quesito material:

> O combatente alemão foi também servido pela qualidade de seu armamento, que se aperfeiçoou continuamente ao longo dos conflitos. A partir de 1943, os tanques Tigre, Panther e Mark IV e os canhões de assalto são comparáveis com as máquinas soviéticas e superam os blindados aliados (MASSON, 2017, p. 345).

Em relação as vitórias aliadas, os carros de combate de maior relevância foram o T-34 russo e o Sherman americano (ambos em ação na maioria dos anos da guerra). Embora apresentassem respectivamente uma estrutura interna rígida (fabricação grosseira), e uma blindagem incipiente, silhueta alta e poder de fogo que apresentava problemas, ambos encontravam-se em grande número e com admirável mobilidade, fatores decisivos em um combate (MATOS, 1986).

Os britânicos mantinham-se vinculados a crença, comprovada desaconselhável, da divisão dos CC entre, carros de infantaria (lentos e altamente blindados) e Cruiser (ágeis e de pouca proteção); e, com ambos dotando de poderio bélico aquém do necessário. Comparando friamente a doutrina dos carros entre países envolvidos, percebe-se posturas diferentes.

Os alemães acompanharam as filosofias de Liddell Hart e Fuller, todavia, os panzers produzidos equilibravam muito melhor armamento, proteção e desempenho; sem distinção entre famílias (infantry/cruiser, pensamento inglês) (MATOS, 1986). Também segundo Matos (1986), os soviéticos produziram bons carros e em grandes quantidades, já os americanos observaram e esperaram terem os fundos necessários.

Com a queda da Alemanha de Hitler e a vitória dos aliados sobre as forças do eixo percebeu-se, portanto, a mudança nos equipamentos, armamentos, viaturas e doutrinas dos países envolvidos. Analisando o material dos carros de combate e seu emprego nos campos de batalha nota-se uma grande diferença do começo dos conflitos em 1939 e do término em setembro de 1945. Em relação as técnicas, táticas

e procedimentos comprovou-se que o conceito de imobilidade, adoção de posições defensivas estáticas, evitando o princípio da ofensiva, pensamento britânico e francês do início, demonstraram estar ultrapassadas e equivocadas.

A Linha Maginot francesa foi ultrapassada pelo exército alemão, cercando parte das tropas francas dispostas na região, com o auxílio das divisões panzer (BARBIERI, 1986a, p. 8). O que se pensava intransponível foi subjugado, decorrendo com a França invadida e dominada pelas tropas nazistas em maio de 1940. A utilização dos carros de combate apenas como forma de apoio da infantaria limitava o poder de fogo, a mobilidade e a capacidade dos blindados de cerrar sobre o inimigo a fim de neutralizá-lo. O emprego dos carros comprovou-se eficiente com à Blitzkrieg, adotada pelas forças alemãs, demonstrando-se uma excelente forma de combater e ganhar territórios de maneira rápida e ordenada, utilizando a Luftwaffe (força aérea), as forças blindadas e a infantaria em conjunto.

Comparando os últimos carros produzidos antes do término dos embates, com os primeiros modelos produzidos pelos respetivos países nota-se que os canhões tiveram de modo geral seu calibre aumentado e o comprimento do tubo também; a fim de alcançar distâncias cada vez maiores, estabilidade na trajetória e maior poder de fogo. A blindagem se tornou mais espessa, utilizando outros materiais como o tungstênio, com o propósito de aumentar a proteção blindada. Iniciou-se a inclinar a blindagem para que se diminuísse o ângulo de incidência do projétil disparado e, assim, diminuindo a quantidade de metal (da torre e do chassi) e o peso, elevando-se a mobilidade. Houve o crescimento do número de metralhadoras, coaxiais e antiaéreas, o peso e as dimensões dos blindados, assim como a guarnição de cada carro, delegando assim responsabilidades, não sobrecarregando portanto um único militar (MATOS, 1986).

Após guerra declarada as forças do eixo e fruto do acordo Lend-Lease que possibilitava troca de benefícios entre os países aliados envolvidos, o Brasil adquiriu do exército americano o M3 Lee e o M3A1 Stuart a partir de 1941, em troca de bases no território nacional; aproximando-se portanto da doutrina e do material dos Estados Unidos em detrimento da ultrapassada visão francesa (anteriormente adotada) (BRESSAN, 2016). A Força Expedicionária Brasileira (FEB) presente nos campos de batalha italianos durante a guerra, recebeu o apoio de tanques médios Sherman e de caça-tanques M10 (americanos) (BONALUME NETO, 2010, p. 11). Diversos Sherman (M4, M4A1) foram incorporados a partir de 1945 as fileiras do Exército, sendo que o último modelo (Composite Hull) foi solicitado para estudos e aperfeiçoamentos na década de 1960 motivado pelo excepcional desempenho apresentado pelas forças israelenses contra os árabes. Este último exemplar foi experimentalmente modificado (nacionalmente), todavia, mesmo apresentando resultados desejáveis em 1975, o desenvolvimento do projeto foi abandonado/encerrado (BRESSAN, 2016).

Em 1973 originou-se o primeiro protótipo de carro sobre lagarta nacional. O X1 Pioneiro originou-se do M3A1 Stuart presentes em demasia no país, entretanto seu desempenho inferior aos projetos de viaturas sobre rodas forçaram o exército a abandonar tal ideia. No final da década de 1960, a fim de substituir os carros M3 e M3A1, foi adquirido o também americano, M43 Walker Bulldog (BRESSAN,

2016); sendo que, ao se tornar obsoleto e antes da chegada dos M60, resolveu-se adquirir o carro alemão Leopard 1a1 para sua substituição. Porém, estes carros não são utilizados pela cavalaria brasileira nos dias atuais.

Influenciado pelas experiências e pelos desempenhos observados durante o período da guerra, o Exército Brasileiro resolveu adotar, portanto, as famílias americana e alemã para compor o quadro de carros de combate nacionais no pós-guerra; representados, atualmente pelos modelos M60 (EUA) e Leopard 1a5 (Alemanha).

Não há um consenso entre autores acerca de qual carro de combate foi o mais distinto, eficiente ou inovador. Todavia, dentre os países envolvidos, o que melhor conciliou qualidade de material, desempenho, doutrina, tática e pessoal foi a Alemanha. Supremacia blindada comparada a Itália e ao Japão (pouco relevantes para o esforço do eixo), avanços e conquistas em diversas frentes, contínua evolução e profissionalismo de suas guarnições, todos os fatores a tornou sinônimo de excelência durante a guerra e influência para futuras tropas mecanizadas e blindadas ao redor do globo.

Foram apresentados sucintamente os principais carros de combate das nações que participaram da Segunda Guerra Mundial. Outros exemplares destes e de outros países existem e possuem relevância para o conflito, entretanto, foram analisados a utilização e a evolução dos mais notórios, segundo Aldo Barbieri em sua obra "Guias de armas de guerra: Tanques da segunda guerra mundial", de 1986, em seus dois volumes.

Há poucos textos e obras voltados exclusivamente para o assunto blindados, sobretudo abordando os carros de combate entre 1939 e 1945. Fontes apresentando dados técnicos completos e doutrinas detalhadas são diminutos e de difícil localização, sendo muitos dos textos, internacionais.

Cabe a futuros pesquisadores e escritores a aquisição e a elaboração deste conhecimento, sustentado por referências nacionais e internacionais. Um estudo que vise três aspectos fundamentais: material, doutrina e aspecto humano. Reunindo informações em um trabalho final que consiga abordar os parâmetros de todos os modelos presentes nos campos de batalha, analisando os Estados e seus principais líderes. Preservando, portanto, a história blindada de um conflito de proporções épicas, cuja ocorrência dificilmente ocorrerá novamente.

As mudanças demonstradas serviriam de base para as futuras gerações de carros, sendo que algumas delas perduram até hoje. O comportamento, a performance, os modelos, a forma de emprego, o material, o exército e a campanha de cada país expostos neste trabalho proporcionam subsídios para futuras pesquisas e compras bélicas por parte das Forças Armadas, mais especificamente do Exército Brasileiro. Além de, em um futuro conflito, basear e prever a conduta, o espírito e as atitudes dos países estudados.

O carro de combate, nova plataforma surgida na Primeira Guerra Mundial, desenvolvida e amplamente utilizada durante a Segunda Guerra, transformaria a cavalaria das forças terrestres do globo a partir de então, mostrando-se extremamente relevante nas batalhas campais do último século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEX, Dan. SdKfz 121 Panzer II Light Tank: The panzer II was an interim light tank design meant to hold ground until production of the panzer III and panzer IV medium tanks came online. 2019. Disponível em: https://www.militaryfactory.com/armor/detail.asp?armor_id=245. Acesso em: 08 jun. 2020.

B., David. The online tank museum- WW2 Soviet heavy tanks: IS2 2014. Disponível em: https://tanks-encyclopedia.com/ww2/soviet/soviet_IS-II.php. Acesso em: 21 Maio 2019.

B., David. The online tank museum- WW2 German light tanks: Panzer II. 2014. Disponível em: https://tanks-encyclopedia.com/ww2/nazi_germany/Panzer_II.php. Acesso em: 08 Jun. 2020.
B., David. The online tank museum- WW2 Italian tanks: Carro Armato M13/40. 2014. Disponível em: https://tanks-encyclopedia.com/ww2/italy/Carro_Armato_Medio_M13-40.php. Acesso em: 09 Jun. 2020.

BARBIERI, Aldo. Guias de armas de guerra: Tanques da segunda guerra mundial: Os principais tanques e carros de combate que estiveram em operação nos campos de batalha, a serviço dos exércitos da Alemanha, França e União Soviética, com inúmera fotos e ilustrações a cores. São Paulo: Nova Cultural, v. 1, 1986.

BARBIERI, Aldo. Guias de armas de guerra: Tanques da segunda guerra mundial: Os principais blindados dos EUA, Grã-Bretanha, Itália e Japão, com sensacionais fotos históricas e ilustrações coloridas. São Paulo: Nova Cultural, v. 2, 1986.

BATTLE Stations: Tiger Attack. [s.i.]: History Channel, 2001. P&B.

BEEVOR, Antony. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2015.

BONALUME NETO, Ricardo. COLEÇÃO Armas de Guerra: Veículos Militares 1943-1974. O tanque supremo. 11. ed. São Paulo: Abril, 2010. Tradução de Gisele C. Batista

BRASIL. Exército Brasileiro. Centro de Instrução de Blindados. Museu Blindado--M4 Sherman, 2019. Disponível em: http://www.cibld.eb.mil.br/index.php/museu--blindado#m4-sherman. Acesso em: 2 Jun. 2020.

BRESSAN, Guilherme Alberti. A EVOLUÇÃO DOS CARROS DE COMBATE NA CAVALARIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 2016. 40 f. TCC (Bacharelado) - Curso de Bacharel em Ciências Militares, Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2016.

BROSNAN, Matt. How Britain invented the tank in the first world war. 2018. Disponível em: https://www.iwm.org.uk/history/how-britain-invented-the-tank-in-the-first-world-war. Acesso em: 30 Set. 2019.

CAMERON, Robert S. Mobility, shock and fire power – The emergency of the U.S Army's Armor Branch, 1917-1945. 2008. Disponível em: https://history.army.mil/html/books/Mobility_Shock_and_Firepower/CMH_30-23-1.pdf. Acesso em: 03 Out. 2019.

CARTER, Ian. Britain's struggle to build effective tanks during the Second World War. 2018. Disponível em: https://www.iwm.org.uk/history/britains-struggle-to-build-effective-tanks-during-the-second-world-war. Acesso em 07 Out. 2019.

CIVITA, R. Guias de Armas de Guerra: Tanques da Segunda Guerra Mundial. [S.l.]: Nova Cultural, v. 1, 1986b.
CORDEIRO, Tiago. Qual era o tanque mais poderoso da 2ª Guerra? 2018. Disponível em: https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-era-o-tanque-mais-poderoso-da-2a-guerra/ Acesso em 31 Maio 2020.

GUDERIAN, Heinz. Achtung, Panzer! – O desenvolvimento de forças blindadas, suas táticas e poder operacional (1914-1937). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

HOUSE, Jonathan M. Combinação das Armas – A Guerra do Século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

INSIDE the Chieftain's Hatch: Panzer III Part 1. [s.i.]: Classic Media, 1984. P&B.

NISHIHATA, Leo. Os veículos mais eficientes da Segunda Guerra Mundial. 2017. Disponível em: https://quatrorodas.abril.com.br/noticias/os-veiculos-aliados-mais-eficientes-da-segunda-guerra-mundial/r. Acesso em 21 Maio 2020.

MASSON, Philippe. A Segunda Guerra Mundial- História e Estratégias. São Paulo: Ed. Contexto, 2017.

MATOS, Carlos Eduardo. Máquinas de guerra. São Paulo: Ed. Globo, 1986.

PANTELIC, Marko. The online tank museum- WW2 German medium tanks: Panzerkampfwagen Ausf. A. 2020. Disponível em: https://tanks-encyclopedia.com/ww2/nazi_germany/Panzer_IV.php. Acesso em 09 Jun. 2020.

RIFFEL, João Matheus Mainardi. A EVOLUÇÃO DOS CARROS DE COMBATE DA 1ª A 2ª GUERRA MUNDIAL. 2019. 47 f. TCC (Bacharelado) - Curso de Bacharel em Ciências Militares, Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2019.

SANTOS, Carlos Alexandre Geovanini dos. Blindados: 95 anos de história. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

SALLES, Ney. A arma blindada e a manobra- 2ª Guerra Mundial. Paraná: Ed. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Paraná.

SALLES, Ney; BENTO, Cláudio Moreira; MARCONDES, Sérgio Monteiro. História da doutrina militar- da antiguidade a II GM . Academia Militar das Agulhas Negras, 1979.

SHIRER, William L. Ascensão e queda do Terceiro Reich, volume II: O começo do fim. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2008.

The Tank Museum- Secons World War. Disponível em: https://www.tankmuseum.org/museum-online/vehicles/results. Acesso em: 02 Jun. 2020.

YOUNG, Peter. A Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Ed. Círculo do livro S.A. e Companhia Melhoramentos, 1980.

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 1, 2020

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MILITARES DO EXÉRCITO, NA ERA VARGAS (1930/1945)

Uma visão crítica do período e seus reflexos na vida pública brasileira.

Luiz Emílio da Cás[1]

INTRODUÇÃO

Inicialmente, observamos que os militares Brasileiros sempre estiveram direta ou indiretamente ligados à política nacional, tendo participação destacada em vários momentos da história republicana da nação. Esta participação foi ocasionada pela atuação de grupos de militares, no interior da instituição, que insatisfeitos com os rumos políticos da nação, conduziram a instituição na nova direção a ser seguida, era como as lideranças militares se posicionavam nessas ocasiões.

Desde a Questão Militar, ocorrida nos últimos anos do Império, que contribuiu para abalar as estruturas políticas da Monarquia brasileira, os militares vão gradativamente aumentando seu poder de influência na vida pública da nação.

Na Historiografia Brasileira Contemporânea os estudiosos discutem sobre a importância da participação ou não na vida política da nação dos militares, sendo observado, pelos estudiosos, que se criou, a partir do término da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), no âmbito da força terrestre brasileira, uma "consciência de classe" e um "espírito de corpo", que tiveram suas origens, principalmente, nas es-

1 O autor é Coronel de Infantaria reformado, Bacharel em ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN (1976) e Mestre em Aplicações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército - EsAO (1985). Possui diversos cursos militares da Brigada de Infantaria Paraquedista. Na área civil possui MBA em Relações Internacionais e Estratégia pelo INEST- UFF (2019) e pós-graduação em Didática do Ensino Superior pela AEDB- Resende (1993), em Política e Estratégia pela ADESG-PR (1996), Licenciatura Plena em História pela UNIRIO (2016). É professor História Militar na AMAN desde 1990. Contato: luizdacas@Gmail.com

colas militares, conforme observa Miriam de Oliveira Santos, em seu livro "Berço de Heróis". (Santos, 2004).

A imagem que os militares souberam impor junto à população brasileira, sobre si mesmos, acreditando-se serem "heróis," "salvadores da Pátria", "honestos" e "corajosos" foi sendo construída no interior da força terrestre ao longo da "Primeira República". Tendo consolidado, por fim, a imagem de que eram "guardiões da Pátria", sendo, portanto, "incorruptíveis" e "fiel da balança" em caso de crise.

É importante ressaltar fato de que a partir do início da República (1889), a formação e a organização do Exército iria sofrer diversas transformações, fruto de divergências e das várias correntes de pensamento existentes, dentro da Força, sobre qual ideologia deveria ser implantada na instituição até sua consolidação na "Era Vargas" (1930-45).

Observamos que, por um lado, o Exército é parte integrante do Estado, reproduzindo as aspirações da sociedade que o mantêm, por outro lado, nem sempre está identificado com os governos vigentes, tendo, então, que agir como uma instituição com poderes para desviar os acontecimentos do rumo traçado pelos governos.

Este estudo pretende realizar uma análise do Movimento Tenentista e abordará a participação dos militares na política, durante a "Era Vargas". Se, por um lado, o tema é de suma importância para a compreensão da História Contemporânea Brasileira, por outro lado, permite conhecer um pouco da história de um segmento bastante significativo de nossa sociedade - a "classe militar" e a sua participação na vida política da nação nos meados do século XX.

Abordaremos os diversos fatos históricos relevantes e os principais acontecimentos ocorridos no Brasil antes de 1930 e, em prosseguimento, os ocorridos na "Era Vargas". Estudaremos as biografias dos mais significativos militares que participaram da vida pública brasileira, no período e a consolidação da doutrina "Góis Monteiro" de "eliminar a política dentro do Exército para que o Exército pudesse agir como ator político de maneira mais eficiente na vida pública nacional".

Utilizaremos, como fontes para embasar nosso estudo, os trabalhos de José Murilo de Carvalho, Edmundo Campos Coelho, Miriam de Oliveira Santos, Celso de Castro, Edgar Carone, Frank D. McCann e o Acervo (em mídia) da Fundação Getúlio Vargas, dentre outros.

DESENVOLVIMENTO

Conforme o texto de Maria Cecília Spina Forjaz, existente no acervo virtual da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o "tenentismo" foi um movimento político-militar que se desenvolveu durante às décadas de 1920 e 1930, sob a liderança de capitães e tenentes das Forças Armadas e constituiu-se num dos principais agentes do colapso da República Velha e que culminou com a Revolução de 1930, quando, então, os tenentes chegaram ao poder e puderam por em prática suas propostas políticas.

Na década de 1920, a sociedade brasileira se caracterizava, basicamente, pela existência de uma economia agroexportadora que fornecia produtos primários para

os países capitalistas centrais. A estrutura política, nessa fase da história do desenvolvimento político brasileiro, foi marcada pela dominação de oligarquias agrárias, sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas.

Em represália à eleição de Artur Bernardes (março de 1922) e das medidas repressivas do governo de Epitácio Pessoa como a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar (julho de 1922), foi acelerada uma conspiração militar, já em curso. O plano revolucionário, começaria na Escola Militar do Realengo. Deveria contar com a ação conjunta dessa Escola, dos quartéis da Vila Militar de Deodoro e do Forte de Copacabana e seria desencadeada na madrugada de 5 de julho.

Apesar da posição contrária à "política café-com-leite", o comando do Exército não aderiu ao movimento. O governo tratou de trocar os principais comandos militares da capital, para impedir o levante e combater os revoltosos.

O Forte de Copacabana, que era comandado pelo Capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do Marechal Hermes, se rebelou.

Durante toda a manhã do dia 5 de julho, o forte sofreu um bombapós-graduadordeio, vindo da Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Niterói e de navios da Armada. Os mais de 300 revoltosos (militares e civis) mantiveram-se firmes até que, às 4h da manhã do dia 6 de julho, o comandante do forte e o tenente Siqueira Campos sugeriram a desistência da luta, por outro lado, 29 militares decidiram continuar a revolta. Na tentativa de uma negociação para o impasse, o Capitão Euclides Hermes saiu do Forte e acabou sendo preso pelas forças legais.

Os 28 militares restantes continuaram resistindo, a seguir, repartiram a Bandeira Nacional do Forte em pedaços, sendo guardando o recorte do comandante preso, a eles se uniram, na hora do levante e na saída do Forte os tenente Eduardo Gomes, da Aviação Militar, que foi ferido no confronto e Mario Carpenter, do 3º Regimento de Infantaria, que foi morto pelas forças legalistas.

Marcharam pela Avenida Atlântica em direção ao Leme. Houve deserções e apenas 17 militares continuaram a marcha em direção ao Leme, se juntou a coluna um civil, Otávio Correa. Eles foram finalmente derrotados em frente à Rua Barroso.

Por outro lado, em Realengo, uma coluna revolucionária, composta de oficiais e de mais de 500 alunos da Escola Militar, sob o comando do coronel Xavier de Brito marchou para a Vila Militar. De acordo com os planos, os revoltosos deveriam receber a adesão das tropas aquarteladas em Deodoro. Esperavam contar com a adesão do marechal Hermes da Fonseca para marcharem na direção do palácio presidencial do Catete, no centro do Rio de Janeiro.

As tropas da Vila Militar, leais ao governo, foram alertadas e se opuseram aos rebeldes. O primeiro combate ocorreu no monte Alegre, nas imediações do campo de instrução de Gericinó, tendo a coluna rebelde repelido as forças governistas. No entanto, na manhã do dia seguinte, um novo contingente da Vila Militar marchou contra as forças da Escola Militar. Pressionando, Xavier de Brito retornou para Realengo. Como conseqüência todos os revoltosos foram presos e posteriormente julgados.

As Revoluções de 1924 representavam a continuidade e o amadurecimento do levante de 1922, ainda que pouco articuladas, estavam unificadas ideologicamente,

em seus atos e discursos. Sendo iniciada, em São Paulo, em 5 de julho de 1924, a Revolução funcionou como foco inspirador dos outros movimentos do período: levante de Mato Grosso (12/7/1924), levante de Sergipe (13/7/1924), levante do Amazonas (23/7/1924), levante do Pará (26/7/1924) e revolução do Rio Grande do Sul (29/10/1924).

O elo unificador desses movimentos tinha como objetivo imediato a derrubada do presidente Artur Bernardes e a efetivação, na prática política, dos princípios liberais contidos na Constituição de 1891.

Nesta fase, os tenentes não falavam mais em nome do Exército, como ocorreu em 1922: desta vez acreditavam representar os "Interesses Nacionais" e propunham um programa político que preconizava: o voto secreto, o combate à corrupção administrativa e à fraude eleitoral, a verdadeira representação política, a liberdade de imprensa e de pensamento, a limitação das atribuições do Poder Executivo, o restabelecimento do equilíbrio entre os três poderes, a ampliação da autonomia do Poder Judiciário, a moralização do Poder Legislativo, a centralização do Estado e a correção dos excessos da descentralização federativa.

A Revolta Paulista de 1924 foi a segunda revolta tenentista e um dos maiores conflitos bélico de São Paulo. Iniciada na madrugada de 5 de julho, só terminou em 28 de julho de 1924. Foi comandada pelo general Isidoro Dias Lopes e contou com a participação de vários tenentes, dentre os quais Joaquim Távora, que foi morto na revolta, Juarez Távora, Miguel Costa, Eduardo Gomes, Índio do Brasil e João Cabanas.

Deflagrada a revolta, com a ocupação do centro da capital paulista e após ter sido bombardeado o Palácio do governo. O presidente do estado, Carlos de Campos, teve que se evadir para o bairro da Penha, na zona leste da cidade.

Apesar de conquistar a simpatia das camadas urbanas da sociedade brasileira, não ocorreu a mobilização popular e nem o engajamento das dissidências oligárquicas, ocasionando o isolamento e o fracasso do movimento armado de 1924.

Em reação à revolta, a cidade de São Paulo foi bombardeada pela Artilharia legalista e pela Aviação Militar, vários pontos da cidade foram atingidos, principalmente os bairros da Mooca, Brás e Perdizes.

Sem poderio militar para enfrentar as tropas legalistas, os rebeldes retiraram-se para o interior paulista em 28 de julho. Em prosseguimento ao levante, Isidoro Dias Lopes e Juarez Távora planejaram, um ataque à cidade de Três Lagoas (MS), onde estavam concentradas parte dos efetivos das forças legalistas, não conquistando a localidade. A derrota de Três Lagoas foi trágica para o movimento, pois um terço das tropas revoltosas morreu, feriu-se ou foi capturada.

Os vencidos, marcharam, então, rumo a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, tendo havido, no deslocamento, outros enfrentamentos, como o combate de Catanduvas (PR), onde sofreram novo revês, ao serem derrotados por tropas do Exército comandadas pelo, então coronel Cândido Mariano Rondon.

Por outro lado, os levantes no Rio Grande do Sul, foram derrotados em todas as guarnições envolvidas. Apenas permaneceram na luta as tropas lideradas pelo capitão Luís Carlos Prestes, que se deslocaram para Foz do Iguaçu, a fim de se unirem

aos revolucionários paulistas. Esse objetivo só se concretizou em abril de 1925, data em que as duas forças tenentistas conseguiram fundir-se, formando a Coluna Miguel Costa-Prestes. Com sua marcha pelo interior Brasil, os tenentes pretendiam propagar seu ideário político, incentivar novos movimentos revolucionários e solapar, gradativamente, o regime oligárquico existente.

A Coluna marchou aproximadamente 24 mil quilômetros, atravessando 11 estados brasileiros (Paraná, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco), sendo que as esperadas revoluções de apoio fracassaram. Com o fim do governo de Artur Bernardes, cuja derrubada tinha sido o objetivo imediato dos tenentes, as lideranças da marcha optaram pelo exílio. Sendo que o restante da coluna só se exilou, em fevereiro de 1927, quando os últimos remanescentes entraram na Bolívia.

O surgimento de novos partidos, na década de 1920, abriu novas possibilidades de alianças e acomodações entre as várias forças político-sociais que contestavam o regime vigente. Os partidos políticos que se formaram, tentaram aglutinar as oligarquias não cafeicultoras. Apesar do caráter oligárquico-conservador desses partidos, eles serviram como canais para expressar a insatisfação das populações urbanas ao regime. O Partido Democrata (PD) e o Partido Liberal (PL) constituíram as principais forças políticas que estabeleceram contatos com o tenentismo com o objetivo de organizarem um novo movimento revolucionário.

Enquanto a rebeldia oligárquica se organizava em partidos políticos, os tenentes preocupavam-se com a organização da revolução, tentando reproduzir os procedimentos conspiratórios do levante de 1924 e estabelecendo focos insurrecionais pelo Brasil. As condições eram mais difíceis, pois grande parte dos tenentes estava no exílio, na prisão, ou na clandestinidade. Os remanescentes buscaram, então, uma aproximação com as oposições oligárquicas, com o objetivo de obterem fundos para financiar nova revolução. Eles tentavam organizar levantes nos quartéis e as oligarquias, por sua vez, pretendiam chegar ao poder por meio de eleições. Eram, portanto, duas revoltas diferentes que tentavam, com dificuldade, unir seus esforços.

Por fim, os partidos políticos de oposição se uniram em uma frente única em apoio à candidatura de Getúlio Vargas para presidência da República. Durante as articulações entre a oposição oligárquica e a oposição militar, ocorreu um desencontro, no âmbito do tenentismo, face à divergência ideológica de Prestes, que aderiu ao marxismo. Apesar da oposição de Prestes à frente única, a cooperação entre os tenentes e as oligarquias dissidentes seria retomada no contexto da campanha eleitoral da Aliança Liberal.

Pela "Política do Café com Leite" era a vez do candidato de Minas Gerais ser escolhido para concorrer à presidência. Washington Luís, por sua vez, tinha preferência por Júlio Prestes, Presidente do Estado de São Paulo, fato que ocasionou a ruptura com a oligarquia mineira, que aliou-se aos gaúchos, formando a Aliança Liberal, que tinha Getúlio Vargas como candidato à presidência do Brasil e João Pessoa como vice-presidente.

Até a eclosão da crise internacional de 1929, a reforma financeira de Washington Luís, que equilibrava os preços do café, era viável e suportável. Com a queda

brusca dos preços a partir da crise, a política econômica do governo entrou em colapso, ocorrendo uma ruptura política dentro da oligarquia paulista.

Apesar do caráter conservador-oligárquico da Aliança Liberal, esta promoveu uma movimentação popular intensa nas cidades em torno de um programa de reformas que envolvia a defesa do voto secreto, o controle das eleições pela Justiça, medidas econômicas protecionistas, a anistia aos revolucionários de 1922, 1924 e 1926 e a promulgação de um Código do Trabalho.

Até março de 1930, por diversas razões, a conspiração revolucionária entre aliancistas e o tenentismo não avançou, quando, então, foram realizadas as eleições, sendo frustradas as pretensões eleitorais da Aliança Liberal. A derrota nas urnas, a "degola" de candidatos paraibanos e mineiros da Aliança, no Congresso, e o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, mudaram o pensamento da oposição que vai, a partir de então, em busca da solução armada, reacendendo o movimento. A Aliança Liberal, aproveitando-se do repúdio da opinião pública ao ocorrido, passou a responsabilizar o Governo Federal pelo assassinato de João Pessoa. Vencidas as resistências, a Revolução Liberal avançou até a tomada do poder, sendo que a ala jovem da Aliança Liberal, formada por nomes como Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Virgílio de Melo Franco, teve importante papel ao reduzir as resistências oligárquicas e fazer a conspiração avançar até sua eclosão em 3 de outubro de 1930.

Logo após a vitória da Revolução e de uma década de lutas, prisões, exílio e contato direto com a realidade política nacional, os tenentes, então, amadureceram seu projeto político para a sociedade brasileira, com características autoritária e antiliberal.

Getúlio Vargas, líder civil da revolução, tomou posse na presidência em 3 de novembro de 1930 e desde então tenentes e oligarquias dissidentes lutaram para ocupar os principais ministérios e posições estratégicas no novo governo.

Além de certos cargos no ministério, os tenentes foram nomeados interventores nos Estados. Os interventores controlavam os poderes Executivo e Legislativo estaduais. Sendo que essa concentração de poderes pelos tenentes, abalou as velhas oligarquias estaduais remanescentes.

Em São Paulo, o Partido Democrático (PD) queria o poder, sendo que Vargas, sob pressão tenentista, nomeou para interventor em São Paulo o tenente João Alberto Lins de Barros. Logo de inicio surgiram divergências, pois os tenentes buscaram aumentar sua base política, tendo organizado a Legião Revolucionária de São Paulo e nomeado Miguel Costa chefe da Secretaria de Segurança Pública.

Em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, ocorreu uma conciliação entre os tenentes e as oligarquias que exigiam a convocação da Constituinte. Diante das pressões, o Presidente da República decretou um novo código eleitoral (24/2/1932) e marcou a data das eleições para a Assembléia Constituinte. Porem, Vargas não conseguiu acalmar os que conspiravam contra o governo.

Em São Paulo, a Revolução Constitucionalista iria eclodir em a 9 de julho de 1932, mas sem a adesão de Minas e Rio Grande do Sul. A vitória sobre São Paulo marcou o apogeu do tenentista e também o início de seu declínio. Apesar da derrota militar dos paulistas, a campanha constitucionalista prosseguiu e intensificou-se e

levou os tenentes a aceitarem a tese da constitucionalização. Por outro lado, havia grandes divergências internas e de caráter ideológico dentro do movimento tenentista.

A Constituinte instalou-se a 15 de novembro de 1933, mas a representação minoritária dos tenentes, em torno de vinte eleitos, contou com a colaboração dos chamados "deputados classistas", com 40 representantes e de parte das bancadas nortistas. A Constituição promulgada em julho de 1934 conciliava perspectivas tenentistas e oligárquicas e teve pouca duração, graças à implantação do Estado Novo (1937/45). As constituintes estaduais (outubro de 1934) consolidaram as novas lideranças oligárquicas nos estados.

A derrota dos tenentes no plano político foi acompanhada pela derrota no interior das casernas. A Revolução de 1930, significou a vitória dos jovens oficiais, ocorrendo, por outro lado, uma verdadeira dualidade de comando: parte das forças armadas submeteu-se aos tenentes revolucionários e parte permaneceu vinculada às lideranças hierárquicas da instituição.

O processo de declínio político do tenentismo está relacionado, segundo o livro "Soldados Da Pátria" do "brasilianista" Frank D. McCann, com a regeneração da hierarquia e da disciplina na Força Terrestre. Gradativamente, os oficiais superiores vão retomando a liderança da instituição militar e afastando-a do cenário político. Esse processo de reunificação foi favorecido pelos seguintes fatos: o combate a Revolução Paulista de 1932 que implicou na reorganização dos comandos e na retomada da hierarquia; os insucessos políticos dos tenentes, sendo que a maioria dos tenentes abandonou os postos políticos e retornou ao Exército; e a liderança do general Góis Monteiro, chefe revolucionário de 1930, que promoveu uma política de fortalecimento do Exército como organização.

Derrotado pelas oligarquias e submetido à chefia dos generais, o tenentismo desintegrou-se como movimento político organizado, sendo que seus remanescentes buscaram novas forças político-sociais de enfrentamento, como: o Integralismo, a Aliança Nacional Libertadora, o Partido Comunista Brasileiro e os vários partidos socialistas.

Segundo diversos autores, os tenentes de 1920, permaneceram ativos na política até a Revolução Civil-Militar de 1964, quando, de fato assumiram o Poder Executivo Federal por 21 anos, até a queda do regime em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves para Presidente do Brasil.

Segundo Maria Cecília Spina Forjaz, na visão dos tenentes - o Estado representava o princípio articulador da sociedade e pólo aglutinador capaz de integrar e unificar a nação, estando distanciado dos interesses particulares das classes, e sendo o único capaz de promover o progresso de forma igualitária e, para tanto, procuraram aplicar medidas centralizadoras que fortalecessem o executivo em detrimento das autonomias estaduais.

A verdadeira representação política do cidadão, segundo o pensamento tenentista, seriam as associações profissionais e as corporações. Sendo que o Estado deveria intervir na sociedade e na economia. Para orientar e organizar o poder, era necessário convencer as elites a empregarem suas forças para o esclarecimento e educação

das massas populares. Defendiam, ainda, a restrição do sufrágio universal (voto) com a limitação da participação das classes populares na escolha dos governantes. Propunham a eleição do Presidente da República pelos legislativos federal, estaduais e municipais. O autoritarismo dos tenentes se manifestava na luta pela prorrogação da ditadura revolucionária e no adiamento das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, até que fossem efetivadas as reformas econômico-sociais e a população amadurecesse politicamente para exercer seus direitos políticos.

Os tenentes atuaram como grupo de pressão junto ao poder central e suas extensões nos estados, as interventorias. Agiram a partir da cúpula, sem tentar incluir as massas no processo revolucionário. As formas de organização política que tentaram fundar não tiveram sucesso o esperado.

As teses econômico-sociais do tenentismo constituíam um programa típico da classe média, sendo os princípios básicos: o nacionalismo, a defesa da unidade nacional, a centralização político-administrativa e planejamento estatal, os direitos e garantias para as classes trabalhadoras, a industrialização e a intervenção estatal na economia, eram as metas a serem implantadas.

Coerentes com a estratégia política de fortalecimento do Estado, propunham maior capacidade regulamentadora deste sobre o sistema econômico. Os tenentes não tinham uma perspectiva industrializante, mas, por outro lado, não rejeitavam sua necessidade e consideravam o desenvolvimento e a diversificação agrícolas as metas prioritárias.

Eles defendiam a implantação siderúrgicas, a exploração estatal do petróleo, a nacionalização da mineração e dos potenciais hidráulicos e a estatização da infraestrutura econômica. Não aceitavam a concentração capitalista, os trustes, e os monopólios. Defendiam uma sociedade harmônica de pequenos produtores, a criação de cooperativas e um poder estatal que unificaria o país. Finalmente, os tenentes defendiam, uma nova administração pública "despolitizada" e combatiam os privilégios econômicos dos cafeicultores.

O projeto tenentista não coadunava com o projeto da Aliança Liberal e o enfrentamento entre eles constituir-se-ia em luta política até a consolidação de um novo sistema político no Brasil, a partir de 1934.

Observamos que participaram do tenentismo, além dos militares, as oligarquias não cafeicultoras, às classes médias urbanas e parte das camadas populares. Tendo o movimento contribuído para acabar com o domínio político nacional das oligarquias paulista e mineira, mas por outro lado, não se sustentaram no poder. Faltando ao movimento bases populares e sociais de sustentação, tendo uma visão golpista e militarista do processo revolucionário e pretendendo implantar reformas econômico-sociais incompatíveis com os interesses das oligarquias vitoriosas, os tenentes foram, gradativamente, afastados do poder.

Tendo contribuído, ainda, para o insucesso do tenentismo a falta de coesão interna e a retomada do controle da hierarquia na força terrestre, imposta pelo Comando do Exército.

Os principais integrantes do movimento tenentista, conforme o acervo da FGV, foram Luís Carlos Prestes, Juarez Távora, Eduardo Gomes, João Alberto Lins

de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias, Miguel Costa, Antônio Siqueira Campos, Juraci Magalhães, Newton Estillac Leal, Djalma Dutra, João Cabanas, Herculino Cascardo, Isidoro Dias Lopes, Nélson de Melo, Agildo Barata, Lourenço Moreira Lima, Alcides Etchegoyen, Ari Parreiras, Plínio Casado, Augusto Maynard Gomes, Jurandir de Bizzaria Mamede, João de Mendonça Lima, Roberto Carneiro de Mendonça, Landri Sales, Cristiano Buys, Ricardo Holl, Ciro do Espírito Santo Cardoso, Mário Fagundes Portela, Cleto Campelo, Mário Carpenter, Ernesto Geisel, Artur da Costa e Silva, Newton Prado e Joaquim Távora.

Entre os chamados "tenentes civis", os que mais se destacaram foram Osvaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco, Carlos de Lima Cavalcanti, Pedro Ernesto Batista e José Américo de Almeida.

Participação política dos militares das Forças Armadas e auxiliares desde a Era Vargas até a década de 1960:

- "Tenentes" revolucionários - 25;
- Deputados Constituintes (1933) - 20 (nem todos os eleitos eram "tenentes");
- Deputados Federais (1934-35) - 17;
- Interventores nos Estados (1930-37) - 5;
- Ministros de Estado - 6;
- Senadores - 4 (Góis Monteiro, Prestes, Amaral Peixoto e Caiado);
- Presidentes da República pós "Era Vargas" - 3 (Dutra, Geisel e Costa e Silva);
- Candidatos a Presidencia da República - 2 (Juarez Távora e Eduardo Gomes);
- Diplomátas - 3 (Lins de Barros, Amaral Peixoto e Manoel Góis Monteiro);
- Integralistas - 1 (Geová Mota);
- Comunistas - 3 (Prestes, João Cabanhas e Agildo Barata?);
- Socialistas - 2 (Miguel Costa e Alípio Costallac);
- Governador de Estado - 1 (Amaral Peixoto);

O Resumo, acima, deixou de apresentar na relação: Deputados Estaduais, Cargos de Presidentes de Empresas Estatais, Prefeitos e Vereadores, dentre outros.

O historiador José Murilo de Carvalho, ao tratar, em seu livro "Forças Armadas e política no Brasil", da intervenção na política dos militares do Exército, na primeira metade do século passado, observa que ocorreram "duas fases" distintas no processo de depuração na força terrestre. Sendo a primeira intitulada de "fase da política na organização", tendo esta ocorrido na década de 1920. Seus os objetivos eram de natureza social e de reformas políticas que deveriam ocorrer na "Velha República", tendo como o objetivo a evolução das instituições nacionais. Os condutores dessa fase foram os capitães e tenentes que, por suas formações e origens social e econômica, assumiriam um papel de "poder desestabilizador" do "status quo" vigente causando os diversos movimentos que contestavam à política das oligarquias, em diversos estados da federação. Portanto, a década de 1920 se caracterizou por:

"crises", "rupturas", "transições", sendo um dos fatores desse desequilíbrio as revoltas tenentistas, ocorridas nesse período.

Por outro lado, no segundo momento abordado por Carvalho, o da "fase de política da organização", que se iniciou na década de 1930, observa-se que o presidente Getúlio Vargas, procurou transformar as Forças Armadas em vetor político de seu governo, fazendo-as seu esteio no confronto com as forças oligárquicas. Sendo que o auge desse relacionamento ocorreu por ocasião da implantação do "Estado Novo", que durou de 1937 a 1945, e onde se observa que os interesses do ditador Vargas e os das instituições militares se colimaram. Essa "fase" teve como principais protagonistas o próprio presidente Vargas e os generais Dutra e Góis Monteiro. Este último tem por mérito de perceber que momento era propício à participação dos militares na política nacional.

Observa-se, ainda, que as "fases" apresentadas por José Murilo tem como origem uma citação efetuada pelo, então, general Góes Monteiro de que era necessário ser criada uma consciência coletiva na força terrestre a fim de: "Se fazer a política do Exército e não mais a política no Exército".

Os conflitos entre os jovens oficiais da "Força" com os governos de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís, são fundamentais para a compreensão do que o Exército queria deixar de ser. Sendo que, na década de 1930, a preocupação era outra "o fazer soldados", não sendo mais permitidos "atos de revolta ou rebeldia" nos quartéis, pois a década anterior dividiu a Força Terrestre e comprometia a "hierarquia e a disciplina", no interior da Instituição.

Por outro lado, a "Revolução de 1930" não teria acabado com as divisões internas que enfraqueciam as instituições militares e que, após a vitória dessa, existiam, na realidade, dois "Exércitos", sendo que um obedecia às ordens do Quartel General Revolucionário, e outro ao Ministro da Guerra. (Carvalho, 2005:64-65)

Um elemento importante no processo de fortalecimento do Exército foi a tentativa de fechá-lo à sociedade. As mudanças que visavam fechar o Exército à sociedade incluíam o isolamento e sua imunização política. As principais mudanças concentraram-se na seleção e formação do corpo de oficiais. Como medidas tomadas, por exemplo, buscou-se dificultar a promoção de praças a oficiais. Carvalho observa que, em 1891, era permitido preencher as vagas de segundo-tenente com praças, mas que, a partir de 1934, só em casos excepcionais, quando não havia quantidade suficiente de aspirantes-a-oficial para o preenchimento das vagas, sendo exigido das praças o curso de formação de oficiais; por fim, partir de 1937, o regulamento de promoções não mais permitia essas promoções. Outras restrições seriam impostas ao recrutamento de oficiais: os candidatos passavam por uma avaliação meticulosa, onde sua situação familiar, nacionalidade, religião, orientação política e condições morais seriam observadas, na seleção - filtros colocados na entrada para o oficialato no Exército. (Carvalho, 2005: 80).

Ao citar a Reforma da Escola Militar do Realengo, idealizada pelo coronel José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, em 1930, como um bom exemplo de criação de "novas tradições", Celso Castro faz uso dos apontamentos de José Pessoa sobre a uniformização do Exército. José Pessoa observa que o Exército deveria formar

"mentalidades uniformes" em detrimento de personalismos, criando "novas e homogêneas gerações". Celso Castro conclui que seria a "disciplina" e o "afastamento da política", pois "em nome da reestruturação do Exército no período pós-revolucionário e da formação de um corpo disciplinado de oficiais, José Pessoa queria em primeiro lugar afastar a política – que divide – e enfatizar a disciplina – que une." (Castro: 2002:41,42).

Para Edmundo Campos Coelho, os levantes comunistas ocorridos em 1935 foram importantes para uma aproximação entre os chefes militares que estavam divididos em disputas políticas ou pela liderança militar, no período pós 1930. Além disso, os levantes possibilitaram criar a idéia de um "inimigo comum", que ligava o comando aos escalões subordinados. O anticomunismo foi utilizado pelas "lideranças militares" como estratégia para unir os componentes da instituição em torno de uma mesma causa, sendo que medidas de exceção foram introduzidas nas forças e sendo intensificadas durante o Estado Novo. Valores como: disciplina, instrução, abnegação, lições de civismo e moral, era o que se buscava construir no interior das Forças Armadas, no exato momento em que também se instaurava um novo tipo de relação entre o Exército e a Nação (Coelho, 2000:121-122).

CONCLUSÃO

Pela quantidade de militares que participaram da vida política na Era Vargas, e nos anos posteriores ao período estudado, observamos que foi significativa e importante a participação, pois, apesar das defecções ocorridas e do saneamento ocorrido no Exército Brasileiro, efetuado no período pelo General Góis Monteiro, verifica-se que a contribuição para a evolução das instituições brasileiras, foram significativas.

Como se pode concluir, muitos militares foram eleitos Senadores da República, um Presidente da República (Dutra), um Governador de Estado (RJ), vários Deputados Federais, Além dos que se candidataram para Presidente da República (Eduardo Gomes e Juarez Távora), sendo que dois foram eleitos indiretamente (Geisel e Costa e Silva). Por fim, muitos ocuparam cargos de Ministro de Estado e outros chefiaram instituições públicas ou empresas estatais.

Por fim, observamos que no nosso atual Congresso Nacional, existem poucos representantes militares entre deputados e senadores, talvez seja fruto da imunização ocorrida na "Era Vargas" ou do desgaste, perante a sociedade brasileira, dos 21 anos de Regime Militar (1964-85). Apesar do atual Presidente do Brasil ter sido capitão de Exército, o retorno dos militares na política nacional seria salutar? Ou, por outro lado, o afastamento destes deixaria a Força desprovida de apoio político? São perguntas que ficam no ar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas na Primeira República**: O poder desestabilizador. In: Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 2005. 54

CARVALHO, José Murilo. **Vargas e os militares:** Aprendiz de Feiticeiro". In: Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

COELHO, Edmundo Campos. **A instituição militar no Brasil**: Um Ensaio Bibliográfico. In: BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, vol. 19, 1985. pp. 5-19.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930:** História e Historiografia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. T**enentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Forense, 2004.

MC CANN, Frank D. **Soldados da Pátria:** História do Exército Brasileiro (1889-1937). Rio de Janeiro: 2009.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Berços de Heróis:** o papel das escolas militares n a formação de "salvadores da pátria". São Paulo: Annablume, 2004

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 1, 2020

Turismo Virtual em Fortificações Coloniais do Brasil

1. Elcio Rogerio Secomandi (autor)[1]
2. Cesar Bargo Perez (coautor)[2]

Esta resenha, no formato de um TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), tem o propósito de servir de modelo dirigido aos profissionais das armas e serviços – oficiais, suboficiais, cadetes, graduados, soldados – e a outros estudiosos do perfil militar edificado no período colonial do Brasil. A proposta está centrada na análise de uma obra literária digital hospedada na plataforma – www.academia.edu –, podendo ser acessada pelo título – Turismo Virtual em Fortificações Coloniais – e/ou pelo nome do autor: https://independent.academia.edu/ElcioRogerioSecomandi.

A obra literária em estudo está estruturada em 331 páginas, com formatação apropriada para visualização em equipamentos eletrônicos (slides 40x40 cm) e faz parte do projeto EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Fortes, fortalezas e integração nacional, disponível no portal da Universidade Católica de Santos – www.unisantos.br/fortifications –, bem como no website – www.secomandi.com.br – dedicado exclusivamente aos estudos sobre o lado belo da arquitetura militar colonial. O projeto educacional está focado no "conjunto de bens seriados" composto por dezenove fortificações coloniais que permeiam o vasto perímetro da América de origem portuguesa, indicado para o Patrimônio Mundial pela UNESCO (Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Para alcançar o objetivo proposto, esta resenha traz uma releitura da proposta de uma visita virtual ao referido conjunto de fortificações coloniais, desta vez no

1 Elcio Rogerio Secomandi, Professor Emérito da Universidade Católica de Santos é Coronel de Artilharia, Economista, Pós-Graduado em Administração de Empresas, Membro do Comitê Nacional / IPHAN (instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para a elaboração do dossiê sobre a candidatura de um conjunto de fortificações coloniais do Brasil, indicado para o Patrimônio Mundial pela UNESCO (Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

2 Cesar Bargo Perez, Professor-Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo é Arquiteto, Coordenador de Relações Institucionais da Universidade Católica de Santos, Membro do Comitê Regional (São Paulo/ IPHAN) para a elaboração do dossiê sobre a candidatura de um conjunto de fortificações coloniais do Brasil, indicado para o Patrimônio Mundial pela UNESCO.

formato de um TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) tradicional, isto é: Sumário, Introdução, Desenvolvimento, Conclusão e Fontes de Consulta.

SUMÁRIO / ABSTRACT

"Turismo virtual em fortificações coloniais do Brasil" é um projeto educacional inspirado no maior poema épico da língua portuguesa, Os Lusíadas, de Luís de Camões. Foi idealizado de forma a propiciar uma "visita virtual" a um conjunto de dezenove fortificações coloniais, postulante ao título de Patrimônio Mundial, que esperamos seja conferido pela UNESCO (Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 2022, ano do Bicentenário da Independência do Brasil.

Trata-se de uma metafórica "polianteia", tipo arranjo de flores diversas em um único vaso, desenvolvida com o propósito de induzir o visitante (leitor) a realizar um "voo imaginário" por sobre todas as regiões geográficas do Brasil. O projeto educacional está estruturado em pequenos papers digitais (arquivos com menos de 60 MB), o que permite uma "viagem virtual em etapas". Nesta resenha, os dois primeiros capítulos da referida obra literária fazem parte da Introdução e o capítulo final está nas Conclusões com o propósito de dar a esta narrativa o formato de um trabalho acadêmico tradicional.

"No mar tanta tormenta e tanto dano,
Na terra tanta guerra, tanto engano"
CAMÕES, Os Lusíadas, 1572

INTRODUÇÃO

O projeto educacional sobre turismo virtual em fortificações coloniais do Brasil indicadas para o Patrimônio Mundial tem a seguinte estruturação: Prólogo e Sumário; Introdução e Contexto do Projeto; O Pacote Turístico; Fundamentos Históricos; Estados d'Arte (1ª Etapa, 2ª Etapa e 3ª Etapa); Do Virtual para o Real; Um Convite Especial para Você; A Questão do Pertencimento; e, Considerações Finais e Créditos Referenciais. Esta resenha traz uma releitura do projeto educacional, desta vez no formato de um trabalho acadêmico tradicional[3]. Esta parte introdutória da resenha inclui os capítulos 1 - Prólogo/Sumário e 2 – Introdução e



3 Consultando o Google, dia 23/09/2020, 10h04, encontramos nada menos que 78 milhões de resultados para três palavras-chave: TCC, Dissertação e Tese. Sem dúvida, um assunto importante e preocupante para os alunos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Contexto (do projeto), com a finalidade de adapta-la ao formato de um ensaio acadêmico.

O projeto educacional de visita virtual à nossa história militar colonial hoje materializada por inúmeras fortificações que permeiam o vasto perímetro do Brasil teve início no formato de uma exposição iconográfica, com o propósito de despertar o imaginário dos turistas que a visitariam no Pão de Açúcar, Rio de Janeiro, prevista para inauguração em 26 de março de 2020 e adiada por conta da COVID 19. Os autores resolveram então produzir uma versão digital, de domínio público, e colocá-la ao alcance de um público maior, formador de opinião, disponibilizando-a em diversas plataformas educacionais que abrem espaço para a divulgação do patrimônio militar edificado em todas as regiões geográficas do Brasil. O acesso ao projeto pode ser feito diretamente no link: https://www.academia.edu/43598339/TURISMO_VIRTUAL_EM_FORTIFICACOES_COLONIAIS_DO_BRASIL

Os autores, confinados em suas residências no longo período de isolamento social, resolveram ampliar o projeto de pesquisa utilizando a Internet para elaborar uma "receita educacional" fundamentada em diversas "bulas acadêmicas" digitais, usando-as como fontes de consulta. A narrativa da "receita educacional" – na terceira pessoa do indicativo – tem a formatação de um convite para uma viagem virtual elaborada com o propósito de apoiar a indicação de um conjunto seriado de dezenove fortificações coloniais, postulante ao honroso título de Patrimônio Mundial, com previsão de julgamento pelo Conselho Mundial da UNESCO em 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil.

DESENVOLVIMENTO

O PACOTE TURÍSTICO

O leitor será conduzido por um passeio simbólico ao longo do vasto perímetro do Brasil, tendo à disposição um conjunto de informações históricas e iconográficas sequenciais, sobre o roteiro de uma viagem virtual a ser percorrida em três etapas, ilustradas nesta resenha a partir da reprodução fotográfica de uma coleção de quadros em óleo sobre tela da artista plástica Cristiane Carbone, colaboradora no projeto educacional completo.

A viagem começa pela Região Centro-Oeste, em um local remoto, na fronteira terrestre do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, visitando, no Mato Grosso do Sul, o Forte de Coimbra, em Corumbá. Em seguida, dá-se um "sobrevoo" sobre as águas da maior planície alagada do mundo, o Pantanal, para alcançar a região amazônica, e desembarcar em Rondônia, em Costa Marques, e lá visitar o Forte Príncipe da Beira. A viagem prossegue pelo Norte do Brasil "sobrevoando" os rios Madeira, Solimões e Amazonas, sobre as águas da maior bacia hidrográfica do mundo. No delta do Rio Amazonas, no Amapá, a visita acontece no Forte de São José de Macapá.

Ao chegar ao mar aberto e navegar ao longo da extensa plataforma marítima, a viagem segue rumo ao Nordeste, Leste, Sudeste e Sul do Brasil. No Nordeste, diversos desembarques, a começar pelo Rio Grande Norte, visitando o Forte dos Reis

Magos, em Natal. Ao prosseguir pela costa do Nordeste, alcança-se a Paraíba para uma visita ao Forte de Santa Catarina, em Cabedelo.

Em uma segunda etapa a visita acontece em dois períodos marcantes da História do Brasil: o início da colonização (Século XVI) e o longo período da ocupação holandesa (século XVII), com a visita a fortificações de origens portuguesa e holandesa. Isso ocorre em Pernambuco onde a visita se dá em três fortificações de origem holandesa: o Forte de Santa Cruz, em Itamaracá, o Forte de São João Batista (do Brum) e o Forte de São Tiago das Cinco Pontas, ambos em Recife. Finalmente, no Nordeste, na Bahia, em Salvador, diversas visitas: Forte de Nossa Senhora do Monte Serrat, Forte de Santo Antônio da Barra, Forte de Santa Maria, Forte de São Diogo e Forte de São Marcelo.

Na terceira etapa, após o Nordeste, chega-se ao Leste, ao Sudeste e ao Sul do Brasil, visitando fortificações representativas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Este prosseguimento implica visitas às fortificações nas baias de Guanabara e de Santos, finalizando o passeio virtual na embocadura do braço de mar que dá acesso à parte oeste da Ilha de Santa Catarina onde está a cidade de Florianópolis, longe do mar aberto; longe das "vistas" e dos "fogos" dos navios de inimigos, piratas e corsários.

Na região Leste, no Estado do Rio de Janeiro, a viagem traz duas fantásticas fortificações de defesa da Baía de Guanabara: a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Niterói, e a Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro. Em seguida, no Sudeste, na Baía de Santos, uma visita às duas mais antigas fortificações do Estado São Paulo: o Forte de São João de Bertioga e a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, em Guarujá.

E, assim, completa-se o roteiro virtual proposto, com a visita na Região Sul, a duas emblemáticas fortificações do Séc. XVIII em Santa Catarina: a Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim, em Governador Celso Ramos, e a Fortaleza de Santo Antônio de Ratones, no município de Florianópolis.

Apresentado o trajeto, é hora de partir. Boa Viagem!

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

Tomou-se a liberdade de optar pela contemplação dos dezenove monumentos históricos de origem militar, ilustrando cada um deles com obras de arte e muita iconografia (no projeto original) para, assim, retratar o lado belo da arquitetura militar colonial. Iniciou-se, portanto, e de forma simbólica, com uma "colher" de História dissolvida em um "caldo" iconográfico, pois, como sabemos, os turistas normalmente realizam uma pesquisa histórica sobre o roteiro que pretendem percorrer. Assim, o ensaio educativo tem o propósito de explorar o imaginário dos visitantes e, com eles a bordo, realizar breves "visitas virtuais" às fortificações coloniais selecionadas dente outras que permeiam a fronteira (terrestre e marítima) do Brasil.

Parte-se do início oficial da colonização portuguesa, como marco para a fundamentação histórica, começando na parte central de uma estreita e alongada planície costeira, outrora coberta pela Mata Atlântica, onde existem dois estreitos canais

de navegação que se aproximam da "muralha de pedras" da Serra do Mar. Como sabe-se, foi na Baía de Santos que Martim Afonso de Souza deu início à colonização oficial do Brasil. Nos séculos XVI e XVII inúmeras fortificações foram construídas à Leste da linha imaginária de Tordesilhas sem muita exploração rumo ao interior do continente sul-americano. Destaque no primeiro século (XVI), pode ser feito a dois fatos históricos importantes para a formação da nossa nacionalidade: a fundação da cidade do Rio de Janeiro (1565) e posterior expulsão dos franceses (1567), garantindo a unidade territorial do Brasil, e o início do período de união das coroas ibéricas (1580-1640), abrindo espaço para avanços além da linha mediática de Tordesilhas.

Vencidos os mares bravios e a "muralha de pedras" da Serra do Mar para alcançar o Planalto Brasileiro, os bandeirantes partiram de São Paulo de Piratininga para conquistar e povoar as planícies centrais do Brasil continental e, hoje, seus nomes identificam as estradas que rumam para o Oeste, outrora tão bravio: Anhanguera, Bandeirantes, Fernão Dias e Raposo Tavares.

O Século XVII trouxe outros eventos históricos importantes para a compreensão da unidade nacional, tais como, o prosseguimento do período da união das coroas ibéricas (1580/1640), que motivou as invasões holandesas no Nordeste (1630/1654) e a expansão para o Oeste bravio, muito além da linha mediática de Tordesilhas. Por ambos os motivos acima, dentre outros, novas fortificações importantes surgiram em Pernambuco e Bahia. Naquele século, os portugueses e os habitantes da terra avançaram para o Oeste bravio em busca do que chamavam "Ilha Brasil", ou seja, o domínio das duas maiores bacias hidrográficas da América Sul: Bacia Platina e Bacia Amazônica. Outros avanços ocorreram para o Norte, a partir de Recife (1537) e de Belém (1616), e para o Sul com a fundação da Colônia do Sacramento (1680).

Por fim, o Brasil consolidou suas novas fronteiras, enfrentando fortes resistências ao Norte, na foz do Amazonas, contra franceses, ingleses e holandeses; ao Sul, contra os espanhóis; e, a Oeste, para conter o avanço espanhol vindo do Sul rumo ao pantanal mato-grossense. Foi naquele período efervescente que a engenharia militar portuguesa mostrou suas melhores qualidades.

O ESTADO D'ARTE

ETAPA 01: Oeste, Norte e parte do Nordeste até a Paraíba

1 – Forte de Coimbra
(Corumbá, MS, 1775)
Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN, 1974)
Com a assinatura dos tratados de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777) a região do Pantanal foi fortificada, repelindo ataque espanhol no início do Século XIX (1802). Durante a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), o Forte teve papel fundamental nas batalhas travadas na maior planície alagada do mundo. Possui diversos atrativos, dentre os quais, uma gruta e um "observatório natural" na crista do morro, com ampla vista sobre a região pantaneira. Abriga um Pelotão do 17º Batalhão de Fronteira.



2 – Forte Príncipe da Beira
(Costa Marques, RO, 1783)
Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN, 1950)
Considerada uma das maiores fortificação portuguesa abaluartada fora da Europa, fruto da política pombalina de limites entre as coroas portuguesa e espanhola na América do Sul. Foi inaugurado em 1783 para consolidar os limites territoriais na fronteira oeste do Brasil, definida pelos tratados de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777). Abandonada durante muitos anos, hoje abriga no seu entorno o 1º Pelotão Especial de Fronteira.



3 – Fortaleza de São José
(Macapá, AP, 1782)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1950)
A fortificação tem origem no dia do padroeiro, São José, tendo ocupações anteriores de irlandeses, britânicos e franceses destruídas pelos portugueses na Foz do Amazonas.



A ocupação portuguesa sofreu dois reveses pelos franceses (uma em 1838 e outra em 1895), mas a posse definitiva foi resolvida por meios diplomáticos. Atualmente é administrada pela Fundação Museu Fortaleza de São José de Macapá, do Governo do Estado.

4 – Forte dos Reis Magos



(Natal, RN, 1598)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1949)
Teve início no Dia dos Reis (6/1/1598), antecedendo a fundação da cidade de Natal (1599). Diferencia-se dos demais fortes do Brasil pelos seus conceitos construtivos. Ativo ao longo dos séculos, encerrou suas atividades militares aquartelando tropas durante 2ª Guerra Mundial. Atualmente integra um conjunto urbanístico de grande expressão artística e histórico-cultural, do qual fazem parte a Igreja de Santo Antônio, a Catedral, o Museu de Sobradinho e o Palácio do Governo.

5 – Forte de Santa Catarina



(Cabedelo, PB 1585)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1938)
A construção primitiva teve a invocação de Santa Catarina de Alexandria e homenagem à Duquesa de Bragança. Foi destruído pelos nativos (1590) com apoio de corsários franceses. Foi reconstruído pelos portugueses, pelos holandeses (1637) e novamente pelos portugueses em 1655 e 1700. Em 1907 iniciou-se um longo período de abandono até ser tombada pelo IPHAN (1938). Em 1992, passou a ser administrada pela Fundação Fortaleza de Santa Catarina.

ETAPA 02: A visita prossegue concentrada em dois estados do Nordeste: Pernambuco e Bahia

6 – Forte (de São João Batista) do Brum
(Recife, PE, 1595)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1938)
A origem do Forte remonta a 1595, erguido por corsários ingleses (James Lancaster). Porém, sua história está relacionada a ação do holandês Schans de Bruyne, em 1630. Foi construído em posição privilegiada para a defesa do Porto do Recife. Tornou-se um dos principais pontos de resistência ao cerco das forças luso-brasileiras à ocupação holandesa, entre 1630 e 1635. Atualmente abriga um museu militar administrado pela 7ª Região Militar.



7 – Forte de Santa Cruz (de Itamaracá)
(Itamaracá, PE, 1631)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1938)
Construído pela Companhia das Índias Ocidentais (holandesa), com o nome de Forte Orange, testemunhou as lutas pelo domínio da Capitania de Pernambuco, no segundo quartil do Século XVII. Restaurado logo após a capitulação holandesa, adotou o nome atual. Recebeu recentemente singular trabalho de Arqueologia (UFPE) finalizado com a visita de monarcas dos Países Baixos. Restaurado pelo IPHAN, hoje encontra-se sob administração da Prefeitura de Itamaracá.



8 – Forte de São Tiago das Cinco Pontas
(Recife, PE, 1630)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1938)
Sua construção inicial, em taipa com cinco baluartes, tinha por objetivo proteger o porto, a "barreta dos afogados" e as cacimbas de água. Foi a última fortificação reconquistada pelas tropas luso-brasileiras, sendo mantido sob cerco pelos moradores de Pernambuco entre 1630 e 1635. Ali foram elaborados os



termos da rendição das tropas holandesas. Logo após a rendição holandesa, foi reconstruído em pedra e cal, com 4 baluartes. Atualmente, abriga o Museu da Cidade do Recife.

9 – Forte Nossa Senhora do Monte Serrat
(Salvador, BA, 1582)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1957)
Tem projeto arquitetônico de transição com algumas características de castelo medieval adaptado para uso de canhões. Atuou contra os corsários ingleses e holandeses nos séculos XVI e XVII e foi ocupado (1624) pela frota da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Tornou-se um ponto de resistência holandesa aos cercos da milícia da Bahia. Atualmente é administrado pela 6ª Região Militar.



10 – Forte de São Diogo
(Salvador, BA, 1625)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1959)
A área da pequena fortificação, com amplo domínio sobre a Baía de Todos os Santos, foi ocupada no início do Século XVII (1625), mas somente em 1694 recebeu o formato semicircular atual. Fazia parte do complexo de defesa colonial da capital da Bahia. Atualmente abriga projetos diversificados e está sob administração da 6ª Região Militar.



11 – Forte de Santa Maria
(Salvador, BA, 1652)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1938)
Erguido logo após a expulsão dos holandeses por uma frota com mais de dez mil soldados (espanhóis, italianos e portugueses), fazia parte do sistema capitaneado pelo Forte da Barra. A arquitetura atual é de 1694, com traços típicos da Bahia. Foi reconstruí-



do em 1694 e hoje abriga projetos culturais, sob responsabilidade da 6ª Região Militar.

12 – Forte de Santo Antônio (da Barra)
(Salvador, BA, 1549)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1938)
A singular posição estratégica foi inicialmente abandonada por causa da resistência nativa. O Forte foi reconstruído em pedra e cal, no formato hexagonal, no início do período da União Ibérica (1580 -1640). Atuou contra os corsários ingleses e holandeses, marcando assim a história da cidade de Salvador, no final do Século XVI e início do Século XVII. Capitaneava o sistema de defesa de Salvador, com os fortes de Santa Maria e de São Diogo a ele subordinados. Atualmente, funciona como um museu naval da Marinha do Brasil.



13 – Forte de São Marcelo
(Salvador, BA, 1650)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1938)
Foi construído sobre um banco de arrecifes pelos portugueses, para resistência às invasões holandesas e ataques de piratas. Com formato circular, influenciado pelo desenho de Forte Bugio no pós-praia do Rio Tejo, a sua construção foi prolongada até século XVIII. É um dos poucos exemplares de fortificação circular ainda existente no País. Atualmente é administrado pelo IPHAN.



14 – Fortaleza de São João
(Rio de Janeiro, RJ, 1565)
Patrimônio histórico nacional (Portão, IPHAN, 1938)



São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada em 1565 por Estácio de Sá, com esquadra procedente do Forte São João de Bertioga, Capitania de São Vicente. Mas, somente dois anos depois (1567) conseguiram expulsar os calvinistas que haviam fundado a França Antártica (1554) na Baía de Guanabara, garantindo assim, a unidade territorial do Brasil. A construção da fortificação prolongou-se até 1864 e hoje abriga o Centro de Capacitação Física do Exército, a Escola Superior de Guerra e o Espaço Cultural Museu do Sítio Histórico Fortaleza de São João.

15 – Fortaleza de Santa Cruz (da Barra)
(Niterói, RJ, 1578)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1939)



Começou a ser erguida em 1578, como principal ponto de defesa da entrada da Baía de Guanabara. No início do século XVIII, tornou-se a maior fortaleza da América Portuguesa e sua construção irregular é um testemunho de diferentes estilos arquitetônicos. Faz parte de um complexo sistema defensivo que se expandiu até o Século XX. Atualmente abriga o Comando da Artilharia Divisionária/1 e mantém um singular sistema de visitação pública.

16 – Forte de São João de Bertioga
(Bertioga, SP, 1551)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1940)



Construído em 1532, de forma rudimentar, na embocadura do Canal de Bertioga, recebeu no lado oposto, o Forte São Felipe (1557), substituído pelo Forte São Luiz (1770). Ti-

nha por objetivo impedir ataques indígenas à Capitania de São Vicente. Recebeu Alvará Régio de 25/06/1551 e, em 1565, Estácio de Sá partiu do canal de Bertioga para expulsar os calvinistas franceses da Baía de Guanabara. Foi reconstruído em 1750, no contexto das lutas contra os colonizadores espanhóis. Atualmente abriga um museu administrado pela Prefeitura Municipal de Bertioga.

17 – Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande

(Guarujá, SP, 1584)

Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1964)



Foi construído a partir de 1584, no início do longo período da União Ibérica (1580-1640), com desenho do arquiteto militar italiano Bautista Antonelli, da esquadra do almirante Diego Flores de Valdés. Entre o final dos séculos XVI e início do Século XX foi o principal ponto de defesa do Porto de Santos. Permaneceu na ativa até 1902 quando foi substituída pela Fortaleza de Itaipu. Atualmente abriga o Museu Histórico Fortaleza da Barra, administrado pela Prefeitura Municipal de Guarujá

18 – Fortaleza de São Antônio de Ratones

(Florianópolis, SC, 1740)

Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1938)



Foi construída durante a implantação da Capitania de Santa Catarina, para a defesa da barra norte da ilha que abriga a cidade de Florianópolis. Junto com a Fortaleza de Anhatomirim, apoiou as lutas contra os colonizadores espanhóis vindos do Sul do continente. Atualmente a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desenvolve no local diversos programas educacionais e culturais e de visitas abertas ao público.

19 – Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim
(Governador Celso Ramos, SC, 1740)
Patrimônio histórico nacional (IPHAN, 1938)
Sua construção foi fundamental para a defesa da Capitania de Santa Catarina, como "hub" de um amplo sistema de defesa de Florianópolis. Até meados do Século XX, abrigou tropas militares e funcionou também como hospital e local de quarentena durante as epidemias de doenças contagiosas. Possui diversas construções militares e um portão monumental em estilo oriental. A fortificação colonial é administrada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



DO VIRTUAL PARA O REAL

Como exemplo de uma "viagem ao longo da História", o projeto educacional apresenta uma reprodução da epopeia marítima que resultou na fundação da Cidade do Rio de Janeiro. Isso aconteceu em 2015, com "cinco caravelas dos nossos dias", em viagem empreendida pela ABVC – Associação Brasileira dos Velejadores de Cruzeiro – para compor as comemorações dos 450 anos da fundação da cidade que se iniciou na área hoje ocupada pela Fortaleza de São João, no bairro da Urca.

Com o paio de Nóbrega e Anchieta, a epopeia marítima empreendida por Estácio de Sá, com esquadra composta por cinco navios, teve início no dia 22 de março de 1565, diante do Forte de Santiago, hoje Forte de São João de Bertioga. No dia 1º de março (1565) a expedição aportou na várzea entre o Pão de Açúcar e o Morro Cara-de-Cão dando início às obras de defesa fortificada e à construção das primeiras casas na "Vila Velha", origem da Cidade do Rio de Janeiro.

O relato prossegue com indicação das batalhas que resultaram na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, somente dois anos depois, 1567. A reconstrução da epopeia marítima empreendida por Estácio de Sá, resultou em um livrete do autor, tendo como coautora a saudosa Profa. Dra. Clotilde Paul (1931 – 2015): http://secomandi.com.br/PDF/SJoao/sao-joao.pdf.

UM CONVITE ESPECIAL

O projeto conta com a simulação de uma "visita virtual" a uma das dezenove fortificações indicadas para o Patrimônio Mundial. Houve a opção de reproduzir uma palestra proferida pelo autor desta resenha no II Seminário Internacional Fortificações Brasileiras promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em parceria com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército Brasileiro, a Fundação Cultural Exército Brasileiro e diversas outras

instituições públicas e privadas. O evento histórico-cultural ocorreu na Fortaleza de São João, Rio de Janeiro, entre os dias 2 e 6 de dezembro de 2019.

A apresentação do autor resultou na publicação de um e-book, sobre a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá, SP, no formato de um escorço bibliográfico, e encontra-se disponível na plataforma www.academia.edu, no portal da Universidade Católica de Santos, www.unisantos.br/fortifications e no website:

http://www.secomandi.com.br/publicacoes/FortalezadeSantoAmaro

A QUESTÃO DO PERTENCIMENTO

O ambiente que circunda um bem patrimonial recebe tecnicamente o nome de Zona de Amortecimento. A relação que esse ambiente e seus usuários têm de apropriação do patrimônio, o uso e a incorporação da edificação em suas histórias de vida, no fluxo de discurso de suas narrativas orais é a principal evidência do elemento-chave para o processo de validação do valor universal excepcional (VUE/UNESCO) daquele bem, o Pertencimento.

O Grupo de Pesquisa criado na Universidade Católica de Santos, Registro Plástico e Audiovisual em Arquitetura e Urbanismo, devidamente registrado junto ao CNPq e contando com a liderança do Prof. Dr. Cesar Bargo Perez, tem realizado ampla e significativa pesquisa junto à comunidade de Santa Cruz dos Navegantes e a comunidade do Góes, duas áreas vicinais à Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, em Guarujá, Estado de São Paulo. O Grupo de Pesquisa, cuja pergunta instigadora do processo questionava a construção e a perenidade desse sentimento validador, segue a hipótese de que há um senso de pertencimento do cidadão comum para com sua comunidade, presente na narrativa em um viés misto de influência religiosa, política e socioeconômica, porém com aparente carência de uma identidade cultural.

A hipótese inicial é que a consolidação desse senso de pertencimento extensível ao bem patrimonial deve passar pela criação de um suporte cultural à comunidade, um foro de convergência para histórias e narrativas orais que ali circulam e reforçam os valores que caracterizam o patrimônio em questão no imaginário coletivo.

As visitas à Fortaleza e a interação com as comunidades, seja no registro de suas identidades ou na captação plástica dos detalhes que caracterizam a edificação e sua presença e relação com os usuários, faz com que surja uma intenção coletiva de preservação. Dá-se estímulo à sensibilidade histórica reativa, na memória de cada um, no coletivo dos habitantes e dos usuários do sítio histórico.

É importante frisar que esta pesquisa, bem como qualquer ação qualificada de um pesquisador, neste ou em qualquer outro espaço, deve, sempre, ter como aspecto conclusivo o planejamento de uma ação devolutiva para a comunidade com que o projeto trabalhou. A forma e característica dessa ação devolutiva resulta do entendimento dos elementos que estruturam o sentimento de pertencimento de maneira a manter e até mesmo ampliar tal relação. Entendemos que a garantia da preservação de um patrimônio passa pela ressignificação ativa constante de sua presença na vida da comunidade que dele se apropria. O ser humano preserva o que lhe é caro e aquilo que tem marca presente em sua história de vida.

CONCLUSÃO

Pouco antes do temor intenso que se abateu sobre todos nós (COVID 19), o Comando Militar do Sudeste (CMSE), em ato solene realizado no início de março de 2019, no Forte dos Andradas, Guarujá, SP, com a presença de representantes das organizações militares subordinadas no Estado de São Paulo e de diversas instituições civis nos incentivou a buscar formadores de opinião dispostos a atuarem na área do "pertencimento". Ou seja, optou-se por uma postura construtiva sobre o valor simbólico do "conjunto de bens seriados", indicado para o Patrimônio Mundial. Busca-se assim, impulsionar a Lista Indicativa/2015, enviada para julgamento pelo Conselho Mundial da UNESCO, em 2022: ano do bicentenário da nossa Independência.

Cumpre lembrar que o Brasil possui 22 sítios ou conjuntos arquitetônicos e paisagísticos considerados Patrimônio Mundial; nenhum no Estado de São Paulo. Esta distorção nos permite elevar o tom do "pertencimento" e incentivar a indicação do Forte de São João de Bertioga (1551) e da Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande (1584), atualmente administrados pelas prefeituras municipais de Bertioga e de Guarujá.

Duas instituições culturais civis, com personalidades jurídicas próprias: a Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), com sede em Brasília, e a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), com sede na Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, RJ, mantêm representantes nos comitês técnicos regional e nacional para auxiliar na elaboração do dossiê a ser enviado à UNESCO (Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Embora o Exército Brasileiro mantenha jurisdição somente sobre oito das dezenove fortificações indicadas para o Patrimônio Mundial, a origem militar de todas foi o mote principal da inclusão de oficiais da reserva para um "serviço público relevante, sem remuneração", conforme portarias específicas do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Durante a fase aguda da epidemia (COVID 19), outra manifestação significativa de apoio ao projeto educacional foi adiada, mesmo com as providências finais em andamento. Após meses de discussão (hackathon digital), produzimos uma exposição iconográfica com dez painéis (0,80 x 1,60 m), contendo breves históricos (cerca de 200 palavras) para cada uma das fortificações indicadas para o Patrimônio Mundial, ilustrando-as com pinturas, óleo sobre tela (30x40 cm), da artista plástica Cristiane Carbone. O dia 26 de março de 2020 seria a data do lançamento da exposição no Mirante "Bondinho Pão de Açúcar", Rio de Janeiro, prudentemente adiada. Sem abatimento, com o apoio do amigo Cel. Joel Francisco Corrêa, Gestor do Sítio Histórico Fortaleza de São João, a exposição patrocinada pela FUNCEB foi montada no saguão da Escola de Educação Física do Exército, Urca, Rio de Janeiro, aguardando a definição de uma nova data para o lançamento oficial. Prosseguindo por outro caminho, resolvemos colocar à disposição de todos uma versão digital da referida exposição iconográfica, acessível numa plataforma mundial que abriga mais de cem milhões de acadêmicos inscritos, mundo afora.

Caso haja interesse em visitar a exposição virtual – e divulgá-la – basta acessar a plataforma www.academia.edu e digitar o nome do autor, Elcio Rogerio Secomandi, ou buscá-la pelo nome: Herança Militar de Valor Universal. Outra forma de apresen-

tação deste projeto educacional está disponível nas páginas 9 a 20 da Revista Exército Brasiliro nº 156/2020, sob o tema EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Fortes, fortalezas e integração nacional: http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/REB/issue/view/618

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E CRÉDITOS DE IMAGENS

O projeto TURISMO VIRTUAL EM FORTIFICAÇÕES COLONIAIS está formatado em onze (11) blocos (capítulos) interdependentes, no formato de slides 40x40 cm (para perfeita adaptação ao celular), totalizando 331 páginas. O último capítulo é dedicado somente às referências bibliográficas, sitiográficas e créditos de imagens indicados por capítulos e catalogadas por páginas: slide, título, autor, disponível em (...). Informações curriculares do autor e do coautor constam do referido capítulo final.

Sugerimos consultar os links abaixo, nos quais também estão identificadas todas as imagens constantes deste artigo no formato de um TCC tradicional:

http://webnetserver.com.br/secomandi2020 / www.unisantos.br/fortifications

https://www.academia.edu/43598339/TURISMO_VIRTUAL_EM_FORTIFICACOES_COLONIAIS_DO_BRASIL

https://www.academia.edu/42279498/HERANCA_MILITAR_DE_VALOR_UNIVERSAL

https://www.academia.edu/42670679/MILITARY_HERITAGE_OF_UNIVERSAL_VALUE

Outras indicações:

http://fortalezas.org/index.php?ct=link&id_link=1278. Nesta aba do website www.fortalezas.org, coordenado pelo arquiteto Roberto Tonera e vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, encontram-se informações detalhadas sobre as dezenove fortificações coloniais indicadas para o Patrimônio Mundial: históricos, batalhas, mapas, fotos, vídeos, técnicas construtivas, plantas diversas, tombamentos, instituições mantenedoras, contatos, acessos e visitas, Google Maps (localizações), destinações diversas, personagens históricas, bibliografias, biografias, links diversos e créditos de contribuições. As revistas da FUNCEB http://www.funceb.org.br/revista.asp também disponibiliza belos artigos sobre as fortificações do Brasil (Colônia, Império e República).

Nos portais do ICOFORT (International Scientific Committe on Fortifications and Military Heritage) https://www.icofort.org/group/icofort-americas-community/discussion e do ICOMOS (International Counsil on Monuments and Sites) https://www.icomos.org.br/fortificacoes / encontram-se diversas discussões sobre fortificações no Brasil, na América e mundo afora.

No portal do IPHAN encontra-se a Lista Indicativa das dezenove fortificações indicadas para o Patrimônio Mundial

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Brazil%20Tentative%20List%202015_pt(reduced).pdf.

O website do arquiteto José Antonio Hoyuela Jayo, www.terysos.com, membro do ICOMOS e do ICOFORT, contém informações sobre a influência da União Ibérica no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Aníbal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA DE SÃO PAULO. **Plano de Defesa da Capitania de São Paulo, dez 1800**. Arquivo do Estado de São Paulo. VLII, p. 178.

CASTRO, Adler Homero da Fonseca. **Muralhas de pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro**. Fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME). **História do Exército Brasileiro**: Perfil Militar de um Povo. Brasília: Fundação IBGE, 1972.

FERREIRA, Arnaldo Medeiros. Major-General do Exército Português. **Fortificações Portuguesas no Brasil.** Lisboa: ELD/Círculo de Eleitores, 2004.

FERREIRA, Arnaldo Medeiros. **Fortificações Portuguesas na Cartografia Manuscrita do Brasil.** I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Rio de Janeiro, 12 e 15/10/2005.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. **Memórias para a História da Capitania de São Vicente**. São Paulo: Martins, 1953.

MORI, Victor Hugo. **Arquitetura Militar**: Um Panorama Histórico a Partir do Porto de Santos. S. Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

MUNIZ JUNIOR, J. **Fortes e Fortificações do Litoral Santista.** Santos: Obra do autor, 1982.

PAUL, Clotilde. **Porto de Santos** – 120 anos de história. S. Paulo: Editora Brasileira, 2012.

REFERÊNCIA à esquadra de Diogo Flores Valdéz no Brasil: Arquivo Geral das Indias, Sevilha - Charcas 41, doc. 27, 05/08/1583, carta 1, p.6.

SALGADO, Ronaldo Fidalgo e SILVA, Eraldo. **Fortaleza da Barra Grande:** Patrimônio Histórico Recuperado. Santos: Leopoldianum, 2000.

SECOMANDI, Elcio Rogerio. **Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande.** Santos: Leopoldianum, 2000.

SECOMANDI, Elcio Rogerio. **Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande**: A História, a batalha, as crônicas, as intenções. In: Leopondianum, Santos (55) 116-127, 1993.

SECOMANDI, Elcio Rogerio. **Circuito Turístico dos Fortes. Santos:** Leopoldianum, 2005.

TONERA, Roberto. CD-ROM **Fortalezas Multimídia.** Florianópolis: Projeto Fortalezas Multimídia/Editora da UFSC, 2001.

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA
MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
vol. 1, n. 1, 2020

A alimentação da FEB nos navios e na Itália

Durland Puppin De Faria[1]

Introdução

Apesar do ato oficial da criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ter ocorrido em 9 de agosto de 1943, somente em fevereiro de 1944 iniciaram-se os estudos sobre a forma e o tipo de alimentação que seria fornecido ao efetivo brasileiro que lutaria no exterior.

Preocupado com esse planejamento, o Comandante da FEB solicitou um estudo detalhado sobre o assunto para a Diretoria de Intendência do Exército, que propôs a criação de uma comissão específica para esse fim.

Assim, em 14 de abril de 1944, era criada a Comissão Encarregada de Estudar Cardápios destinados à FEB. Essa comissão produziu uma extensa documentação que apresentava detalhadamente todos os planejamentos para a realização do sistema de adaptação dos soldados brasileiros à alimentação no Teatro de Operações (TO) do Mediterrâneo, tais como:[2]

- Realizar um estudo sobre a composição das rações, que serviria de base para o planejamento do período de adaptação para a tropa no Brasil;
- Iniciar, o mais rápido possível, experiências de preparação e combinação das refeições, utilizando víveres da ração norte-americana (NA) Tipo "A"[3] com itens brasileiros, como feijão, arroz, farinha de mandioca e condimentos nacionais;
- Aplicar, já nesse período, o novo regime de alimentação com três refeições por dia, em substituição ao tradicional regime de cinco refeições;

1 O autor é Coronel de Intendência, Professor da Cadeira de História Militar da AMAN desde 2009, Graduado em Direito e História, pós-graduado em Ciências Políticas e História Militar e mestrando em História Cultural.

2 Comissão Encarregada de Estudar o Regime Alimentar e Cardápios da FEB. Caixeta 312. Acervo FEB. AHEx.

3 A Ração Tipo "A" era a alimentação padrão do Exército dos EUA, utilizado no dia a dia das unidades, em seus aquartelamentos nos Estados Unidos e no exterior.

- O desjejum passaria a ser a refeição principal, o almoço teria uma composição que permitisse o consumo rápido, com as mesmas características nutricionais do desjejum e o jantar seria equivalente ao almoço em calorias, porém composto por substâncias de digestão mais difíceis;
- A aplicação de dois regimes de alimentação: o de adaptação, no Brasil, e de combate, quando deveriam ser utilizadas somente as rações NA;
- Solicitava a imediata aquisição dos víveres que compõem as Rações Tipo "A" e "C"[4];
- Deveria ser realizada uma adaptação experimental com um batalhão, ou se possível, com todas as unidades militares da FEB, com a Ração "C";
- Deveria ser realizado o treinamento prático de todos os cozinheiros, utilizando as Rações "A" e "B"[5];
- Previa a necessidade de se constituir imediatamente estoques de víveres especiais de origem brasileira para serem remetidos para o TO do Mediterrâneo;
- Seriam criados artifícios para modificar o teor calórico das rações, já que a Diretoria de Saúde achara excessivo o teor calórico de 4.274 calorias da ração NA; e
- Seriam padronizadas as instruções de preparo dos gêneros NA.[6]

Na parte final do Relatório, a comissão apresentava algumas conclusões:

> [...] a ração americana era melhor, pois tinha uma base industrial cuja finalidade era reduzir o volume e aumentar o tempo de conservação tão úteis ao interesse militar de transporte e estocagem. Era muito cara devido ao abundante uso de conservas requintadas nas rações requisitadas pelos brasileiros. Opina favoravelmente sobre a ração americana por esta ser rica em nutrientes e de fácil digestão.[7]

Apesar dos relatórios dessa comissão, o governo brasileiro acabou optando pelo que prescrevia o Acordo Brasil - EUA, no qual a alimentação das tropas brasileiras seria realizada, em sua maioria, com ração NA.

Embora a alimentação fosse fornecida pelos norte-americanos o comando da FEB previu estocar, no exterior, uma quantidade de víveres brasileiros (farinha, mate, feijão, arroz, fósforos, cigarros etc) suficiente para 20.000 homens, durante 180 dias. Esses itens, que serviriam de suplemento à alimentação NA, seriam transportados nos navios que levariam a tropa para a Itália.

4 A ração Tipo "C" era uma ração de reserva, composta por enlatados a base de carne e de biscoitos, podendo ser consumida fria ou quente.

5 A ração Tipo "B" era uma ração similar a ração Tipo "A", porém sem os produtos congelados.

6 Essas instruções de padronização não foram seguidas no Curso de Cozinheiro feito no Brasil, durante o período de preparação.

7 Relatório da Comissão Encarregada de Estudar o Cardápio da FEB. Caixeta 312. FEB. AHEx.

A falta de navios apropriados impedia que as tropas brasileiras fossem transportadas por navios nacionais, cabendo essa missão as belonaves da Marinha de Guerra dos EUA. Assim, a FEB deslocou-se para a Itália dividida em cinco escalões de embarque. O 1º escalão partiu da Baía da Guanabara no dia 2 de junho de 1944, no navio USS General W. A. Mann.

No início do deslocamento, ainda em águas territoriais brasileiras, a concepção dos soldados brasileiros sobre alimentação foi completamente desfeita no navio. Já nas primeiras refeições a tropa foi oficialmente apresentada à alimentação agridoce norte-americana. Posteriormente, em terras italianas, essa alimentação seria substituída por outras, com cardápio mais farto e variado, porém, também não muito atrativa.

A tropa, que compunha o 1º escalão da FEB, ao embarcar no navio, passou a ter uma rotina de alimentação, de certo modo incomum, que começou mesmo antes da embarcação levantar âncoras. No dia 1º de junho, quando boa parte do contingente já estava a bordo, iniciou-se o que passaria a ser rotina durante todo o deslocamento. A alvorada era irradiada pelo alto-falante de bordo às 6:00 hs e, logo em seguida, todos os militares apanhavam os seus Cartões de Refeição[8], que eram de posse obrigatória, e entravam em uma enorme e lenta fila para realizar a primeira refeição do dia. Nessa fila, no primeiro dia, os soldados levaram mais de 3 horas para serem servidos. Com o passar dos dias, esse tempo foi se reduzindo em função da adaptação dos pracinhas ao sistema de refeição imposta no navio.

Na primeira refeição, realizada a bordo, os soldados tiveram um cardápio farto, porém incomum para os moldes brasileiros. Foram fornecidos ovo cozido, pão branco de forma, salsicha, leite, mingau e maçã. A segunda e última refeição do dia apresentou como itens do cardápio: salsicha, manteiga, vagem, batatas inglesa, conserva de morango, pão, leite e café. Esse tipo de alimentação era completamente diferente do padrão de alimentação do brasileiro composto por feijão, arroz, farinha de mandioca e carne.

O toque de silêncio foi dado pelo corneteiro do navio às 21:20 hs, encerrando, deste modo, a primeira jornada no USS Gen W. A. Mann, que ainda encontrava-se no Porto do Rio de Janeiro. A adaptação ao regime alimentar de apenas duas refeições diárias, apesar de fartas, causou profundos dissabores entre os soldados brasileiros[9].

No dia seguinte, 2 de julho de 1944, por volta das 6:30 hs, o navio desatracou e partiu em direção ao Atlântico Norte. Ao se dirigir para o mar aberto, os pracinhas passaram a sentir os primeiros sintomas da cinetose[10], causadas pela ação das ondas sobre a embarcação. Os enjôos, seguidos por vômitos constantes, transformaram os

---

8 O Cartão de Refeição continha o número do compartimento em que o militar estava alojado e possuíam cores distintas para facilitar a identificação. Cf. PATROCÍNIO, Hamilton José do. In ANDRÉ, Antonio. O Brasil na II Guerra Mundial e as Comunicações da 1ª Divisão de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira – 1944/45. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2007. p. 127.

9 Ibid., p. 118.

10 A cinetose ou enjôo marítimo é uma situação muito frequente a bordo das embarcações e que afeta até os mais experientes marinheiros. É ocasionada por uma reação natural do organismo às variações rápidas e constantes de posição. A sudorese, palidez, salivação, náuseas, tonturas, dor de cabeça, fadiga e vômitos são seus principais sintomas.

alojamentos, corredores e todos os demais locais, onde estivessem os brasileiros, em área de sofrimento[11].

O doutor José Alfio Piason, então tenente de Infantaria, relata da seguinte forma sua visão sobre os soldados acometidos de cinetose.

> [...] houve soldados que não saíram da cama praticamente durante toda a viagem. A única coisa que a gente podia fazer era ir à cozinha pedir alguma fruta, porque era o alimento que eles ainda toleravam; ficavam deitados porque se levantassem, vomitavam[12].

O então 2º sargento Hamilton José do Patrocínio, em seu diário, narra sua impressão do dia 3 de julho de 1944, dentro do navio Gen Mann.

> [...] Setenta por cento dos ocupantes do 404 L está caído por todo lado. É só vômito o que se vê. Estou me agüentando graças a Deus. O compartimento está abafadíssimo. É mais CO2 do que ar puro. Além deste ar de cão, o cheiro mais aborrecido nas minhas narinas é o da cozinha de bordo. As refeições de hoje foram péssimas, tudo sem sal e sem açúcar. O arroz, uma papa, que acho, francamente, os porcos detestariam. As únicas coisas aproveitáveis foram uma maçã e uma laranja, conseguidas com grande dificuldade[13].

O horário da primeira refeição do segundo dia foi realizado das 6:30 hs até às 12:00 hs, a segunda refeição ocorreu das 13:00h às 18:30h, tendo esse horário se mantido constante até a chegada no Mar Mediterrâneo. A sequência dos grupamentos que avançavam para o refeitório sofria rodízio diariamente, para evitar que um mesmo grupamento realizasse suas refeições sempre em horário ingrato[14]. Esses grupamentos eram formados pelos componentes dos compartimentos em que estavam alojados[15].

O refeitório do navio era uma espécie de grande salão com pouca ventilação e quente. A coordenação do deslocamento dos soldados brasileiros em direção ao refeitório, a passagem na linha de servir[16] e a saída eram realizados por um oficial brasileiro que, munido de um megafone, procurava dinamizar esses procedimentos, evitando retenções e retardamento no consumo da alimentação, procurando sempre cumprir o quadro-horário estipulado[17].

---

11 PATROCÍNIO, 2007, p. 118.

12 PIASON, José Alfio. In: CARVALHO, Olavo de. Coleção História Oral do Exército "II Guerra Mundial". Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 3. p. 170.

13 PATROCÍNIO, op. cit., p. 127-8.

14 Um grupamento que recebesse a primeira refeição as 6:30 hs e a segunda e última as 13:00 hs, só voltaria a se alimentar na manhã do dia seguinte, passando toda a tarde e noite sem se alimentar.

15 PATROCÍNIO, op. cit., p. 127.

16 Local onde uma tropa, formada em coluna por um, desloca-se para receber os itens da alimentação.

17 PATROCÍNIO, op. cit., p. 127.

O efetivo total do 1º escalão de embarque era de 5.081 homens[18] e para preparar a alimentação de todo esse contingente foi necessário reforçar o efetivo da cozinha do navio com soldados brasileiros. Esses militares, que trabalhavam na cozinha e os de serviço, eram os únicos que possuíam o privilégio de realizar três refeições por dia[19].

Para o então tenente coronel Levy Cardoso, que durante o deslocamento para a Itália foi designado Chefe de Polícia de Bordo, "... era impossível alimentar mais ou menos cinco mil e quinhentos homens, amontoados num porão"[20]. A realização de duas refeições por dia era, na realidade, o limite máximo possível da capacidade de produção do sistema de aprovisionamento do navio, para aquela situação.

Embora o número de refeições fosse limitado, era permitido que o soldado acomodasse em sua bandeja a quantidade que lhe conviesse, ressalvada a proibição de jogar fora a comida.[21]

Alguns soldados, obviamente os que não sentiram o efeito da cinetose, após consumir os alimentos de sua bandeja retornavam para apanhar mais, o que era autorizado pelo militar norte-americano, responsável pelo refeitório. A repetição desse procedimento, realizado por diversos soldados, fez com que o oficial de Intendência brasileiro expressasse sua preocupação, junto ao oficial norte-americano responsável, que lhe respondeu, de acordo com o então tenente Mário Dias, da seguinte forma:

> [...] "Ih, não se impressione com isso! O brasileiro não sabe comer. Ele come de tudo; o americano que também engaja só quer galinha... Ele engaja na galinha. E, isso para nós é muito mais difícil de manter o estoque do que com essa turma que come tudo".[22]

A falta do feijão na alimentação diária dos brasileiros embarcados era tão significativa que no quarto dia de viagem, os alto-falantes do navio anunciaram em português que seriam abertos os sacos de feijão, oriundos do Brasil, para serem consumidos no navio. Esse anúncio acarretou uma euforia geral nos pracinhas, mas ao ser servida a refeição tão esperada, ocorreu uma enorme decepção. O feijão confeccionado pelos cozinheiros norte-americanos era sem caldo, sem tempero e com um peculiar sabor adocicado. A rejeição ao prato foi total[23].

---

18 CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. O Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960, p. 167.

19 PATROCÍNIO, op. cit., p. 124.

20 LEVY CARDOSO, Waldemar. In: CARVALHO, Olavo de. Coleção História Oral do Exército "II Guerra Mundial". Rio de Janeiro: Bibliex , 2001. Tomo 1. p. 24.

21 SOUZA. Túlio Campello. In: CARVALHO, Olavo de. Coleção História Oral do Exército "II Guerra Mundial". Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 3. p. 76.

22 DIAS, Mário. In: CARVALHO, Olavo de. Coleção História Oral do Exército "II Guerra Mundial". Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 4. p. 232.

23 FONSECA. Sérgio Faria Lemos da. In: CARVALHO, Olavo de. Coleção História Oral do Exército "II Guerra Mundial". Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 1. p. 222.

Na perspectiva do então tenente Sérgio Faria Lemos da Fonseca a comida não era ruim, havia apenas um choque de costumes alimentares[24]. A dificuldade para adaptar-se ao padrão norte-americano de confeccionar os alimentos fez com que os soldados lembrassem saudosamente da alimentação que era fornecida nos quarteis e tão criticada pela sua qualidade e falta de zelo, como pode ser observado no relado do sargento Hamilton.

> [...] Prosseguindo, tenho a dizer que estamos chorando aquele picado quiabo, que era a bóia do Vilagran. Ah! Se eu pegasse agora aquele picado quiabo, aquele feijão aguado, aquele remexido cheio de sebo e mosca, aquele arrozinho embolado... que delícia não seria.[25]

Os problemas com a alimentação do 1º escalão persistiram até o desembarque em Nápoles, no dia 16 de julho de 1944, após 15 dias de deslocamento pelo oceano.

Os demais quatro escalões de embarque zarparam, posteriormente para a Itália, seguindo os mesmos procedimentos adotados pelo 1º escalão. O 2º e o 3º escalões partiram do Rio de Janeiro no dia 22 de setembro de 1944, o quarto escalão partiu no dia 23 de novembro e o quinto escalão no dia 8 de fevereiro de 1945.

Das diversas opiniões sobre a alimentação servida nos navios norte-americanos com destino a Itália destaca-se o ponto de vista diferenciado do então sargento Benno Armindo Schirmer, que integrou o 2º escalão de embarque:

> O pessoal fala muito sobre a viagem. E é curioso, uns emagreceram tanto, que até acharam que iriam morrer; seja pelo enjôo, seja porque não se acostumaram à alimentação. E outros, como o Cícero, o Doutor Cícero Castello Branco, achavam-na ótima. Adoraram a comida americana. Eu não reclamava. Até engordei oito quilos.[26]

No dia 16 de julho de 1944, os primeiros pracinhas desembarcaram no porto de Nápoles e se deslocaram para a região de acampamento em Astroni, na região de Agnara. Lá, as tropas brasileiras experimentaram sua primeira decepção em solo italiano. Onde deveriam estar montadas as barracas do primeiro acampamento da FEB, só existia uma área descampada, na qual a única construção era um banheiro[27]. De acordo com o planejamento realizado pelo Comando da FEB, o Exército norte-americano deveria ter providenciado a montagem do acampamento para a tropa brasileira[28].

---

24 Ibid., p. 221.
25 ANDRÉ, op. cit., p. 128.
26 SCHIRMER, Benno Armindo. In: CARVALHO, Olavo de. Coleção História Oral do Exército "II Guerra Mundial". Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 7, p. 104-5.
27 ANDRÉ, op. cit., p. 137.
28 CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. O Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960. p. 163

Como consequência, a primeira alimentação servida em solo italiano foi a Ração de Reserva Tipo "C", composta basicamente por enlatados de carne com legumes, bolachas e suco. Haja vista a situação em que a tropa se encontrava, não ocorreu reclamações quanto ao sabor da comida. Nessa noite, a tropa dormiu ao relento, pois não havia sido fornecidas barracas para os brasileiros.

No dia seguinte, o Exército NA iniciou a entrega dos artigos necessários á instalação da tropa, como barracas, cobertores, mosquiteiros e mais rações Tipo "C" entre outros. Porém, não foram fornecidos os fogões de campanha e, desse modo, só ocorreu o consumo de ração quente a partir do quinto dia, após a chegada dos Fogões de Campanha M-1937 NA[29]. Nessa mesma data, foram fornecidos os gêneros alimentícios norte-americanos (Ração Tipo "B") e o primeiro suplemento com gêneros originários do Brasil, como arroz, feijão e farinha de mandioca[30].

A alimentação da tropa foi motivo de preocupação para o comando da FEB durante todo o período que durou a campanha. Os órgãos brasileiros e norte-americanos, responsáveis pelo suprimento da tropa, empenharam-se na procura de uma solução adequada para os problemas ligados à adaptação da tropa brasileira à introdução de uma alimentação atípica de seus costumes.

Esses órgãos mapearam as prováveis causas de inadaptação dos brasileiros ao novo sistema de alimentação em cinco pontos: a quantidade dos gêneros, a qualidade, a confecção da ração, a distribuição da alimentação e o paladar da ração de reserva.

O primeiro fator analisado, que tratava das reclamações sobre a quantidade de comida que os soldados recebiam por refeição, estava certamente ligada à visão de volume do alimento, já que nutricionalmente era, segundo a Diretoria de Saúde do Exército, mais que suficiente a quantidade de calorias fornecidas por refeição aos soldados[31].

A qualidade dos gêneros fornecidos pelo escalão superior norte-americano para as cozinhas de campanha das unidades militares brasileiras apresentava, invariavelmente, um bom padrão de acondicionamento e excelente aspecto higiênico. As rações de reserva fornecidas à tropa estavam sempre acondicionadas em invólucros fechados e isolados do meio externo, através de pequenas latas ou pacotes lacrados. As reclamações recebidas normalmente se referiam mais ao tipo de alimento recebido e sua confecção, do que, na realidade, pela qualidade do alimento.

A insatisfação com a confecção da alimentação, pelo que se pôde verificar, estava ligada a diversos fatores que, juntos, causaram um grande número de reclamações por parte da tropa brasileira. O primeiro desses fatores consiste na falta de conhecimento técnico dos cozinheiros brasileiros para confeccionar os alimentos da maneira correta, seguindo os padrões norte-americanos. Essa dificuldade foi ocasio-

29 Consta no Relatório da 4ª Seção do Estado Maior da FEB. Cf. BIOSCA, Fernando Lavaquial. A Intendência no Teatro de Operações da Itália. Rio de Janeiro: Bibliex, 1950, p.38-9

30 BIOSCA, 1950, p. 34.

31 Os soldados reclamavam do pequeno volume da ração NA, talvez pelo fato de nem sempre haver farinha. Essa também era a visão do autor. BRAGA, Rubem. Crônicas da Guerra na Itália. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 283.

nada pela decisão de diversos comandantes de unidades militares de não enviar representantes (ou enviaram em número reduzido) para Curso de Cozinheiro, realizado na Companhia de Intendência em Pistóia; outro fator era o baixo nível educacional dos cozinheiros (inclusive analfabetos) que, por diversas vezes, não tinham condições de realizar as conversões de peso e volume necessárias e, ainda, de realizar as operações matemáticas mais simples, o que os levava a confeccionar a alimentação por meio do sistema empírico ou de tentativa e erro, o que causava profundos dissabores aos comensais de suas unidades militares.

A ração mais empregada pelas tropas brasileiras foi a Tipo "B", que e era fornecida quente[32] aos soldados. Porém, isso ocasionalmente não acontecia, por ação do inimigo ou por outros motivos, o que acarretava grande insatisfação desses militares.

O Comandante da FEB determinou que as tropas empenhadas em combate, sempre que possível, fornecessem rações quentes "A" e "B" para seus homens. O Cel Ruas Santos narra as dificuldades para a entrega dessa alimentação aos soldados mais distantes, conforme segue:

> [...] em combate, o processo de alimentação admitiu, principalmente, duas variantes: a alimentação dos homens no próprio local das cozinhas ou à distância, por meio de marmitas térmicas. Consistiam essas em um recipiente de ferro, com tampa removível, que se atarraxava fortemente na parte superior da vasilha, vedando seu interior pelo contato com um anel de borracha, nas quais se punha a comida. Cheios, os recipientes eram conduzidos em jeep, a braço ou no dorso de muares, para as posições de combate, onde eram servidas as refeições[33].

Outro ponto de reclamação dos soldados brasileiros era o gosto da ração de reserva que, após um logo período de utilização, se tornava enjoativa e desagradável, mesmo quando consumida quente, preparada pelo próprio soldado. Essa reclamação não era exclusividade dos soldados brasileiros, pois os próprios soldados norte-americanos criticavam a ração "C", afirmando que era insípida quando consumida fria.[34]

Dessa breve exposição dos fatos envolvendo a alimentação fornecida aos integrantes da FEB, verifica-se que os órgãos responsáveis planejaram a realização de uma transição do padrão de alimentação brasileira para norte-americana, porém esses procedimentos não foram realizados. Os pracinhas foram submetidos a uma abrupta mudança, que acarretou grande dificuldade na adaptação alimentar, agravada pelas novidades do ambiente e a tensões naturais ocasionadas pela guerra.

---

32 Tipo de refeição confeccionada nas cozinhas de campanha e que era fornecida ainda quente, mantendo seu aspecto e sabor aprazíveis.

33 RUAS SANTOS, Francisco. Víveres e Rações na Campanha da Itália. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XXXIV, n. 397, jun. 1947. p.111.

34 ROSS; ROMANUS, 1991, p. 131.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Antonio. **O Brasil na II Guerra Mundial e as Comunicações da 1ª Divisão de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira** – 1944/45. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2007.

BIOSCA, Fernando Lavaquial. **A Intendência no Teatro de Operações da Itália.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1950.

BRAGA, Rubem. **Crônicas da Guerra na Itália.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BRASIL. **Documentos Preparatórios para o Embarque da FEB. Estudo sobre alimentação na viagem.** Caixeta 78. FEB. AHEx.

BRASIL. **Relatório da Comissão Encarregada de Estudar o Cardápio da FEB.** Caixeta 312. Acervo FEB. AHEx.

BRASIL. **Comissão Encarregada de Estudar o Regime Alimentar e Cardápios da FEB.** Caixeta 312. Acervo FEB. AHEx.

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

DIAS, Mário. In: CARVALHO, Olavo de. **Coleção História Oral do Exército II Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 4.

FONSECA. Sérgio Faria Lemos da. In: CARVALHO, Olavo de. **Coleção História Oral do Exército II Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 1.

LEVY CARDOSO, Waldemar. In: CARVALHO, Olavo de. **Coleção História Oral do Exército II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 1.

PATROCÍNIO, Hamilton José do. In ANDRÉ, Antonio. **O Brasil na II Guerra Mundial e as Comunicações da 1ª Divisão de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira – 1944/45**. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2007.

PIASON, José Alfio. In: CARVALHO, Olavo de. **Coleção História Oral do Exército II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 3.

ROSS, William F., ROMANUS Cooties F. **The Quartermaster Corps:** Operations in the War Against Germany. Center of Military History United States Army Washington, D.C., 1991. 64

RUAS SANTOS, Francisco. **Víveres e Rações na Campanha da Itália.** A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XXXIV, n. 397, jun. 1947.

SCHIRMER, Benno Armindo. In: CARVALHO, Olavo de. **Coleção História Oral do Exército II Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 7.

SOUZA. Túlio Campello. In: CARVALHO, Olavo de. **Coleção História Oral do Exército II Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomo 3.

Consulte as normas e condições vigentes. Sujeito a análise cadastral.

Crédito Imobiliário Digital

A casa própria com as melhores condições

Financiamento com juros baixos, rápida liberação e outros benefícios para a construção e a aquisição de imóvel, terreno e material de construção.



FHE POUPEX

poupex.com.br

PASSAGEM DO CHACO

Pintura histórica localizada no Museu Histórico Nacional (MHN), localizado na Praça Marechal Âncora, no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Autor: Pedro Américo, gênero: pintura histórica, técnica: tinta a óleo sob tela, dimensões: 198 centímetros de altura e 240 centímetros de largura, data 1871.

Pedro Américo de Figueiredo e Melo (nascido em Areia/Paraíba/Br, 29 de abril de 1843 – falecido em Florença/Itália, 07 de outubro de 1905). Em 1854, com onze anos, Pedro Américo foi para o Rio de Janeiro, estudar no Colégio Pedro II. Em 1856 ingressou na Academia Imperial de Belas Artes. Recebeu do Imperador D. Pedro II, uma bolsa para estudar na Escola Nacional Superior de Belas Artes de Paris, para onde foi em 1859, com dezesseis anos.
O quadro de Pedro Américo foi uma encomenda do governo imperial brasileiro para expor façanha bélica no contexto da Guerra da Tríplice Aliança, em 1867. Retrata episódio da guerra envolvendo Manuel Luís Osório, a pintura propõe-se a glorificar a atuação bélica brasileira no conflito no Território Paraguaio; especialmente a Manobra de Piquissiri, tática usada pelo Comandante Brasileiro Luís Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias; em termos de estratégia é considerada como a mais ousada e criativa de todo o conflito.

Visite: https://www.mhn.museus.gov.br

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL